MC
MercadoComum
ANO XXXIV
mercadocomum.com

MercadoComum®
PUBLICAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA, FINANÇAS E NEGÓCIOS
BELO HORIZONTE | MG | EDIÇÃO 363 | NOVEMBRO DE 2026

A histórica vitória de Lula e os desafios do Brasil

Além da governabilidade, outro desafio que se impõe para o presidente Lula é no campo das finanças públicas.
Pág 28

Juros sobre a dívida pública: Brasil bate novo recorde e o custo atingiu 8,99% do PIB nos últimos doze meses até setembro, o maior nível já alcançado
Pág 48

Neste mês a realização do 28º Prêmio Minas Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores – MercadoComum - 2026
Pág 58

Economia brasileira mantém a tendência de crescer em níveis inferiores à média mundial
Pág 32

JK: LIVRO INÉDITO SOBRE EX-PRESIDENTE FOCA EM SUA VISÃO DE FUTURO E ESPÍRITO DESENVOLVIMENTISTA

Juscelino Kubitschek de Oliveira

A vida, obra e trajetória do ex-presidente Juscelino Kubitschek já rendeu livros, filmes, documentários, minissérie na TV e até podcasts. E a julgar pelas informações que não param de surgir, ainda vai render muito material para pesquisa. Que o diga o economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, que acabou de lançar o livro "JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo".

O que transparece no livro de 704 páginas é a visão de grandeza de Juscelino e a sua antevisão do futuro. Haja visto o projeto da Pampulha, projetada quando ele foi prefeito de BH, e que significou o marco inicial de uma nova arquitetura, depois consolidada com a construção de Brasília. O autor do livro, Carlos Alberto Teixeira destaca um recorte do período de JK em Minas Gerais e selecionou alguns discursos da época em que ele esteve à frente da capital mineira, e depois, como governador do Estado. Nesse sentido, todo o material publicado é inédito e pouco conhecido.

Neste novo livro, o autor procurou desmitificar e derrubar algumas histórias e infundadas críticas, como a de que Juscelino teria sido o causador da inflação no Brasil. "Eu comprovo que ela já vigorava e prevalecia no país antes da sua posse, com percentuais elevados, e ele procurou combatê-la de forma coerente e prática. Nesse sentido, JK afirmava que a melhor forma de combater a inflação e o custo de vida era produzir mais, com mais qualidade e custos menores e defendia o aumento da produtividade industrial brasileira". Outra ficção, segundo ele, é a de que o custo da construção de Brasília levou ao endividamento do país. "Tal alegação também não procede. A capital brasileira, segundo o ex-ministro Roberto Campos, teria custado, no máximo 3,5%, do PIB nacional, o que equivaleria, nos dias de hoje, a cerca de US$ 70 bilhões. "Esse valor, considerando-se o dólar atualmente cotado a R$ 5,00 - equivale a R$ 350 bilhões. Ora, esse montante representa apenas a metade de tudo quanto o setor público brasileiro – União, Estados e Municípios gastará, neste ano, no pagamento de juros sobre a dívida pública consolidada.

Carlos Alberto também é autor de outras obras, como a coletânea de livros e 2.366 páginas intitulada "JK: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".

O livro poderá ser encontrado, inicialmente, apenas junto a MercadoComum que o publicou.

Tel: 31 3281-6474 - revistamc@uol.com.br
Rua Padre Odorico, 128 - 10º Andar - 30.330-040
BELO HORIZONTE – MG - www.mercadocomum.com

VALOR DO LIVRO:
Retirada na sede de MercadoComum: R$ 100,00
Envio: BH/Interior de MG: R$ 120,00 - Outros Estados: R$ 140,00

PAGAMENTO:
Via PIX: 70.954.383/0001-12
Crédito em C/C: A favor de MinasPart Comunicação, Ltda.
Banco Itaú (341) - Agência 3176 - Conta 05630-1

INFORMAR: Nome do adquirente, endereço postal e CEP

MERCADOCOMUM®
HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

MERCADOCOMUM®
PUBLICAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA, FINANÇAS E NEGÓCIOS

EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
NOVEMBRO DE 2026
34 ANOS - EDIÇÃO 363

Publicação Nacional de
Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Projeto gráfico/diagramação
Fio do Bigode Comunicação
(31) 99503-4003

Publicidade e Área Comercial
MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
cato@mercadocomum.com
revistamc@uol.com.br

MercadoComum* é uma publicação
mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.
CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número:
817452753 de 02.08.1993

Endereço:
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
E-Mail: revistamc@uol.com.br
www.mercadocomum.com

Os artigos assinados podem não refletir, necessariamente, a opinião dos editores. Proibida a reprodução parcial ou total sem autorização prévia por escrito da direção desta publicação. MercadoComum é uma publicação independente, não associada a qualquer grupo empresarial e não possui filiais/sucursais ou representantes no país e no exterior

SUMÁRIO

4
A Economia com Todas as Letras e Números

20
Mundo Empresarial

32
Debate Econômico

48
Destques

58
Especial

78
Opinião
O ponto de vista de grandes nomes do cenário nacional, sobre assuntos diversos.

70
Gastronomia

Investir em precatórios exige atenção a riscos que vão além do valor do crédito

Cancelamentos determinados pelo CNJ reforçam a importância de verificar o trânsito em julgado e a regularidade jurídica antes de negociar créditos judiciais

Cancelamentos de requisições de pagamento de precatórios determinadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acendem um alerta para investidores interessados em adquirir créditos judiciais: a existência de um valor a receber não significa, por si só, que a operação esteja livre de riscos jurídicos. Antes de fechar negócio, é necessário verificar a situação processual do crédito, a regularidade de sua expedição e a existência de eventuais pendências que possam comprometer o recebimento.

O trânsito em julgado ocorre quando não há mais possibilidade de recurso contra determinada decisão. No caso dos precatórios, é importante observar também a fase de execução, em que são definidos os valores e as condições para o cumprimento da obrigação. A emissão antecipada de uma requisição, sem que os requisitos legais tenham sido cumpridos, pode comprometer a segurança da operação.

Para João Bandeira, diretor da Bandeira Investimentos, a análise de um precatório exige uma avaliação que vai além do valor envolvido ou da expectativa de recebimento. É necessário examinar a documentação processual, a situação do crédito e a regularidade dos atos que levaram à expedição da requisição.

"Antes de negociar um precatório, é fundamental entender em que etapa o processo está e se o crédito reúne as condições jurídicas necessárias. A existência de uma requisição de pagamento, por si só, não dispensa a análise dos autos e da documentação que comprova a situação do crédito", afirma.

CRÉDITO EXPEDIDO NÃO SIGNIFICA, NECESSARIAMENTE, CRÉDITO DEFINITIVO

A análise de um precatório envolve diferentes aspectos jurídicos. Entre eles estão a decisão que reconheceu o direito, o andamento da fase de execução, a existência de recursos

pendentes e a definição dos valores devidos. Também é necessário verificar quem é o titular do crédito e se houve cessões anteriores, bloqueios, penhoras ou outras restrições que possam afetar a negociação.

A distinção é importante porque a expedição de um precatório não deve ser confundida com a confirmação de que todas as etapas processuais foram concluídas regularmente. A situação precisa ser verificada caso a caso, considerando as decisões judiciais e as normas aplicáveis.

"Um crédito pode apresentar um valor expressivo e, ainda assim, exigir uma investigação documental aprofundada. O investidor precisa compreender a origem do direito, a fase processual, a existência de eventuais pendências e as condições para que aquele valor possa ser recebido. A análise técnica é o que permite identificar riscos antes que a negociação seja concluída", explica Bandeira.

CERTIDÕES PODEM AMPLIAR A TRANSPARÊNCIA DAS NEGOCIAÇÕES

A padronização das informações sobre a situação processual dos precatórios também é relevante para aumentar a segurança do mercado. Uma certidão clara, atualizada e verificável, que reúna dados sobre o processo, o trânsito em julgado, a titularidade e eventuais restrições do crédito, pode facilitar a conferência documental por compradores, vendedores e demais envolvidos na operação.

O objetivo é reduzir dúvidas sobre a situação jurídica do ativo e permitir que as partes tomem decisões com base em informações consistentes. A certidão, no entanto, deve ser compreendida como parte de um processo de verificação mais amplo, e não como substituta da análise dos autos e dos documentos pertinentes.

O tema ganha importância em meio às iniciativas do CNJ e do Banco Central para estruturar uma sistemática nacional de registro, rastreabilidade e controle das cessões de precatórios. A proposta busca ampliar a transparência sobre as transferências desses créditos e aprimorar os mecanismos de acompanhamento das operações.

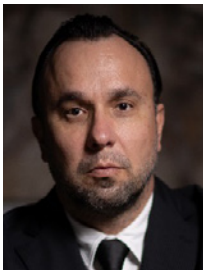
"Quanto mais padronizadas, atualizadas e verificáveis forem as informações sobre um precatório, maior será a capacidade de identificar inconsistências antes da negociação. Uma certidão que permita compreender a situação do crédito é uma ferramenta importante, desde que esteja integrada à conferência dos documentos e dos registros processuais", destaca o diretor.

ANÁLISE JURÍDICA É PARTE DA AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO

Para quem considera adquirir um precatório, a diligência deve incluir a conferência da documentação judicial, da titularidade e do histórico de cessões, além da análise de possíveis restrições e das condições de recebimento. A avaliação também precisa considerar que o valor indicado no processo não representa, necessariamente, o montante líquido disponível ao investidor.

A tecnologia e os mecanismos de registro podem contribuir para tornar o mercado mais transparente, mas não eliminam os riscos associados à situação jurídica de cada crédito. Por isso, a análise documental e processual continua sendo uma etapa central na avaliação de uma operação.

"Segurança em precatórios não se resume a confirmar que o crédito existe ou que há uma requisição expedida. É preciso verificar se ele está juridicamente apto à negociação, se a documentação corresponde à situação atual do processo e quais fatores podem afetar seu recebimento. Uma análise cuidadosa antes da compra é essencial para que o investidor compreenda os riscos envolvidos", conclui João Bandeira.



Trump pode perder o controle do Congresso: o que muda para o Brasil, imigração e investimentos em 2027?

Daniel Toledo

Advogado da Toledo e Advogados Associados especializado em Direito Internacional, consultor de negócios internacionais, palestrante e sócio da LeeToledo PLLC. Toledo também possui um canal no YouTube com mais de 1 milhão de seguidores com dicas para quem deseja morar, trabalhar ou empreender internacionalmente. Ele também é membro efetivo da Comissão de Relações Internacionais da OAB Santos, professor honorário da Universidade Oxford - Reino Unido, consultor em protocolos diplomáticos do Instituto Americano de Diplomacia e Direitos Humanos USIDHR

Com eleições nos dois países separadas por poucos dias, nova composição do Legislativo americano poderá influenciar deportações, comércio exterior, dólar e relações diplomáticas, independentemente de quem assumir a Presidência brasileira

Faltam poucos dias para as eleições de meio de mandato dos Estados Unidos, marcadas para 3 de novembro, e o resultado poderá alterar o equilíbrio de poder em Washington durante os dois últimos anos do governo de Donald Trump. A votação ocorrerá poucos dias depois do eventual segundo turno da eleição presidencial brasileira, previsto para 25 de outubro, ampliando as incertezas sobre as relações comerciais, diplomáticas e migratórias entre os dois países em 2027.

Os americanos escolherão os ocupantes das 435 cadeiras da Câmara dos Representantes e de 35 das 100 vagas do Senado. Atualmente, os republicanos controlam as duas Casas, mas pesquisas eleitorais apontam dificuldades para o partido manter sua maioria. O modelo estatístico do The Economist, citado pela revista Exame em 16 de outubro, atribuía aos republicanos apenas 4% de probabilidade de preservar o controle da Câmara. A estimativa representa uma projeção, não um resultado eleitoral.

Para Daniel Toledo, advogado especializado em Direito Internacional e imigração nos Estados Unidos, fundador da Toledo e Advogados Associados e professor honorário da Universidade de Oxford, a discussão envolve os limites jurídicos do poder presidencial e os possíveis efeitos das decisões americanas sobre brasileiros que vivem, trabalham ou investem no país.

Uma eventual vitória democrata não significaria uma mudança imediata nas relações com o Brasil. Entretanto, uma nova maioria legislativa poderia ampliar a fiscalização sobre o Executivo, influenciar negociações orçamentárias e dificultar a aprovação de determinadas propostas. Os efeitos dependerão das competências de cada instituição e das medidas efetivamente adotadas.

Trump pode perder o Congresso e continuar deportando imigrantes?

A imigração será um dos principais temas a acompanhar após as eleições. Mesmo que os democratas conquistem a maioria na Câmara ou no Senado, Trump continuará responsável pela administração dos órgãos migratórios, incluindo o Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas (ICE).

O Congresso poderá ampliar investigações, convocar autoridades e discutir os recursos destinados às operações migratórias. No entanto,

uma mudança de maioria não suspende automaticamente deportações nem revoga normas existentes.

Para brasileiros em situação irregular, isso significa que as obrigações migratórias continuarão válidas, independentemente do resultado eleitoral. Processos de remoção, pedidos de asilo e solicitações de regularização seguem procedimentos administrativos e judiciais específicos.

A principal mudança poderá ocorrer na capacidade do Legislativo de fiscalizar operações, questionar prioridades do governo e negociar o financiamento das políticas de imigração.

GREEN CARD E VISTOS DE TRABALHO PODEM MUDAR EM 2027?

Brasileiros que pretendem morar legalmente nos Estados Unidos também deverão acompanhar a nova composição do Congresso. Categorias como EB-1, EB-2 NIW, EB-3 e EB-5 possuem requisitos previstos na legislação, enquanto os procedimentos de análise são conduzidos por órgãos federais.

Alterações estruturais nas cotas de imigração permanente geralmente dependem de aprovação legislativa. Já critérios operacionais, procedimentos e orientações administrativas podem sofrer ajustes dentro dos limites legais.

No EB-2 NIW, destinado a profissionais que atendem a requisitos específicos de qualificação e interesse nacional, mudanças na interpretação dos critérios podem influenciar a preparação e a avaliação dos processos. O EB-5, voltado a investidores, exige aportes qualificados e geração de empregos, conforme as regras aplicáveis.

Para empresários, modalidades como L-1 e E-2 também merecem atenção, especialmente quanto à estrutura das empresas, nacionalidade

do solicitante e requisitos de elegibilidade.

O resultado eleitoral, portanto, não garante ampliação ou restrição automática de vistos. O impacto dependerá de novas leis, decisões administrativas e eventuais determinações judiciais.

COMO FICARÁ A RELAÇÃO COM TRUMP?

O resultado da eleição brasileira acrescentará outra variável às relações bilaterais. Uma eventual reeleição de Lula poderá manter divergências diplomáticas com Trump em temas como comércio, soberania, meio ambiente e posicionamentos internacionais, sem impedir negociações econômicas entre os países.

Caso Flávio Bolsonaro vença, poderá haver maior aproximação política com a Casa Branca, dependendo das prioridades adotadas pelos governos. Entretanto, alinhamento ideológico não garante redução de tarifas, flexibilização migratória ou vantagens comerciais.

A composição do Congresso americano também terá importância. Uma maioria republicana poderá facilitar a tramitação de propostas apoiadas por Trump. Já uma maioria democrata em uma ou nas duas Casas poderá ampliar a fiscalização e exigir maior negociação legislativa.

Mesmo assim, o presidente americano continuará exercendo competências próprias na condução da política externa. Por isso, o impacto das eleições sobre o Brasil poderá ser gradual, e não necessariamente imediato.

TARIFAS COMERCIAIS E SANÇÕES CONTRA O BRASIL PODEM SER REVISTAS?

As medidas comerciais americanas representam uma preocupação para setores brasileiros como agronegócio, siderurgia, indústria e exportação de matérias-primas.

Embora a Constituição americana atribua ao Congresso competências sobre comércio exterior, diferentes leis permitem ao presidente adotar medidas tarifárias em circunstâncias específicas. Por essa razão, uma eventual vitória democrata não significaria a suspensão automática de tarifas já estabelecidas.

O Legislativo poderá fiscalizar decisões, propor mudanças legais e questionar determinadas políticas. Entretanto, revisões também poderão depender de negociações diplomáticas, procedimentos administrativos e decisões judiciais.

O mesmo raciocínio se aplica às sanções internacionais. Algumas me-

didas decorrem de legislação específica, enquanto outras são executadas por instrumentos administrativos. Para o Brasil, o cenário exigirá atenção aos atos concretos do governo americano e aos limites estabelecidos pelo Judiciário.

DÓLAR E INVESTIMENTOS: QUAIS OS RISCOS PARA 2027?

A proximidade entre as eleições brasileiras e americanas poderá provocar mudanças nas expectativas do mercado financeiro. Questões fiscais, políticas comerciais, juros e fluxo de capitais influenciam a percepção de risco dos investidores.

Entretanto, não é possível afirmar que determinado resultado eleitoral provocará, isoladamente, alta ou queda do dólar. O comportamento da moeda também depende das decisões do Federal Reserve, do Banco Central brasileiro e das condições econômicas internacionais.

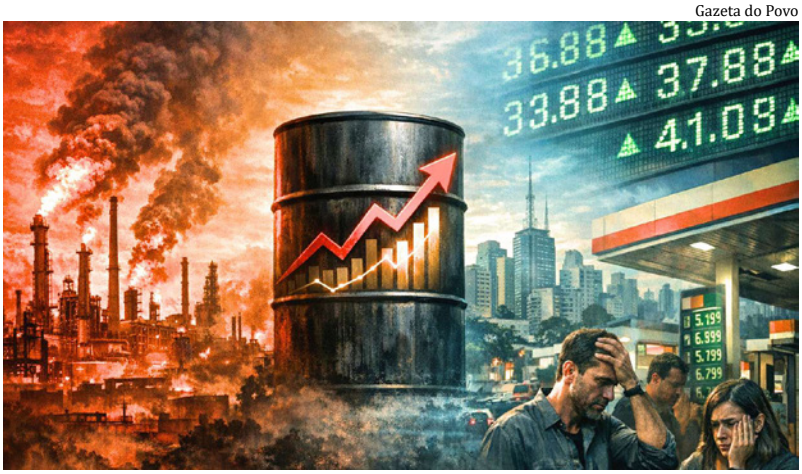
Para brasileiros interessados em comprar imóveis, abrir empresas ou transferir patrimônio para os Estados Unidos, o planejamento deverá considerar custos cambiais, tributação, origem dos recursos e obrigações legais nos dois países.

Outro ponto importante é distinguir investimentos financeiros de processos migratórios. Comprar um imóvel ou constituir uma empresa nos Estados Unidos não garante automaticamente residência permanente. Categorias como EB-5 possuem exigências específicas que precisam ser atendidas.

PETRÓLEO, GUERRA COM O IRÃ E INFLAÇÃO PODEM INFLUENCIAR O CENÁRIO?

O conflito com o Irã e os preços dos combustíveis também fazem parte do ambiente político americano. A instabilidade no Oriente Médio e os riscos

Gazeta do Povo



ao transporte marítimo pelo Estreito de Ormuz podem pressionar os preços internacionais do petróleo e elevar os custos de energia e transporte.

Para o Brasil, uma alta prolongada do barril poderá afetar combustíveis, inflação e custos de produção. Ao mesmo tempo, a condição de produtor e exportador de petróleo poderá gerar efeitos positivos sobre determinadas receitas e empresas do setor.

Uma mudança no Congresso americano poderá ampliar o debate sobre financiamento de operações militares e fiscalização da política externa. Entretanto, Trump continuará exercendo competências presidenciais nessa área, sujeitas aos limites constitucionais e legais.

O cenário também poderá influenciar as relações dos Estados Unidos com a China, a Rússia e outros parceiros estratégicos, com reflexos indiretos sobre comércio, energia e investimentos brasileiros.

O QUE ESPERAR DEPOIS DAS ELEIÇÕES AMERICANAS?

O novo Congresso tomará posse em 3 de janeiro de 2027. Até lá, o resultado das urnas ajudará a definir o grau de apoio político que Trump terá para conduzir sua agenda nos dois últimos anos de mandato.

Para o Brasil, o impacto dependerá da combinação entre o presidente brasileiro eleito, a composição do Legislativo americano e as decisões econômicas e diplomáticas adotadas pelos dois governos.

Na imigração, as atenções estarão voltadas à fiscalização, às propostas legislativas e às regras de vistos. Nos investimentos, os principais fatores serão tributação, câmbio e comércio exterior. Na geopolítica, petróleo, conflitos internacionais e relações com a China continuarão entre os temas relevantes.

Embora uma mudança no Congresso não provoque necessariamente alterações imediatas na relação bilateral, seus efeitos poderão surgir ao longo de 2027, por meio de negociações orçamentárias, novas leis, investigações parlamentares e decisões judiciais.

Para brasileiros que pretendem morar, trabalhar ou investir nos Estados Unidos, o resultado eleitoral deverá ser acompanhado com atenção, mas sem confundir promessas políticas com mudanças efetivas nas regras. O planejamento jurídico, financeiro e migratório continuará sendo determinante para decisões que envolvem patrimônio, carreira e residência no exterior.

Os artigos publicados nesta edição são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião dos editores da publicação.

Intenção de investimento da indústria cai ao menor nível desde 2020

Enquanto a intenção de investimento industrial recua, reação do mercado após o primeiro turno sinaliza expectativas positivas, segundo análise do IFL-BH

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a intenção de investimento da indústria brasileira caiu para 51,3 pontos em setembro, o menor nível desde agosto de 2020, durante a pandemia. No mesmo levantamento, a expectativa de contratação de trabalhadores ficou em 49,2 pontos, abaixo da linha de 50 pontos que separa perspectivas de crescimento e retração.

Com a intenção de investimento da indústria brasileira registrando baixa, empresários brasileiros têm se mostrado mais cautelosos diante da falta de clareza sobre os rumos da economia.

De acordo com Igor Montalvão, advogado, professor e integrante do Instituto de Formação de Líderes de Belo Horizonte (IFL-BH), "o empresariado chegou a este momento eleitoral com uma combinação de preocupação e esperança. De um lado, temos juros elevados, incertezas fiscais e uma economia que ainda enfrenta dificuldades para sustentar investimentos de longo prazo".

O Índice de Confiança do Empresário Industrial de Minas Gerais (ICEI-MG), divulgado pela FIEMG, apontou uma baixa de 2,4 pontos em setembro, passando de 45,7 pontos, em agosto, para 43,3 pontos. Com este resultado, o indicador permaneceu abaixo da linha dos 50 pontos pelo 22º mês consecutivo, reforçando o cenário de falta de confiança entre os industriais mineiros.

Conforme o advogado, por outro lado, a reação do mercado financeiro ao primeiro turno das eleições mostrou que existe uma expectativa real de mudança no ambiente econômico. No primeiro pregão após a votação, em 5 de outubro, o Ibovespa disparou 7,7%, superando pela primeira vez os 200 mil pontos no fechamento, enquanto o dólar recuou mais de 4%. Somente naquele dia, investidores estrangeiros aportaram aproximadamente R$10 bilhões na Bolsa brasileira.

"Esse movimento não pode ser ignorado. Ele revela que parte relevante dos investidores passou a enxergar perspectivas mais favoráveis para a condução da economia, especialmente quanto à responsabilidade fiscal e à possibilidade de reformas. É um sinal de esperança e de que existe capital disposto a apostar no Brasil quando as expectativas melhoram", explica o advogado.

Entretanto, precisamos distinguir a valorização dos ativos financeiros da recuperação efetiva da economia. A Bolsa reage às expectativas, enquanto a decisão de construir uma fábrica, ampliar uma empresa ou contratar trabalhadores exige confiança de longo prazo.

Para Igor Montalvão, o grande desafio para 2027 será transformar esse otimismo inicial em investimentos produtivos, empregos e crescimento sustentável. "Para isso, será necessário que o próximo governo, independentemente de quem vença as eleições, apresente medidas concretas de equilíbrio fiscal, segurança jurídica e fortalecimento da livre iniciativa", finaliza.

BNDES já aprovou R$ 2,68 bilhões do Brasil Soberano para apoiar setor produtivo de Minas Gerais

Em todo país, foram R$ 32,6 bilhões aprovados; e na região Sudeste, R$ 14,58 bi

Lançado em setembro de 2025, programa atende empresas afetadas pelo tarifas impostas pelos EUA e por tensões geopolíticas, além de setores estratégicos para economia nacional

Nova fase do Brasil Soberano já recebeu R$ 1,19 bilhão em propostas de crédito de empresas de Minas Gerais

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já aprovou R$ 2,68 bilhões em crédito do Plano Brasil Soberano para empresas de Minas Gerais desde a abertura do programa em setembro de 2025. Em todo Brasil, foram R$ 32,6 bilhões; e na região Sudeste, R$ 14,58 bilhões de recursos aprovados.

"O Brasil Soberano é uma resposta do Estado brasileiro à altura dos desafios impostos pelo tarifaço e pelas tensões geopolíticas. Ao garantir crédito e condições para que as empresas atravessem esse momento, o programa protege empregos, preserva cadeias produtivas e assegura que o país siga crescendo com autonomia", afirma Aloizio Mercadante, presidente do BNDES.

Até agora, foram lançadas três etapas do Plano Brasil Soberano. A primeira em setembro de 2025, para apoiar empresas afetadas pelas tarifas impostas unilateralmente pelo governo dos Estados Unidos. Em março deste ano, o programa foi ampliado para apoiar empresas exportadoras e aquelas relevantes para a balança comercial em meio a razões geopolíticas e de instabilidade internacional, como é o caso daquelas afetadas pela guerra no Oriente Médio e as que ainda enfrentam as medidas tarifárias impostas pelos EUA.

A terceira, lançada em julho e que amplia o rol de setores com direito ao crédito, tem orçamento total de R$ 22,6 bilhões. Deste montante, R$ 13,5 bilhões são provenientes do Tesouro Nacional e R$ 9,1 bilhões envolvem recursos próprios do BNDES.

SOBERANO III

Essa nova fase do Brasil Soberano já recebeu R$ 1,19 bilhão em propostas de crédito de empresas de Minas Gerais. Desse total, R$ 699,9 milhões para capital de giro para exportação; R$ 240,5 milhões foram para capital de giro; R$ 205,4 milhões para projetos de investimentos; e R$ 44,8 milhões para aquisição de máquinas e equipamentos. Em todo o país, as propostas recebidas pelo BNDES somam R$ 14,1 bilhões.

Do total de solicitações vindas de Minas Gerais, R$ 485,2 milhões em crédito já foram aprovados nesta terceira fase do plano. Em todo país, foram R$ 5,4 bi, sendo R$ 2 bilhões para empresas do grupo um, formado pelas empresas afetadas pelas tarifas impostas pelo governo dos EUA e seus fornecedores.

Para o grupo dois, formado por empresas de setores industriais relevantes (têxtil, químico, farmacêutico, minerais estratégicos e fertilizantes, entre outros), foram aprovados R$ 1,5 bilhão.

Para as empresas do grupo três e seus fornecedores, que exportam para países do Golfo Pérsico (Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Kuwait e Omã), o BNDES já aprovou R$ 1,4 bilhão.

DIREITO AO CRÉDITO

As linhas de financiamento abrangem a aplicação para capital de giro, capital de giro para exportação, aquisição de máquinas e equipamentos e projetos de investimentos. Tais projetos podem ser voltados para

ampliação da capacidade produtiva, inovação tecnológica ou adaptação de produtos e processos, entre outras hipóteses definidas pelos ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Três grupos de empresas têm direito ao crédito, conforme o disposto na Portaria Interministerial MDIC/MF 171/2026 e considerando ainda as recentes alterações fixadas pela Portaria Interministerial MDIC/MF Nº 194/2026. No primeiro grupo, formado por empresas e fornecedores afetados pelas tarifas impostas pelos EUA, são elegíveis aquelas cujo faturamento decorrente da exportação destes produtos para os EUA no período de doze meses entre 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025 tenha representado 1% ou mais do faturamento bruto da empresa apurado no mesmo período.

No segundo grupo, empresas atuantes em setores industriais relevantes para o comércio exterior brasileiro, representados pelos setores de média, média-alta ou alta intensidade tecnológica, setores identificados como estratégicos para adaptação ou modernização produtiva em função de acordos comerciais, ou identificados como estratégicos para a transição para uma economia de baixo carbono. Integram esse grupo empresas do ramo têxtil, químico, farmacêutico, automotivo, de máquinas e equipamentos, de minerais críticos e demais setores cujos CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) estão presentes no Anexo I da Portaria Interministerial MF/MDIC nº 171/2026.

No terceiro grupo, onde estão as empresas exportadoras e fornecedores para países do Golfo Pérsico, são elegíveis aquelas cujo faturamento bruto com exportações represente 1% ou mais do valor apurado no período de doze meses entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025.

Para solicitar acesso ao crédito, as empresas do primeiro e terceiro grupos devem verificar a sua elegibilidade, acessando a plataforma do Brasil Soberano. Os interessados precisarão se autenticar, utilizando a plataforma GOV.BR, exclusivamente por meio do certificado digital da empresa. Já a elegibilidade do segundo grupo será verificada com base na existência de cadastro no CNPJ do Cliente Final na Receita Federal, de CNAE primário ou secundário contemplado no Anexo I da Portaria MDIC/MF nº 171/2026 e suas alterações.

Moda de Minas Gerais desacelera, mas é parte estratégica da economia

A moda vai muito além das vitrines e das tendências. Em Minas Gerais, tecidos, vestuário e calçados formam uma cadeia econômica que conecta indústria, confecção, comércio, fornecedores e pequenos negócios, com presença em dezenas de municípios e forte capacidade de geração de empregos. É o que mostra análise elaborada pelo Núcleo de Estudos Econômicos e de Inteligência da Fecomércio MG, a partir de dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE) de julho de 2026 e de informações sobre a estrutura empresarial e territorial do setor.

A leitura dos dados revela uma combinação de força estrutural e maior exposição às oscilações do mercado. Em Minas Gerais, a atividade de tecidos, vestuário e calçados teve desempenho superior ao brasileiro durante boa parte de 2024 e 2025, mas entrou em trajetória de retração em 2026. No acumulado em 12 meses, o segmento passou de estabilidade em janeiro, com 0,1%, para quedas sucessivas até chegar a -5,1% em julho, pior resultado da série analisada. No mesmo mês, o comércio varejista mineiro ainda apresentava resultado positivo de 0,8%.

O movimento contrasta com o desempenho observado nos dois anos anteriores. Em 2024, Minas Gerais saiu de um cenário bastante negativo, com retração de 12,7% em janeiro, e encerrou dezembro com crescimento de 4,2%, acima dos 2,9% registrados no país. Em 2025, a vantagem mineira permaneceu durante praticamente todo o ano, com o segmento chegando a 6,6% em maio e junho, enquanto o Brasil registrava 5,0% e 5,5%, respectivamente. A partir do fim de 2025, porém, o ritmo perdeu força e a diferença se inverteu.

Para a economista da Fecomércio MG Fernanda Gonçalves, o comportamento recente precisa ser observado à luz da própria estrutura da atividade em Minas. “A moda tem uma presença econômica mais expressiva em Minas Gerais do que no Brasil. Isso faz com que o estado consiga capturar de maneira mais intensa os efeitos de um ambiente favorável, mas também fique mais exposto quando o consumo perde força ou a concorrência aumenta”, avalia.

A maior exposição está relacionada ao peso que a cadeia possui na eco-

nomia mineira. A moda representa cerca de 5,2% dos estabelecimentos do estado, acima dos 4,4% registrados no Brasil. No comércio, a participação também é maior: aproximadamente 15% do comércio mineiro está relacionado à moda, ante 13,6% na média nacional.

Essa especialização ajuda a explicar o comportamento observado nos últimos anos. Quando o consumo cresce, as condições de crédito melhoram ou o comércio doméstico ganha competitividade, os efeitos positivos alcançam não apenas as lojas, mas toda a cadeia produtiva. O movimento contrário também é verdadeiro: uma retração nas vendas pode atingir produção, distribuição, varejo e emprego de forma simultânea. "Estamos falando de uma cadeia bastante integrada. Por isso, o desempenho do varejo não pode ser analisado de forma isolada. Quando a atividade perde ritmo, o impacto pode chegar rapidamente a outros negócios e aos municípios que têm na moda uma importante base econômica", afirma Fernanda.

Essa capilaridade aparece na distribuição territorial dos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Minas Gerais reúne 18 APLs ligados à moda, distribuídos por 87 municípios, com aproximadamente 67 mil empresas formais e cerca de 80 mil empregos diretos.

A concentração de vínculos formais também evidencia polos consolidados, como o vestuário da Região Metropolitana de Belo Horizonte e o polo calçadista de Nova Serrana, referências nacionais em seus segmentos. Nesses territórios, a atividade de moda ultrapassa a função comercial e se integra à geração de renda, ocupação e arrecadação local.

A análise também chama atenção para a concorrência internacional. A presença de produtos asiáticos é especialmente relevante nos segmentos de tecidos, vestuário, acessórios e calçados. A predominância da China em tecidos, vestuário e acessórios e a liderança de Vietnã e Indonésia no mercado de calçados reforçam a importância das condições de importação para a competitividade da cadeia brasileira. "Competitividade, qualificação profissional, acesso ao crédito e ambiente de negócios precisam ser considerados de maneira integrada. Em uma cadeia tão distribuída pelo território mineiro, fortalecer a moda significa também fortalecer a economia dos municípios onde essa atividade está concentrada", destaca Fernanda.

Os dados, portanto, apresentam uma fotografia de um setor que combina relevância e vulnerabilidade. A moda tem participação empresarial acima da média nacional, forte presença territorial e capacidade de gerar ocupação, mas também responde de maneira sensível às mudanças na renda das famílias, ao crédito, à sazonalidade e à concorrência do comércio eletrônico internacional.

Para a Fecomércio MG, esse cenário reforça a necessidade de acompanhamento contínuo e de estratégias voltadas à competitividade do setor. O peso da moda na estrutura econômica mineira faz com que seus movimentos tenham reflexos que ultrapassam o comércio e alcançam a indústria, os serviços, os fornecedores e os mercados de trabalho locais.

Bitcoin para quem não entende Bitcoin: 10 perguntas que muita gente ainda tem vergonha de fazer

É preciso comprar uma unidade inteira? Quem determina o preço? O que acontece se a senha for perdida? Entender os conceitos básicos é o primeiro passo para conhecer os ativos digitais

Tamim Taban

O Bitcoin está nas notícias, nas conversas sobre investimentos e nos aplicativos de instituições financeiras. Essa presença, porém, não significa que seu funcionamento seja compreendido por todos. Entre termos técnicos, oscilações de preço e promessas que circulam nas redes sociais, perguntas básicas acabam ficando sem resposta.

Para Cleverson Pereira, Head de educação da AVO Educacional, o acesso à tecnologia precisa vir acompanhado de conhecimento. "É preciso garantir que as pessoas compreendam os riscos, saibam utilizar essas ferramentas com segurança e tenham acesso a informações claras para tomar decisões conscientes", afirma.

A seguir, dez perguntas ajudam a entender o Bitcoin sem exigir familiaridade com o vocabulário do mercado.

AFINAL, O QUE É BITCOIN?

Bitcoin é um ativo digital que pode ser transferido pela internet, em uma rede que funciona sem uma autoridade central responsável por emitir a moeda ou aprovar individualmente os pagamentos. Seu funcionamento segue regras verificadas pelos participantes da rede. O termo também identifica o sistema que permite essas transferências.

SE ELE É DIGITAL, COMO SABER QUE EXISTE?

A sua existência não depende de uma moeda física. Os registros ficam na blockchain, uma espécie de livro de transações compartilhado entre computadores. As regras da rede permitem verificar quais valores podem ser movimentados e rejeitar tentativas de gastar novamente um valor já utilizado. Ter Bitcoin significa poder autorizar a movimentação de valores registrados nesse sistema.

PRECISO COMPRAR UM BITCOIN INTEIRO?

Não. Cada Bitcoin pode ser di-

vidido em 100 milhões de satoshis, nome dado à sua menor unidade no protocolo. É possível adquirir uma fração, respeitando os valores mínimos e as tarifas da plataforma utilizada. O preço de uma unidade inteira, portanto, não corresponde ao valor necessário para começar uma operação.

QUEM CRIA OS BITCOINS? DÁ PARA FABRICAR MAIS QUANDO QUISER?

Novas unidades são emitidas como parte da recompensa dos mineradores, participantes que empregam capacidade computacional para propor blocos de transações. A emissão segue regras do protocolo e diminui periodicamente. Pelas regras atuais, a oferta é limitada a aproximadamente 21 milhões de bitcoins. Uma empresa ou um governo não pode simplesmente decidir emitir unidades adicionais aceitas pela rede.

QUEM DECIDE QUANTO O BITCOIN VALE?

O preço resulta das negociações entre compradores e vendedores. Não existe uma autoridade que fixe uma cotação oficial. Expectativas, demanda e condições de mercado influenciam os valores negociados, que podem variar entre plataformas. O limite de emissão, por si só, não garante valorização nem impede quedas.

COMPRAR BITCOIN É GARANTIA DE GANHAR DINHEIRO?

Não. É possível perder dinheiro, inclusive uma parcela expressiva do valor aplicado. A cotação pode sofrer grandes oscilações, e resultados anteriores não asseguram ganhos futuros. A Comissão de Valores Mobiliários destaca, entre os riscos dos criptoativos, a volatilidade, possíveis dificuldades para negociar e ameaças cibernéticas.

Compreender o ativo também envolve olhar para o cenário econômico. "No caso do Bitcoin, juros, liquidez global, dólar e percepção de risco também ajudam a determinar o comportamento do mercado. Entender essas relações é mais importante do que tomar uma decisão com base em um único indicador", explica Pereira.

ONDE O BITCOIN FICA GUARDADO: NO CELULAR OU NA CORRETORA?

Os registros permanecem na blockchain. A carteira é a ferramenta utilizada para administrar as chaves que permitem movimentar os ativos. Na autocustódia, o próprio usuário assume essa responsabilidade. Quando a custódia é feita por uma plataforma, ele depende da estrutura e dos procedimentos dessa empresa. São modelos com responsabilidades e riscos diferentes.

SE EU PERDER A SENHA, PERCO TUDO?

Depende do que foi perdido. A senha de acesso a uma plataforma pode ter um procedimento de recuperação. Já na autocustódia, perder a chave privada e todos os meios de recuperação pode tornar os ativos permanentemente inacessíveis. Muitas carteiras utilizam uma sequência de palavras para restauração, que precisa ser protegida contra perda e acesso de terceiros.

POSSO PAGAR ALGUMA COISA COM BITCOIN? É IGUAL AO PIX?

É possível pagar quando o destinatário aceita Bitcoin, mas a operação funciona de outra maneira. A transferência na rede principal envolve taxas e confirmações, cujo prazo pode variar. Também não há um mecanismo central de estorno: uma transação confirmada não pode ser desfeita unilateralmente pelo remetente. Conferir endereço, valor e condições antes do envio é essencial.

BITCOIN É ANÔNIMO? NINGUÉM CONSEGUE SABER QUEM MOVIMENTOU?

As transações são públicas, embora os endereços não apresentem automaticamente o nome de seus titulares. Isso não significa anonimato garantido. Informações obtidas em plataformas, compras ou outras interações podem permitir associar endereços a pessoas. A expressão mais adequada é "pseudônimo": o registro utiliza identificadores que podem ser relacionados a uma identidade.

Para Pereira, esclarecer essas dúvidas deve preceder qualquer decisão financeira. "Entender como funcionam os ativos digitais, conhecer os riscos envolvidos e adotar boas práticas de segurança continuam sendo fatores indispensáveis para que a criptoeconomia contribua efetivamente para uma inclusão financeira sustentável", conclui.

Reeleição de Lula: dívida pública pode pressionar juros, crédito e custo de vida das famílias

Projeções da IFI apontam aumento do endividamento; juros, inflação e desaceleração econômica estão entre os fatores que podem afetar consumo, crédito e poder de compra das famílias

A reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva coloca a condução das contas públicas entre os principais desafios econômicos do próximo mandato. Projeções da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado Federal, indicam que a dívida bruta do governo geral pode passar de 82,5% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2026, para 86,4% em 2027. O cenário amplia a atenção sobre a trajetória dos gastos públicos, o custo de financiamento do governo e os possíveis reflexos sobre o crédito e o consumo.

As perspectivas para a atividade econômica também apontam para um crescimento mais moderado. Na edição de 26 de outubro de 2026, baseada em expectativas coletadas antes do segundo turno das eleições, o Boletim Focus projetava expansão de 1,8% do PIB em 2026 e de 1,31% em 2027. Para a inflação, as medianas eram de 5,19% e 4,34%, respectivamente. A taxa Selic esperada para o encerramento de 2027 era de 11,75%, também abaixo do patamar atual de 13,75%.

O quadro coloca em evidência uma questão que vai além dos indicadores financeiros: como a combinação de endividamento público elevado, juros e inflação pode afetar o orçamento das famílias brasileiras?

Para Gabriel Eisner, consultor financeiro e sócio da Mhydas Planejamento Financeiro, empresa de planejamento financeiro e consórcios, o principal ponto de atenção é a capacidade de o governo apresentar uma trajetória fiscal considerada sustentável, sem comprometer o crescimento econômico. A percepção de risco fiscal pode influenciar os juros de longo prazo, as decisões de investimento e as condições de financiamento, com possíveis efeitos sobre empresas e consumidores.

"O brasileiro não acompanha ne-

cessariamente a dívida pública no dia a dia, mas pode sentir os efeitos das decisões econômicas no custo do financiamento, no preço dos produtos e na capacidade de manter o padrão de vida. O desafio é entender como essas variáveis se conectam e como preparar o orçamento para diferentes cenários", afirma Eisner.

CLASSES C E D TÊM MAIOR EXPOSIÇÃO À PRESSÃO SOBRE DESPESAS ESSENCIAIS

Para as famílias de menor renda, a principal preocupação é a perda de poder de compra. Alimentação, transporte, energia, gás de cozinha e medicamentos ocupam uma parcela importante do orçamento, o que reduz a margem para absorver aumentos de preços.

O efeito pode se intensificar quando os rendimentos não acompanham a inflação. Além disso, juros elevados encarecem modalidades de crédito como empréstimos pessoais, parcelamentos e rotativo do cartão, ampliando o risco de endividamento para famílias que já têm pouca capacidade de poupança.

A desvalorização do real também pode pressionar os preços de produtos e insumos importados. Nos combustíveis e alimentos, porém, os efeitos dependem de outros fatores, como preços internacionais, safras, custos de produção, tributação e políticas específicas de cada setor.

CLASSES B E A: FINANCIAMENTO, INVESTIMENTOS E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Nas classes B, os efeitos podem aparecer principalmente nas decisões de médio e longo prazo, como financiar um imóvel, trocar de carro, pagar mensalidades escolares ou manter planos de saúde. A permanência de juros elevados pode aumentar o custo de novos financiamentos e levar famílias a adiar decisões de consumo.

Já nas classes A, a volatilidade dos juros, do câmbio e dos ativos financeiros pode afetar a rentabilidade dos investimentos e a preservação do patrimônio. Embora aplicações de renda fixa possam oferecer retornos nominais mais elevados em um ambiente de juros altos, o resultado efetivo depende da inflação, dos impostos e das características de cada investimento.

"Em cenários de incerteza, o planejamento financeiro precisa considerar tanto a capacidade de pagamento no presente quanto os compromissos assumidos para os próximos anos. Para algumas famílias, a prioridade será proteger o orçamento básico; para outras, preservar liquidez e diversificar o patrimônio. O ponto comum é evitar decisões baseadas apenas em expectativas de curto prazo", diz o executivo.

AJUSTE FISCAL E CRESCIMENTO SERÃO DECISIVOS PARA OS PRÓXIMOS ANOS

As projeções não são uniformes entre as instituições. Enquanto o Focus estimava crescimento de 1,31% para o PIB em 2027, o Ministério da Fazenda projetava expansão de 2,3% no mesmo período. A diferença evidencia a incerteza em torno do ritmo da atividade econômica e dos fatores que podem sustentar o consumo e os investimentos.

Para a IFI, a evolução da dívida depende de variáveis como crescimento econômico, juros, receitas e despesas públicas. A instituição também acompanha a relação entre a situação fiscal e o prêmio de risco exigido pelos investidores, que influencia o custo da dívida pública. O resultado para o bolso dos brasileiros dependerá, portanto, das medidas econômicas adotadas, da evolução das contas públicas, das decisões do Banco Central e das condições externas. A elevação da dívida não implica automaticamente aumento de preços, assim como a reeleição, isoladamente, não determina a trajetória futura dos juros.

Para Eisner, acompanhar esse cenário é importante para avaliar o momento de assumir compromissos financeiros, reorganizar dívidas e definir prioridades. "O planejamento não depende de prever exatamente o comportamento da economia, mas de conhecer os próprios limites financeiros, controlar o endividamento e manter margem para enfrentar imprevistos", conclui.

Movimento pós-Fed: juros, inflação e perspectivas para a política americana

Fernando Saad Benati
Estrategista global da Avenue

O Federal Reserve - FED decidiu manter, em reunião realizada em 28 de outubro, a taxa básica de juros na faixa entre 3,75% e 4% ao ano, como o mercado já esperava. No entanto, alguns pontos apresentados pelo presidente Kevin Warsh após a decisão trouxeram novidades que talvez não estivessem no radar dos investidores.

Em primeiro lugar, Warsh reforçou, em diversos momentos, o compromisso do FED com a meta de inflação de 2%. Segundo ele, trata-se de um objetivo único, sem intervalo de tolerância, e esse compromisso vem sendo enfatizado pelo banco central americano nas últimas reuniões.

Outro ponto destacado foi o ritmo de crescimento da economia americana, considerado forte. Warsh mencionou o avanço do consumo e dos investimentos, especialmente aqueles impulsionados pelo setor de tecnologia, e indicou que a economia deve ter apresentado um crescimento robusto no terceiro trimestre.

Em relação aos preços do petróleo, o presidente atribuiu a recente alta ao cenário geopolítico, em meio ao conflito no Oriente Médio. Ele observou que alguns setores já demonstram os efeitos desses aumentos e ressaltou que cabe ao banco central evitar que essas pressões inflacionárias se espalhem para o restante da economia.

Talvez uma das mudanças mais relevantes esteja relacionada à estrutura das reuniões do FED. A partir de 2027, uma das oito reuniões anuais passará a ser dedicada a discussões de longo prazo sobre a estratégia e a atuação do banco central, sem uma decisão de política monetária. Assim, serão sete reuniões com decisões naquele ano. Em 2028, esse formato será adotado em duas das oito reuniões, reduzindo para seis o número de encontros com decisões.

A justificativa para essa mudança é permitir que o FED tenha mais espaço para análises aprofundadas e para discutir questões estruturais e estratégicas de longo prazo.

Quando questionado sobre a possibilidade de os juros já estarem em um nível adequado para a economia, Warsh afirmou que os próximos indicadores serão fundamentais para avaliar essa questão. Ele ressaltou que ainda não há clareza suficiente para afirmar que a política monetária está no nível ideal.

Nesse contexto, os dados previstos para amanhã ganham ainda mais relevância: o índice de preços de gastos com consumo pessoal (PCE), uma das principais referências de inflação utilizadas pelo FED, e o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos referente ao terceiro trimestre. Ambos serão importantes para avaliar os próximos passos da política monetária.

A sinalização de que ainda não há certeza sobre o nível adequado dos juros contribuiu para uma queda dos rendimentos dos títulos do Tesouro americano de dois anos durante a entrevista coletiva.

Por fim, Warsh também comentou a relação entre os preços do petróleo e os juros negociados no mercado, ou seja, as taxas precificadas na curva de juros, e não necessariamente a decisão do FED.

Segundo ele, essa relação vinha apresentando uma correlação positiva, mas esse comportamento deixou de ser observado recentemente. Enquanto o preço do barril de petróleo avançou para níveis superiores a US$ 100 e chegou à faixa de US$ 115, os rendimentos dos títulos recuaram. Esse movimento indica uma mudança na relação que vinha sendo observada entre essas duas variáveis.

Os artigos publicados nesta edição são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião dos editores da publicação.

CBS de 11,3% proposta no TCU supera estimativas iniciais e vem a público após as eleições

A distância entre as projeções anteriores e o percentual apresentado, além da transparência e previsibilidade na implantação da reforma

A proposta de alíquota de referência de 11,3% para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), apresentada no dia 28 de outubro pelo presidente e relator do processo no Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Vital do Rêgo, colocou um novo número no centro do debate sobre a reforma tributária. O percentual está muito acima das estimativas iniciais e foi divulgado apenas depois do encerramento das eleições. A proposta ainda depende de deliberação do tribunal e posterior definição pelo Senado.

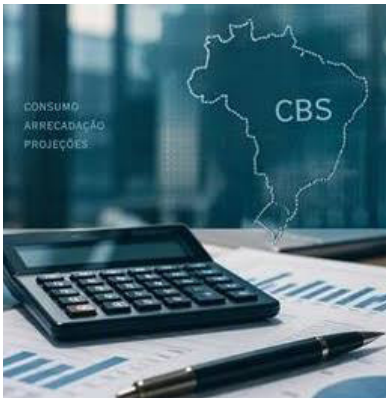
Para o contador, tributarista e professor universitário André Charone, a diferença exige uma explicação clara à sociedade.

"Quando uma reforma é apresentada com determinada expectativa de alíquota e o cálculo chega a um patamar significativamente superior, é preciso mostrar o que mudou. O contribuinte precisa entender quais premissas foram revistas e como isso pode afetar sua atividade", afirma.

Em 2024, o Ministério da Fazenda estimava uma alíquota de 8,8% para a CBS. Frente àquela projeção, os 11,3% representam uma diferença de 2,5 pontos percentuais, ou aproximadamente 28,4% a mais na alíquota nominal. O percentual também supera a referência de 9,21% utilizada pelo Comitê Gestor do IBS.

Charone ressalta que a comparação revela uma mudança expressiva de expectativa, mas precisa ser interpretada corretamente.

"Uma alíquota 28,4% superior à estimativa anterior não significa que todos os preços ou a carga de todas as empresas aumentarão nessa mesma proporção. O impacto efetivo depende dos créditos, das regras de cada atividade e



dos tributos substituídos. Ainda assim, a distância entre os números é grande e merece atenção", explica.

A CBS integra o novo modelo de tributação do consumo e substituirá PIS e Cofins. Seu cálculo busca preservar a arrecadação dos tributos substituídos, considerando também benefícios, regimes específicos e outras particularidades previstas na reforma.

Segundo Charone, preservar a arrecadação total não significa manter a mesma carga para cada contribuinte.

"A neutralidade é uma referência para o conjunto da arrecadação. Dentro desse conjunto, algumas atividades podem pagar mais e outras, menos. Por isso, a discussão precisa sair da média nacional e chegar à realidade das empresas, especialmente daquelas com menor possibilidade de aproveitamento de créditos", avalia.

Outro ponto é o momento da divulgação. A proposta de cálculo foi encaminhada ao TCU em setembro, mas o percentual permaneceu desconhecido do público durante a campanha. O número veio a público nesta quarta-feira, depois do segundo turno de domingo (25). O calendário divulgado pelo próprio tribunal previa o envio dos cálculos ao Senado até 30 de outubro.

Para o especialista, o cumprimento do calendário institucional não encerra a discussão sobre transparência.

"O eleitor também é contribuinte. Informações com potencial de afetar consumo, preços e decisões empresariais deveriam contar com a maior transparência possível. Conhecer esse percentual durante o debate eleitoral teria permitido uma discussão mais concreta sobre os efeitos da reforma", afirma Charone.

A divulgação posterior à votação, por si só, não comprova uma decisão de adiar o anúncio por interesse eleitoral. Na avaliação do tributarista, porém, a sequência dos acontecimentos justifica cobrar explicações sobre a publicidade dos cálculos.

"É legítimo perguntar por que as estimativas e suas premissas não foram apresentadas antes. Uma mudança dessa dimensão exige confiança, e confiança depende de informação acessível e de tempo para que a sociedade possa examiná-la", acrescenta.

O cronograma do TCU prevê a fixação da alíquota pelo Senado até 15 de dezembro. Para Charone, a etapa deve ser acompanhada de explicações sobre os efeitos do percentual proposto.

"As empresas precisam revisar preços, contratos, sistemas e fluxo de caixa. Quanto mais tarde uma informação central se torna pública, menor é o tempo para uma adaptação responsável. Simplificar a tributação é necessário, mas previsibilidade e transparência também precisam fazer parte da reforma", conclui.

Cemig conquista Prêmio Conarec 2026 com solução de IA que torna análise de faturas mais rápida e transparente para o cliente

Case premiado utiliza IA para analisar histórico de consumo e auxiliar atendentes a explicar variações nas contas de energia

A Cemig foi destaque no Prêmio Conarec 2026, uma das principais premiações do Customer Experience do país, que reconhece empresas pela geração de valor aos clientes, inovação e excelência no relacionamento com os consumidores. A companhia foi vencedora na categoria "Empresas e Contratantes", no segmento "Energia e Utilities", com o case "Como o Cliente+, uma parceria Cemig e IBM, transformaram a experiência com faturas de energia por meio da Inteligência Artificial".

A premiação foi concedida em virtude da implantação na Cemig da IA Análise de Faturas, ferramenta que utiliza Inteligência Artificial para apoiar o atendimento e facilitar a compreensão das contas de energia

A premiação foi concedida em virtude da implantação na Cemig da IA Análise de Faturas, ferramenta que utiliza Inteligência Artificial para apoiar o atendimento e facilitar a compreensão das contas de energia. A solução permite analisar, em segundos, informações que antes exigiam consultas a diferentes sistemas e uma avaliação manual por parte dos atendentes.

Entender por que o valor da conta mudou de um mês para outro pode envolver diferentes fatores. Variações no consumo, bandeiras tarifárias, tributos e outros componentes da cobrança estão entre as informações que precisam ser consideradas para explicar o valor final. Foi diante dessa demanda recorrente nos canais de relacionamento da Cemig que surgiu a ferramenta.

De acordo com a diretora de Experiência do Cliente, Roberta Nanini, os resultados positivos da iniciativa já são percebidos.

"Antes, para responder aos questionamentos dos clientes, os atendentes precisavam consultar diferentes sistemas, abrir múltiplas faturas e analisar manualmente o histórico de consumo e as variáveis envolvidas na cobrança. Com a tecnologia, conseguimos reduzir em 23% o tempo médio de atendimento, além de registrar aumento de 12% no NPS (metodologia usada para avaliar a experiência do cliente) e de 11% no Índice de Nível de Satisfação (INS) durante o projeto piloto", destaca.

MAIS RAPIDEZ E SEGURANÇA NO ATENDIMENTO

Ao selecionar a conta questionada pelo cliente, a IA Análise de Faturas consulta automaticamente o histórico de até 13 meses, compara informações de consumo, identifica padrões e aponta os principais fatores que podem explicar a variação observada na fatura. A partir dessas informações, a solução gera um diagnóstico estruturado para apoiar o atendente na conversa com o consumidor. Com isso, o atendimento ganha agilidade na hora de esclarecer as dúvidas dos consumidores.

"Enquanto o atendente acolhe e compreende a necessidade do cliente, a ferramenta converte dados em análises precisas. A combinação entre empatia e tecnologia resulta em respostas mais claras, assertivas e em uma experiência mais positiva para o consumidor", afirma Roberta.

A mudança também contribui para padronizar as respostas e dar mais segurança à argumentação dos atendentes. Antes, diferentes consultas e análises manuais poderiam aumentar o tempo necessário para chegar a um diagnóstico. Agora, a análise é realizada em segundos, utilizando regras de negócio e Inteligência Artificial.

COMPROMISSO COM O CLIENTE

O reconhecimento no Prêmio Conarec 2026 reforça os resultados de uma iniciativa alinhada ao Foco no Cliente, um dos pilares do planejamento estratégico da Cemig. Ao utilizar a tecnologia para facilitar a compreensão das faturas e apoiar um atendimento mais assertivo, a solução contribui para uma experiência mais simples, ágil e transparente, além de transformar as necessidades dos clientes em melhorias concretas nos serviços oferecidos.

Fim da escala 6x1: empresas terão que rever contratos e convenções coletivas após aprovação no Congresso

Proposta aprovada pelo Senado reduz gradualmente a jornada de 44 para 40 horas semanais e garante dois dias de descanso; especialista alerta para impactos na folha de pagamento, terceirização e possíveis disputas judiciais

Pedro França – Agência Senado

A aprovação do fim da escala 6x1 pelo Congresso Nacional, concluída na noite do dia 14 de outubro, representa uma mudança nas regras de organização do trabalho no Brasil. A proposta prevê a redução gradual da jornada semanal de 44 para 40 horas, com a garantia de pelo menos dois dias de descanso por semana. Apesar da aprovação, as novas exigências não entram em vigor imediatamente: haverá um período de transição para que empresas, trabalhadores e sindicatos se adaptem.

Segundo Rafael Galle, advogado especialista em Direito do Trabalho e sócio-fundador do GMP G&C Advogados Associados, a mudança exigirá uma revisão das escalas, dos contratos de trabalho e das convenções coletivas de diferentes categorias profissionais. "A partir da promulgação desta emenda constitucional, ficará limitada a jornada de trabalho de todos os trabalhadores brasileiros a 40 horas semanais. Mas haverá um tempo de transição", explica.

Pelo cronograma, dois meses após a promulgação da emenda, o limite semanal deverá cair das atuais 44 para 42 horas. Nesse mesmo momento, os trabalhadores deverão passar a contar com pelo menos dois dias de folga por semana. A segunda etapa ocorrerá um ano após a primeira redução, quando a jornada máxima passará a ser de 40 horas semanais, mantendo-se os dois dias de descanso. Na prática, as empresas terão que reorganizar a distribuição das horas trabalhadas, especialmente nas ati-

vidades que dependem de funcionamento durante seis ou sete dias por semana.

CONVENÇÕES COLETIVAS TERÃO QUE SER REVISTAS

Um dos efeitos mais imediatos da mudança, segundo Galle, será a necessidade de revisão dos acordos e convenções coletivas de trabalho. Atualmente, diferentes categorias possuem regras específicas sobre escalas, jornadas e períodos de descanso, negociadas entre sindicatos e empregadores. Com a alteração constitucional, os dispositivos incompatíveis com as novas exigências precisarão ser adequados.

"Em dois meses da promulgação, ou seja, naquele mesmo prazo da primeira alteração, as regras convencionais, os dispositivos de convenções coletivas de trabalho que não tiverem aderência com esse novo texto constitucional, também perderão o seu efeito", afirma.

Isso significa que a adaptação não dependerá apenas de decisões internas das empresas. Sindicatos patronais e de trabalhadores também terão que participar da revisão das normas que organizam as jornadas de cada categoria. "Os sindicatos terão que trabalhar, revisar suas convenções coletivas e fazer as alterações necessárias para que o texto convencional fique adequado à nova regra constitucional", acrescenta o advogado.

A necessidade de renegociação poderá atingir especialmente setores com jornadas distribuídas ao longo de seis dias, funcionamento aos fins de semana ou escalas diferenciadas.

REDUÇÃO DA JORNADA PODE ELEVAR CUSTOS E EXIGIR REVISÃO DA TERCEIRIZAÇÃO

Além das mudanças na organização do trabalho, a redução da carga horária semanal poderá provocar reflexos financeiros nas empresas. Atividades que precisam manter o mesmo período de atendimento ou produção terão que avaliar como distribuir as equipes para cumprir os novos limites. Dependendo da estrutura de cada negócio, isso poderá envolver reorganização de turnos, novas contratações ou revisão de contratos com prestadores de serviços.

Galle destaca que uma das questões que poderão gerar discussões judiciais será justamente a readequação dos contratos de terceirização diante dos custos decorrentes da nova jornada. A alteração pode afetar contratos que foram negociados considerando a atual carga horária de 44 horas semanais. Com menos horas disponíveis por trabalhador e a necessidade de preservar a continuidade dos serviços, empresas contratantes e prestadoras poderão ter que discutir novos valores e condições.

Outro ponto de atenção será o funcionamento dos bancos de horas, utilizados para compensar períodos de trabalho conforme regras legais e negociações coletivas. Segundo o especialista, esses temas ainda poderão exigir interpretações e soluções específicas ao longo da implementação da mudança.

ESCALA 12X36 E PEQUENAS EMPRESAS AINDA GERAM DÚVIDAS

Embora o texto aprovado estabeleça novas regras gerais, nem todas as situações estão completamente definidas. Galle aponta que existem dúvidas sobre a aplicação das mudanças a jornadas especiais, como a escala 12x36, na qual o profissional trabalha durante 12 horas e descansa nas 36 horas seguintes.

"O texto aprovado na noite de ontem deixa algumas zonas cinzentas, entre elas as jornadas especiais, como o regime 12 por 36, que, apesar de haver previsão, ainda há algumas dúvidas", observa.

A situação das micro e pequenas empresas também dependerá de regulamentação específica. Segundo o advogado, a transição para esses negócios ficará condicionada à aprovação de uma lei complementar no Congresso Nacional. Isso significa que, mesmo após a promulgação da emenda, parte das regras de implementação ainda precisará ser detalhada.

MUDANÇA PODERÁ CHEGAR AO STF E À JUSTIÇA DO TRABALHO

A aprovação da proposta no Congresso não significa que todas as dúvidas jurídicas estejam resolvidas. Para Galle, a alteração poderá provocar questionamentos sobre sua aplicação, especialmente em relação às jornadas especiais, às regras coletivas e aos contratos existentes.

"Esse texto certamente será levado ao STF para que se discuta a constitucionalidade. Depois, também será objeto de ações coletivas e individuais nas justiças especializadas", conclui.

Além de eventuais discussões no Supremo Tribunal Federal, o especialista aponta que a Justiça do Trabalho poderá ser chamada a resolver conflitos relacionados à aplicação das novas regras, aos bancos de horas e à revisão de contratos de terceirização.

Com a promulgação da emenda, o desafio para as empresas será iniciar o planejamento das mudanças sem esperar o encerramento de todas essas discussões. A transição gradual oferece um período para reorganizar escalas e revisar instrumentos coletivos, mas também estabelece prazos para a adequação. Para trabalhadores e empregadores, os próximos meses serão decisivos para compreender como a redução da jornada será aplicada às diferentes atividades econômicas.

Conselho consultivo, de administração ou fiscal: entenda as diferenças

Cada modelo tem atribuições específicas e pode atender a diferentes necessidades de governança, gestão e fiscalização nas empresas

Um conselho consultivo pode trazer uma visão externa para decisões de investimento. Um conselho de administração assume responsabilidades formais sobre os rumos da companhia. Já o conselho fiscal examina a atuação dos gestores.

A diferença entre esses papéis ganhou destaque em uma publicação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), lançada em abril de 2026, que recomenda considerar a propriedade, a maturidade do negócio e a participação da família ao estruturar a governança de empresas de capital fechado.

Farias Souza, administrador de empresas, é fundador e diretor executivo da Board Academy, empresa de educação voltada à formação e certificação de conselheiros, executivos e empresários. Para ele, a participação dos membros precisa ter efeito nas discussões da companhia.

"O conselho deixou de ser uma formalidade e passou a ocupar um papel ativo nas decisões. Hoje, existe uma cobrança maior por posicionamento, por participação real e por responsabilidade sobre os rumos da empresa", afirma.

A escolha do formato começa por uma questão que o empresário conhece de perto: onde uma análise mais profunda faria diferença? Pode ser na avaliação de um investimento, na supervisão da diretoria ou no exame das contas. Cada resposta aponta para uma atribuição, e atribuições diferentes exigem pessoas preparadas para exercê-las.

PAPÉIS DIFERENTES NA MESMA ESTRUTURA

No conselho consultivo, profissionais analisam questões da empresa e oferecem recomendações. Os sócios e gestores mantêm a decisão final. Esse arranjo abre espaço para discutir alternativas com quem não está envolvido na operação cotidiana, sem transferir ao grupo os poderes legais da administração.

Na avaliação do fundador da Board Academy, o ganho dessa participação está na capacidade de examinar premissas que a gestão pode deixar de questionar. Um projeto de expansão, por exemplo, pode chegar à reunião como decisão praticamente tomada. O trabalho dos conselheiros é testar as projeções, levantar riscos e mostrar opções antes que a empresa comprometa recursos.

O conselho de administração ocupa outra posição. A lei lhe atribui a orientação geral dos negócios, a eleição dos diretores e a fiscalização da gestão deles. Ele é obrigatório nas companhias abertas e nas de capital autorizado. Nas demais situações, sua criação envolve uma decisão dos sócios sobre como distribuir formalmente a autoridade na companhia.

Essa distinção aparece depois das reuniões. Uma recomendação consultiva pode ser aceita ou recusada pelos responsáveis pela gestão. Uma deliberação do conselho de administração segue as competências definidas em lei e no estatuto. Deixar claro o alcance de cada manifestação evita que integrantes e executivos tenham expectativas diferentes sobre o que foi decidido.

O conselho fiscal se dedica à fiscalização dos atos dos administradores e à análise de informações da companhia. Ele pode coexistir com os outros órgãos porque responde a uma necessidade própria. Seu trabalho não se confunde com o aconselhamento sobre estratégia nem com a condução dos negócios.

O PESO DE CADA CADEIRA

A composição vem depois da definição do papel do colegiado. Para examinar investimentos, a experiência financeira pode ser decisiva; para acompanhar a gestão, também pesam o conhecimento da operação e a capacidade de avaliar resultados. O currículo de um candidato ganha relevância quando está ligado às questões que efetivamente chegarão à mesa.

Segundo Farias, a presença de nomes experientes, por si só, não garante boas discussões. Os membros precisam receber informações suficientes, conhecer os limites de sua atuação e ter espaço para divergir. Do lado da empresa, é necessário registrar encaminhamentos e voltar aos temas relevantes para verificar o que ocorreu após cada decisão.

"O conselheiro precisa tensionar quando necessário, questionar com profundidade e contribuir de forma efetiva para o futuro da empresa", ressalta o executivo. É essa contribuição, somada às responsabilidades que o empresário pretende atribuir ao grupo, que ajuda a determinar qual modelo faz sentido para o negócio.

Moody's mantém Cemig com crédito triplo AAA.br na escala nacional

Classificação reforça solidez financeira da companhia em meio ao maior ciclo de investimentos em Minas Gerais

A agência de classificação de riscos Moody's Local confirmou o rating corporativo da Cemig e de suas subsidiárias integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. em "AAA.br", a nota máxima na escala nacional, com perspectiva estável. A avaliação reforça a solidez da companhia em um momento marcado por um robusto ciclo de investimentos e por um cenário macroeconômico desafiador.

A confirmação do rating considera o forte perfil de negócios da Cemig, sustentado por sua posição relevante e diversificada no setor elétrico brasileiro, além do desempenho operacional consistente e de uma gestão financeira baseada em disciplina e prudência.

Para o presidente da Cemig, Marco Aurélio Vasconcelos, a manutenção da classificação máxima demonstra a capacidade da companhia de conciliar uma agenda de investimentos robusta com uma gestão financeira responsável.

"A confirmação da nota máxima pela Moody's demonstra a solidez da Cemig e reconhece o trabalho que temos realizado para manter uma companhia financeiramente saudável e preparada para investir. Estamos conduzindo um importante ciclo de investimentos e, ao mesmo tempo, mantendo disciplina na gestão dos recursos, equilíbrio da estrutura de capital e atenção permanente à eficiência. Essa combinação é fundamental para garantir a sustentabilidade dos nossos negócios e gerar valor no longo prazo", afirma.

GESTÃO FINANCEIRA E INVESTIMENTOS

A classificação AAA.br representa, na escala nacional da Moody's Local, a avaliação mais elevada de qualidade de crédito. A manutenção da perspectiva estável sinaliza a expectativa de preservação das condições que sustentam a classificação da companhia.

O reconhecimento ocorre em um período em que a Cemig mantém uma estratégia voltada à realização de investimentos e, simultaneamente, à preservação de níveis adequados de liquidez e de uma estrutura de capital eficiente.

Dessa forma, a companhia tem adotado medidas como o alongamento do prazo médio de sua dívida, a gestão estratégica de passivos e a contínua busca pela otimização do custo de capital.

Segundo Marco Aurélio Vasconcelos, a solidez financeira também amplia a capacidade da empresa de executar sua estratégia de longo prazo.

"Ter uma estrutura financeira sólida nos dá condições para olhar para o futuro e executar os investimentos necessários com responsabilidade. Nosso objetivo é continuar fortalecendo a Cemig, aprimorando nossos negócios e garantindo que a companhia esteja cada vez mais preparada para os desafios e as transformações do setor elétrico brasileiro", destaca o presidente.

MEI muda em 2027: novo teto de R$ 110 mil, dois funcionários e perdão de dívidas podem beneficiar 17,6 milhões de microempreendedores

Lei sancionada em 21 de outubro altera regras do Microempreendedor Individual depois de oito anos sem reajuste no limite de faturamento. Além de ampliar espaço para crescimento dos negócios, medida permite contratação de até dois empregados e prevê remissão de débitos federais

Os Microempreendedores Individuais terão novas regras a partir de 2027. Sancionada em 21 de outubro, a Lei Complementar 238 eleva o limite anual de faturamento do MEI dos atuais R$ 81 mil para R$ 110 mil em 2027 e estabelece um teto de R$ 140 mil a partir de 2028. A norma também permite a contratação de até dois empregados, em vez de apenas um, e concede remissão de débitos de titularidade da União constituídos até 13 de outubro de 2026. Segundo o governo federal, o conjunto de medidas pode alcançar 17,6 milhões de microempreendedores no país.

Para Fábio Edelberg, CEO da Navecon, empresa focada em gestão e inteligência contábil, financeira, patrimonial e tributária, a elevação do teto reduz uma barreira que obrigava pequenos negócios em expansão a deixar precocemente o regime simplificado. "Havia uma faixa de empreendedores que estavam muito próximos dos R$ 81 mil e precisavam controlar o crescimento para não ultrapassar o limite ou se preparar para uma mudança de enquadramento. Com o novo teto, há mais espaço para aumentar o faturamento e estrutura antes dessa transição. Isso muda o planejamento, a precificação e até decisões de investimento", avalia.

A ampliação da contratação também altera a estrutura possível de um MEI. A partir de 2027, será permitido manter dois funcionários recebendo um salário mínimo ou o piso da categoria, dobrando o limite atual. Para Edelberg, a mudança aproxima o regime da realidade de pequenos negócios que já ultrapassaram a operação individual, mas ainda não têm porte de uma microempresa mais estruturada. "Um segundo funcionário pode representar aumento de capacidade de atendimento e produção, mas também traz folha, encargos e obrigações que precisam entrar na conta. Crescer dentro do MEI não significa crescer sem planejamento financeiro", explica.

Outra frente da nova lei é a remissão integral de débitos federais relacionados ao MEI, inscritos ou não em Dívida Ativa da União até 13 de outubro. O benefício alcança também juros, multas e encargos e pode incluir saldos de parcelamentos, mas não prevê devolução de valores já pagos. Para manter a remissão, o empreendedor deverá permanecer em dia com as contribuições que vencerem nos seis meses seguintes ao início dos efeitos da lei. "Esse ponto merece atenção porque não se trata simplesmente de apagar uma dívida e voltar à mesma rotina. O benefício está vinculado à regularidade futura. Para quem será alcançado, é uma oportunidade de reorganizar o negócio, mas exige disciplina para não criar um novo passivo logo em seguida", afirma Edelberg.

A maior parte das mudanças produzirá efeitos em 1º de janeiro de 2027. O limite de R$ 110 mil valerá especificamente durante o próximo ano, enquanto o teto permanente de R$ 140 mil passa a produzir efeitos em 2028. Segundo a Navecon, os últimos meses de 2026 devem ser usados para verificar faturamento acumulado, situação fiscal, necessidade de contratação e projeção de receitas para o próximo exercício. A mudança também pode alcançar negócios que hoje estão no Simples Nacional e que, dentro das novas faixas e demais requisitos legais, poderão avaliar o reenquadramento como MEI.

Holding patrimonial ainda vale a pena com a reforma tributária?

Novas regras para aluguéis e sucessão familiar exigem que empresários revisem os custos e as vantagens de estruturas criadas para administrar bens antes de 2027

Uma holding patrimonial criada para reduzir impostos sobre imóveis pode não oferecer a mesma vantagem financeira nos próximos anos. Com a aproximação de 2027 e a nova etapa da reforma tributária, empresários e famílias precisam rever cálculos de receitas, despesas e transmissão de bens.

As mudanças previstas nas leis complementares nº 214, de 2025, e nº 227, de 2026, reforçam a necessidade de avaliar estruturas constituídas principalmente para obter economia tributária.

Para Jean Lucas Paiva, contador, sócio proprietário e diretor comercial da Consult Seven, empresa especializada em contabilidade nacional e internacional, consultoria tributária e estruturação de holdings patrimoniais, o risco está em manter planejamentos sem verificar se continuam adequados. "O empresário precisa separar duas questões: quanto a holding economizar em impostos e qual problema patrimonial ela resolve. Uma estrutura criada apenas pela vantagem tributária merece atenção especial", explica.

A revisão ganha importância no último trimestre de 2026, quando empresas e famílias organizam o planejamento financeiro para o próximo exercício. Isso não significa que todas as holdings devam ser modificadas, mas que decisões anteriores precisam ser avaliadas.

QUAIS HOLDINGS PRECISAM REFAZER AS CONTAS

Entre as estruturas que merecem atenção estão aquelas utilizadas para receber aluguéis, concentrar imóveis e participações societárias ou organizar a transmissão de bens aos herdeiros. Os impactos dependem das receitas, do regime tributário e da finalidade de cada ativo.

A Lei Complementar nº 214 de 2025 prevê redução de 70% nas alíquotas de IBS e CBS aplicáveis à locação de imóveis. O benefício, porém, não representa uma diminuição equivalente da carga tributária total.

Por isso, empresas que administram propriedades alugadas precisam comparar os custos atuais com os efeitos das novas regras. "Uma holding que recebe aluguéis deve ser analisada de forma diferente daquela que administra participações em empresas familiares. É preciso considerar impostos, despesas de manutenção e a destinação dos recursos. Não existe uma resposta única para todos os patrimônios", afirma o contador.

A simulação também deve incluir possíveis custos de reorganização, já que transferências de imóveis e alterações societárias podem gerar despesas que comprometam a economia esperada.

SUCESSÃO FAMILIAR ENTRA NA REVISÃO

O planejamento sucessório também exige atenção. A Lei Complementar nº 227, sancionada em janeiro de 2026, estabelece regras gerais para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), incluindo critérios de avaliação de participações societárias e progressividade das alíquotas.

Famílias que pretendem transferir quotas de holdings aos herdeiros precisam considerar o valor das participações, os custos da operação e a legislação estadual aplicável.

A existência de uma empresa não elimina automaticamente a tributação sobre heranças e doações. "Quando existe uma preocupação com a sucessão, é necessário avaliar quem administra os bens, como os herdeiros participarão das decisões e quanto custará a transferência do patrimônio. Uma escolha baseada apenas na economia de impostos pode trazer dificuldades futuras", explica o especialista.

QUANDO A HOLDING CONTINUA FAZENDO SENTIDO

Apesar das mudanças, a holding patrimonial pode continuar sendo adequada para centralizar a administração de imóveis, organizar participações empresariais e estabelecer regras entre herdeiros.

Antes de qualquer alteração, a recomendação é levantar bens, receitas, contratos, despesas e regras societárias.

Essas informações permitem comparar a manutenção da estrutura com alternativas de reorganização, considerando custos tributários e objetivos familiares. "Rever uma holding patrimonial não significa necessariamente encerrá-la. O importante é saber se continua atendendo às necessidades dos proprietários. A decisão deve ser baseada em números atualizados e em uma finalidade clara, não apenas na expectativa de pagar menos impostos", conclui Paiva.

Juscelino Kubitschek:

PROFETA DO DESENVOLVIMENTO

EXEMPLOS E LIÇÕES AO BRASIL DO SÉCULO XXI

"Não se trata de uma obra biográfica, nem de um documento de natureza acadêmica porque é muito mais do que simples relato e análise de sua vida. Esta nova obra sobre JK, contendo fatos inéditos ainda não revelados busca, resgatar o debate sobre o Desenvolvimento Nacional para que o Brasil possa se reconciliar com o crescimento econômico, vigoroso, consistente, contínuo e sustentável."

Conheça o legado do político que transformou o País e fez o Brasil crescer 50 anos em 5 anos de governo.

São 2.336 páginas distribuídas em três volumes:

Volume I - **O Profeta do Desenvolvimento**

Volume II - **O Desenvolvimento em 1º Lugar**
A Construção de uma Nação Próspera e Justa

Volume III - **Mensageiro da Esperança**
Coletânea de 250 Discursos Proferidos na Presidência da República

AUTOR:
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Bacharel em Ciências Contábeis e Economista; Presidente/ Editor Geral de MercadoComum – Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios; Presidente da ASSEMG - Associação dos Economistas de Minas Gerais; e Coordenador-Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico. Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas.

Maiores Informações: (031) 3281-6474 ou www.mercadocomum.com

A histórica vitória de Lula e os desafios do Brasil

Alysson Diego Batista Moraes

Advogado, gestor público, filósofo, professor do IEC PUC Minas e consultor em planejamento e gestão pública. Mestre em Ciências Sociais pela PUC Minas e doutor em Ética e Filosofia Política pela UFOP, atualmente é secretário municipal de Planejamento de Nova Lima e foi prefeito de Itaguara, na RMBH, por dois mandatos. Autor de Neoliberalismo autoritário (Dialética, 2023) e O Poder do Planejamento (Appris, 2025), reúne duas décadas de experiência na administração pública. Site: www.alissondiego.com.br

A vitória de Lula não foi uma surpresa para quem acompanha as tendências e avalia detidamente as pesquisas e o sentimento das ruas. No dia 8 de outubro, avisei ao amigo Lucas Silva, de Sabará: "O Lula vai virar". Ele não acreditou muito e eu reafirmei: esta é a tendência. É verdade que algumas pesquisas na última semana ainda colocavam Flávio Bolsonaro numericamente à frente, todavia os sinais estavam claros: a rejeição ao candidato do PL crescia, enquanto a avaliação do governo Lula melhorava. Além disso, houve a maior mobilização da história recente do país.

No levantamento do Datafolha de 22 de outubro, a rejeição a Flávio passou de 44% para 46%, ao passo que a de Lula recuou de 46% para 45%; a aprovação presidencial, por sua vez, avançou de 48% para 49%.

O ineditismo esteve presente nestas eleições. Pela primeira vez, desde 1989, o candidato que terminou o primeiro turno atrás do adversário venceu o segundo. Na primeira volta, Flávio Bolsonaro alcançara 47,03% dos votos válidos, enquanto Lula ficou com 45,16%. Em três semanas, a ordem se inverteu e o presidente se reelegeu com mais de 64 milhões de votos, quase 4,5 milhões a mais que o senador. Como isso se deu? O que explica Lula ter ganhado mais de 10 milhões de votos em apenas 21 dias?

Num cenário polarizado e de espectros políticos calcificados, a campanha de Lula soube trabalhar dentro de uma margem muito estreita e conseguiu explorar, eficientemente, o desgaste do adversário. No primeiro turno, o antipetismo deu a tônica da eleição. No segundo turno, foi o antibolsonarismo que ascendeu.

Ricardo Stuckert

Outro fator importante foi a abstenção nacional, que recuou de 21,08% para 19,22%, assim como a queda de votos nulos e brancos. Do primeiro para o segundo turno, 1,8 milhão de pessoas deixaram de votar

em “ninguém” para votar em “alguém”.

Esses números não se moveram por acaso. O motivo? A mobilização intensa. Nas ruas e nas redes. O “Exército do Lula” se tornou um case para a comunicação política mundial ao engajar mais de 10 milhões de pessoas em um grupo de WhatsApp que contava com um movimento coordenado, orientações e tarefas diárias. Não foi por acaso que na celebração da vitória, na Avenida Paulista, Lula agradeceu ao seu “general” Janones.

A campanha de Flávio também disputou as plataformas, mas, diferente da estratégia petista-janonista, enfocou mais nos parlamentares e nos influenciadores de grande audiência, como o deputado mineiro Nikolas Ferreira.

Territorialmente, uma vez mais o destaque veio do Nordeste, que garantiu a Lula uma vantagem regional superior a 13 milhões de votos, um aumento de 3 milhões de votos em relação ao primeiro turno, o que correspondeu a um acréscimo de 6% na região. Aqui, vale aprofundar um pouco mais para a compreensão do porquê os nordestinos fidelizaram seu voto em Lula. “O PT mantém esses votos pela manutenção da pobreza” – esta é uma sentença recorrente, simplificadora e errada. Vejamos o porquê.

Estudos da FGV apontam que a renda domiciliar real per capita nordestina cresceu 26,7% entre 2012 e 2024, acima dos 18,9% registrados no Brasil. No mesmo período, a proporção de pessoas em situação de pobreza caiu de 56,5% para 39,4%, uma redução de 17,1 pontos percentuais. A vida do nordestino melhorou, a região cresceu, gerando mais renda e riqueza. Claro que o Nordeste ainda apresenta desigualdades profundas e renda inferior à média nacional, todavia os avanços numéricos são incontestáveis.

Vejamos outros dados. No Maranhão, por exemplo, a parcela de adultos com ensino superior completo passou de 1,9%, em 2000, para 11,1%, em 2022. Quando Lula assumiu a Presidência, em 2003, Salvador não possuía metrô em operação; inaugurado em 2014, o sistema que atende a capital baiana e Lauro de Freitas passou a contar com quase 40 km de extensão ao longo de 21 estações. Outros grandes investimentos estão sendo realizados na região como a Ferrovia Transnordestina, ainda marcada por atrasos, a bem da verdade. Fidelização do voto em Lula precisa ser compreendida à luz dessas mudanças materiais, não de explicações depreciativas.

Não há como falar desta eleição sem falar, de novo, dos sinais que vêm de Minas Gerais. O estado síntese do Brasil acertou mais uma vez. Pela décima disputa presidencial consecutiva, nosso estado acompanha o vencedor nacional. Flávio Bolsonaro abrira vantagem de 588 mil votos no primeiro turno; no segundo, Lula teve 109 mil votos a mais que o senador: 50,43% dos válidos, contra 49,57%. A diferença entre os candidatos sofreu uma inversão de 697.925 votos. Em 21 dias, Lula ganhou mais de um milhão de votos, diante de pouco mais de 450 mil de Flávio.

Alguns exemplos são bem paradigmáticos. Tomemos dois deles. Em Belo Horizonte, Flávio Bolsonaro manteve a liderança, mas a distância

de 6,91 pontos percentuais do primeiro turno foi reduzida a apenas 1,60 pontos percentuais. Lula acrescentou quase 150 mil votos, contra pouco mais de 74 mil do senador. Em Nova Lima, a mudança foi ainda mais expressiva: o presidente passou de 25.643 votos, o que representou 42,58%, para 32.515, equivalentes a 51,67%, revertendo uma derrota de 2.107 votos em uma vitória próxima de 2.100.

As duas cidades metropolitanas ilustram um movimento importante deste segundo turno: a redução da desvantagem de Lula onde a oposição continuou majoritária, como em Belo Horizonte, e a inversão do resultado, a popular "virada", como em Nova Lima. Uma eleição nacional se decide pela soma dessas alterações concretas. Lula venceu em 2.875 municípios e virou o resultado em 211 cidades, enquanto Flávio conseguiu a virada em apenas uma. Além disso, mesmo em muitas cidades onde perdeu, Lula reduziu a distância para o adversário.

É precipitado e um tanto quanto exagerado transformar a vitória da centro-esquerda brasileira em uma evidência de uma suposta "primavera mundial das esquerdas". Alternâncias de poder em países distintos resultam de processos muito diferentes: desgaste de governos, custo de vida, inflação, desempenho dos serviços públicos, crises de representação e rejeição a lideranças específicas. Todavia, não se pode ignorar que a política também se globalizou. Isto é, os tensionamentos polarizados estão ocorrendo em todo o mundo e há uma reação do campo progressista ou ao menos um freio no avanço das direitas radicais. Dois sinais comprovam isso: a péssima avaliação de Trump nos EUA e a vitória da frente ampla progressista e heterogênea "Lista dos Estudantes", na Sérvia, impondo uma derrota histórica ao partido de direita do presidente Aleksandar Vučić.

De volta ao Brasil, superada a disputa eleitoral, começa o problema da governabilidade. James Madison, um dos Founding Fathers dos EUA, no ensaio Federalista nº 51, do distante ano de 1788, falava sobre a importância de que "a ambição contrabalance a ambição". Ou seja, na relação entre Executivo, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal, cada poder deve se vigiar e vigiar o outro. Dito de outro modo, cada instituição precisa exercer suas competências sem transformar a autonomia em poder ilimitado.

O avanço e a influência do Legislativo federal sobre o Orçamento da União é algo grave e complexo e que precisará ser enfrentado, sob pena de o Executivo apenas "executar", mas não governar. Lula terá de negociar com um Congresso autônomo, reconhecer a legitimidade da oposição e preservar os órgãos de controle para resolver isso. Outro desafio imenso é a descredibilidade do Poder Judiciário. Reformá-lo é importante e tanto a esquerda quanto a direita sabem disso. A questão não é mais "se", mas "quando".

Além da governabilidade, outro desafio que se impõe para o presidente Lula é no campo das finanças públicas. A dívida bruta do governo geral alcançou 82,9% do PIB e os juros nominais acumulados pelo setor público em doze meses chegaram a aproximadamente R$ 1,18 trilhão. É falácia dizer que se pode transformar automaticamente a despesa com juros em verba disponível para investimento, apenas com a queda da SELIC; tampouco se pode tratar o ajuste fiscal como uma discussão restrita ao financiamento de políticas sociais. A trajetória da dívida dependerá de resultados primários, crescimento econômico, juros e capacidade de financiamento do Estado.

A composição do orçamento estreita ainda mais o espaço de decisão do presidente da República. O orçamento público brasileiro é dos mais engessados do mundo e o Executivo

ELEIÇÕES 2026

LULA TEVE O MAIOR AVANÇO NO SUDESTE E NO NORDESTE

petista passou à frente e será presidente por mais 4 anos

PODER 360

Lula PT

Flávio PL

região	votos no 1º turno (em milhões)		votos no 2º turno (em milhões)		variação (em milhões)	
	●	●	●	●	●	●
Sudeste	19,24	24,90	24,04	26,84	4,80 ▲	1,94 ▲
Nordeste	21,49	10,40	24,45	10,80	2,96 ▲	0,40 ▲
Sul	5,48	10,52	6,81	11,39	1,33 ▲	0,87 ▲
Norte	4,55	5,01	5,02	5,02	0,47 ▲	0,01 ▲
C.-Oeste	2,96	5,13	3,73	5,60	0,77 ▲	0,47 ▲
exterior	0,16	0,14	0,20	0,17	0,04 ▲	0,03 ▲

fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral)

© Poder360 - 2026 - todos os direitos reservados

25.out.2026

possui uma margem estreitíssima de discricionariedade. Benefícios previdenciários, pessoal, transferências obrigatórias e vinculações legais comprometem parcela expressiva das receitas. Cerca de 92% das despesas primárias da União previstas no orçamento de 2026 são obrigatórias.

Além disso, entre janeiro e agosto de 2026, o Governo Central acumulou déficit primário de aproximadamente R$ 94,9 bilhões, conforme o Tesouro Nacional. O crescimento das despesas obrigatórias reduz a flexibilidade para responder a novas demandas, mesmo quando a arrecadação aumenta. Por isso, a responsabilidade fiscal não pode se resumir a anunciar cortes indistintos: é preciso ir além e revisar despesas e benefícios tributários, avaliar as políticas públicas, enfrentar as ineficiências e estabelecer prioridades. Costumo dizer que entre as promessas e a sua realização existe um muro que se chama orçamento público. Muro maciço construído por estruturas de concreto armado com componentes jurídicos, econômicos e administrativos.

Dito no popular: o cobertor é curto e o corpo é grande demais. As carências da sociedade brasileira são enormes. Infraestrutura logística, saneamento básico, ciência e tecnologia, segurança pública, defesa nacional, eficientização da máquina pública, educação e transição energética dependem de políticas cuja maturação ultrapassa um mandato presidencial. Portanto, o governo deve pensar em longo prazo e definir as prioridades no curto prazo. Uma estratégia de desenvolvimento compatível com a sustentabilidade fiscal requer escolhas que não cabem no antagonismo entre austeridade de um lado e a expansão indiscriminada do gasto de outro.

Os desafios fiscais não justificam abandonar o investimento público, tampouco restringir ou eliminar direitos legítimos que dignificam o povo.

ELEIÇÕES 2026

ONDE FLÁVIO E LULA AVANÇARAM DO 1º PARA O 2º TURNO

PODER360

petista passou à frente e será presidente por mais 4 anos

Lula PT

Flávio PL

UF	votos no 1º turno (em milhões)		votos no 2º turno (em milhões)		variação (em milhões)	
	●	●	●	●	●	●
AC	0,13	0,30	0,14	0,29	0,01 ▲	-0,02 ▼
AL	1,00	0,74	1,15	0,74	0,16 ▲	0,01 ▲
AM	1,05	0,98	1,15	0,98	0,10 ▲	0,00 ▼
AP	0,21	0,21	0,22	0,20	0,01 ▲	-0,01 ▼
BA	5,66	2,44	6,49	2,61	0,82 ▲	0,17 ▲
CE	3,56	1,76	4,04	1,82	0,48 ▲	0,06 ▲
DF	0,68	0,91	0,83	0,98	0,15 ▲	0,07 ▲
ES	0,85	1,23	1,00	1,29	0,15 ▲	0,06 ▲
GO	1,19	2,05	1,59	2,35	0,40 ▲	0,29 ▲
MA	2,57	1,24	2,81	1,23	0,24 ▲	-0,01 ▼
MG	5,19	5,78	6,35	6,24	1,16 ▲	0,46 ▲
MS	0,52	0,87	0,63	0,93	0,11 ▲	0,05 ▲
MT	0,58	1,30	0,69	1,35	0,11 ▲	0,05 ▲
PA	2,43	2,16	2,69	2,20	0,26 ▲	0,04 ▲
PB	1,54	0,83	1,79	0,87	0,25 ▲	0,03 ▲
PE	3,55	1,74	4,12	1,83	0,56 ▲	0,09 ▲
PI	1,52	0,52	1,65	0,53	0,13 ▲	0,01 ▲
PR	2,05	3,95	2,57	4,29	0,51 ▲	0,35 ▲
RJ	3,69	4,97	4,57	5,17	0,87 ▲	0,20 ▲
RN	1,24	0,72	1,41	0,74	0,18 ▲	0,02 ▲
RO	0,25	0,65	0,29	0,67	0,04 ▲	0,02 ▲
RR	0,07	0,23	0,08	0,22	0,01 ▲	-0,01 ▼
RS	2,29	3,57	2,82	3,87	0,53 ▲	0,30 ▲
SC	1,13	3,00	1,42	3,22	0,29 ▲	0,22 ▲
SE	0,86	0,42	0,99	0,43	0,13 ▲	0,02 ▲
SP	9,51	12,92	12,12	14,14	2,61 ▲	1,22 ▲
TO	0,40	0,47	0,44	0,47	0,04 ▲	0,00 ▼

maiores ganhos

fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral)

© Poder360 - 2026 - todos os direitos reservados

25.out.2026

Pelo contrário. O que seria fundamental mesmo não era mais um "ajuste" agora. Seria essencial algo mais profundo, a construção de uma nova estrutura orçamentária e uma estratégia do estado brasileiro para as próximas cinco décadas. Mas essa é uma outra história e, honestamente, não sei se o Brasil está realmente disposto e preparado para esta conversa agora.

Os artigos publicados nesta edição são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião dos editores da publicação.

Economia brasileira mantém a tendência de crescer em níveis inferiores à média mundial

De acordo com o FMI, em 2026, o PIB brasileiro pode apresentar uma expansão de 2,19% e, o mundial, 3,06%

Os Países Emergentes, categoria da qual o Brasil pertence, deverão registrar um crescimento econômico médio, neste ano, de 3,69% - e, portanto, muito superior ao brasileiro;

Estimativas indicam que a economia brasileira poderá situar-se como a 10ª maior do mundo, mas o dado ainda é incerto.

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

O FMI - Fundo Monetário Internacional divulgou, no dia 12 de outubro último, o estudo intitulado World Economic Outlook (Panorama da Economia Mundial), apresentando as suas projeções sobre o desempenho da economia mundial para 2026 - que deverá registrar uma expansão média de 3,06%. Este ano deverá ser o de menor crescimento já atingido nesta década e, tudo indica, que o nível de expansão vai continuar baixo e se estabilizar na faixa um pouco acima de 3%. Cabe salientar que as incertezas à frente são muitas e os riscos, enormes, como alerta o próprio FMI.

De acordo com o documento divulgado, estima-se que a economia mundial alcançará um PIB-Produto Interno Bruto de US$ 128,00 trilhões - dos quais US$ 74,235 trilhões serão gerados pelas economias desenvolvidas (57,99%) e US$ 53,769 trilhões por aquelas consideradas emergentes e em desenvolvimento (42,01%).

Os Estados Unidos se constituem na maior economia mundial, detendo um PIB de US$ 32,642 trilhões, representando 25,50% do mundial - sendo seguido pela China - com 21,546 trilhões e uma participação relativa de 16,83% no total mundial. Na terceira posição encontra-se a Alemanha, com um PIB de US$ 5,471 trilhões e 4,27% do total mundial. O Japão se classifica na 4ª posição, com um PIB de 4,342 trilhões e uma participação de 3,39%.

Projeta o FMI que em 2026, o Brasil poderá conquistar uma posição a mais no ranking das maiores economias - superando o Canadá e passando a ocupar o 10º lugar, com um PIB - Produto Interno Bruto estimado de US$ 2,654,76 trilhões e uma participação no total mundial de 1,07%. Essa melhora de desempenho ainda resulta, muito mais, da valorização do real em relação ao dólar americano do que da própria expansão econômica, que ficou em 2,19% em termos reais. Fazemos um alerta de que essa situação se alterar até o final do ano, devido às incertezas da economia internacional e brasileira.

Com um crescimento estimado de 2,33% em 2026, os Estados Unidos devem adicionar à sua economia o impressionante

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO - 2026
Em US$ bilhões correntes

	PIB - US$ bilhões	Part. % no total	Taxa Crescimento 2026/2025 – Em %
Mundo	128.003,78	100,00	3,06
-Desenvolvidos	74.234,70	57,99	2,08
Estados Unidos	32.642,37	25,50	2,33
Zona do Euro	19.256,91	15,04	1,12
Alemanha	5.471,30	4,27	1,32
Reino Unido	4.268,45	3,33	1,27
Japão	4.341,99	3,39	0,75
-Emergentes	53.769,09	42,01	3,69
Brasil	2.654,76	2,07	2,18
Rússia	2.861,16	2,24	0,87
Índia	4.060,21	3,17	7,01
China	21.546,40	16,83	4,47

*2026: Projeções
Fonte: FMI//World Economic Outlook Database/Oct 2026
Elaboração: MercadoComum/Há 34 Anos Formando Opiniões!

EVOLUÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB-PRODUTO INTERNO BRUTO MUNDIAL
Período de 2021 a 2026 - Em %

Ano	Mundo	Países desenvolvidos	Países Emergentes	Brasil
2021	6,68	6,17	7,04	4,76
2022	3,77	3,03	4,29	3,02
2023	3,34	1,71	4,46	3,24
2024	3,53	2,03	4,54	3,42
2025	3,51	1,98	4,50	2,29
2026*	3,06	2,08	3,69	2,19
Acumulado	26,35	18,17	32,09	20,45

*2026: Projeções
Fonte: FMI//World Economic Outlook Database/Oct 2026
Elaboração: MercadoComum/Há 34 Anos Formando Opiniões!

volume de US$ 2,027 trilhões - o que representa cerca de 76,4% de toda a produção brasileira estimada para o mesmo ano.

De acordo com o Poder 360, o Brasil pode voltar a ser a 8ª maior economia do mundo em 2027. O FMI - Fundo Monetário Internacional projeta para o país um PIB de US$ 2,8 trilhões, que deve superar Itália e Rússia no ranking mundial, calculado com base no valor nominal do PIB (Produto Interno Bruto) em dólares.

A melhor posição do Brasil no ranking das maiores economias do mundo foi o 6º lugar, alcançado em 2011, quando ultrapassou o Reino Unido. Em 2020, o país deixou a lista das 10 maiores economias e caiu para a 12ª posição, ultrapassado pela Rússia, pela Coreia do Sul e Canadá.

As 10 maiores economias nas projeções do FMI, para 2027, são:

Estados Unidos – US$ 34,44 trilhões; China – US$ 22,94 trilhões; Alemanha – US$ 5,66 trilhões; Índia – US$ 4,52 trilhões;. Reino Unido – US$ 4,49 trilhões; Japão – US$ 4,47 trilhões; França – US$ 3,65 trilhões; Brasil – US$ 2,80 trilhões; Itália – US$ 2,77 trilhões; Rússia – US$ 2,68 trilhões.

O ranking do FMI considera o PIB nominal convertido em dólares correntes, sem descontar os efeitos da inflação. Por isso, a posição de cada país também pode variar conforme as oscilações cambiais e as mudanças no valor de sua produção econômica.

As projeções, tanto por parte do FMI como aquelas realizadas pelo mercado financeiro e pelas empresas de consultoria macroeconômica brasileiras - em especial o Relatório Focus do Banco Central, indicam que o cenário de crescimento da economia brasileira nos horizontes de curto e médio prazos não deverá sofrer mudanças expressivas e continuará registrando níveis medíocres, principalmente quando confrontado com o grande potencial do Brasil de crescimento econômico - tudo isso influenciado negativamente por múltiplos fatores, tais como e entre tantos, pela insegurança jurídica, os juros extorsivos praticados, a legislação trabalhista ultrapassada, a burocracia, o baixo nível de produtividade e a "des-carga" tributária. Cabe destacar, no entanto, que as projeções do FMI se encontram muito mais otimistas do que em relação às do mercado doméstico brasileiro, como apresentado a seguir.

Focus | MEDIANAS DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO — 23 de outubro de 2026

	2026				2027				2028		2029	
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semana*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semana*	Hoje	Comp. semana*	Hoje	Comp. semana*
IPCA (%)	4,99	5,22	5,19	▼ (1)	4,31	4,32	4,34	▲ (2)	3,75	= (1)	3,50	= (2)
PIB (var. %)	1,86	1,83	1,80	▼ (2)	1,41	1,32	1,31	▼ (2)	1,81	= (1)	2,00	= (84)
CÂMBIO (R$/US$)	5,20	5,13	5,05	▼ (3)	5,28	5,22	5,15	▼ (3)	5,20	▼ (2)	5,28	▼ (1)
SELIC (% a.a.)	13,50	13,25	13,25	= (2)	12,00	12,00	11,75	▼ (1)	10,00	▼ (1)	10,00	= (25)

* comportamento dos indicadores desde o último Focus; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade em relação ao Focus anterior

De acordo com g1, a previsão do FMI para a economia brasileira é de um crescimento de 2,19% para 2026 e 1,86% em 2027 — uma revisão para baixo de 0,2% e 0,3% respectivamente, em relação às projeções divulgadas pelo Fundo em julho.

Segundo o FMI, essa desaceleração do crescimento econômico brasileiro reflete "condições monetárias ainda restritivas — voltadas para o retorno da inflação à meta —, a retirada de estímulos da política fiscal e a incerteza global".

Desde o começo do ano, o Banco Central vem cortando a taxa básica de juros da economia — que já caiu de 15% para 13,75%. Na mais recente ata do Comitê de Política Monetária (Copom), o Banco Central destacou que os juros altos no Brasil têm provocado uma desaceleração da economia — mas que a taxa continuará

COMPARATIVO DE ESTIMATIVAS DO CRESCIMENTO DO PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO - MUNDO/BRASIL - Em %

	2027	2028	2029	2030	Acumulado
Mundo	3,43	3,31	3,18	3,09	13,66
Desenvolvidos	1,84	1,74	1,60	1,53	6,88
Emergentes	4,42	4,27	4,12	3,99	17,89
Brasil	1,86	2,43	2,46	2,50	9,57

Fonte: FMI//World Economic Outlook Database/Oct 2026
Elaboração: MercadoComum/Há 34 Anos Formando Opiniões!

PROJEÇÃO FOCUS DO CRESCIMENTO DO PIB BRASILEIRO- Em %

2027	2028	2029	2030
1,31	1,81	2,00	ND

Fonte: Banco Central do Brasil/ MinasPart Desenvolvimento

caindo aos poucos para impedir a volta da inflação.

Os últimos dados do PIB brasileiro confirmam essa desaceleração. A economia nacional havia crescido 3,4% em 2024 e 2,3% em 2025. Mas os dados mais recentes do IBGE mostram que o PIB perdeu força no segundo trimestre de 2026, com uma alta de 0,5% em relação ao trimestre anterior, abaixo do avanço de 1,1% registrado no primeiro trimestre.

O crescimento projetado para a economia brasileira pelo FMI está levemente abaixo do previsto para a América Latina, que é de 2,3% em 2026 e 2,5% em 2027.

Para o Brasil, a expectativa da instituição é de queda da inflação e prevê que ela cairá de 5% no ano passado para 4,4% este ano e 4,1% em 2027. Já a taxa de desemprego subiria de 6% em 2025 para 6,2% este ano e 6,8% em 2027.

De novo, as previsões do FMI parecem mais otimistas do que as do mercado brasileiro. Segundo o Focus, o Brasil fecharia 2026 e 2027 com inflação de 5,191% e 4,34% respectivamente.

Há muito venho alertando que o Brasil precisa se reconciliar com o crescimento econômico vigoroso, consistente, contínuo, sustentável e eleger o desenvolvimento como a nossa meta prioritária número 1!

O crescimento econômico vigoroso deve deixar de ser apenas uma casualidade, uma questão episódica, uma efemeridade, um acontecimento meramente fortuito para se transformar, efetivamente, na grande meta econômica nacional, permeando a convolação do País em uma economia madura e desenvolvida. Nesta direção, já tivemos antes, vários exemplos de sucesso e que poderiam nos servir de inspiração, como foi o caso do Plano de Metas, implementado durante o Governo JK.

País cuja economia não cresce é país condenado à pobreza e ao subdesenvolvimento, e, por isso, torna-se imprescindível o estabelecimento de uma "Agenda Estratégica para o Desenvolvimento Nacional" – em que a transformação do Brasil em nação desenvolvida seja o grande objetivo.

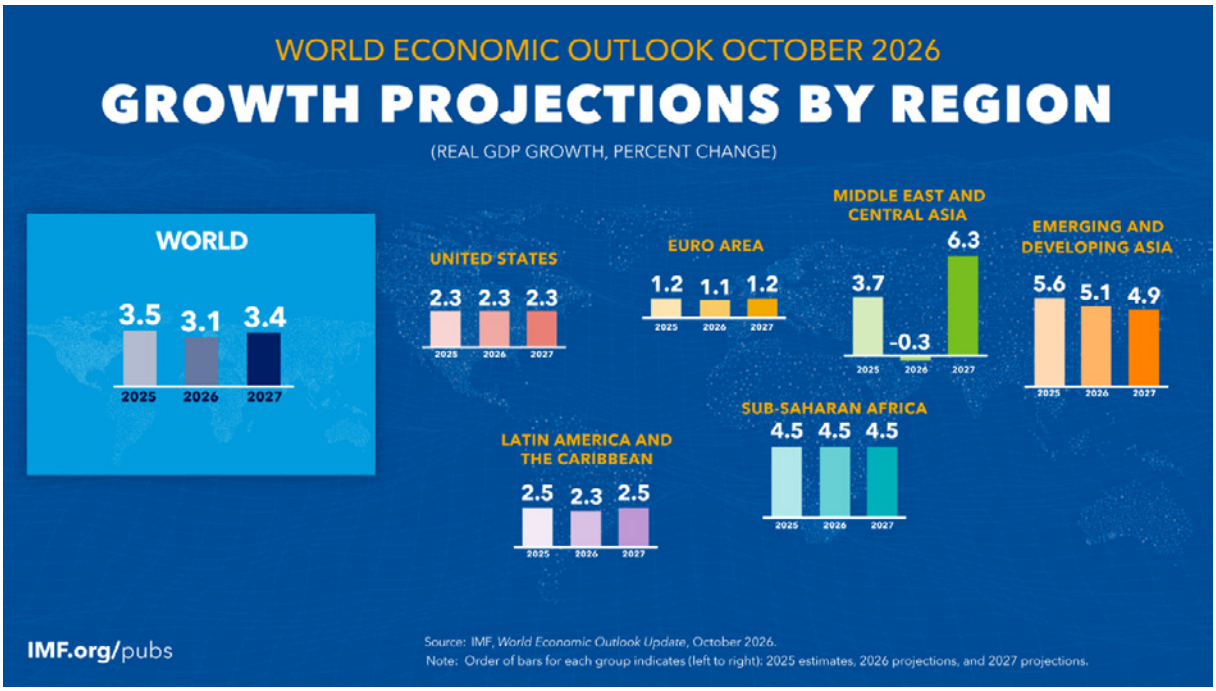
O ex-presidente Juscelino Kubitschek já afirmava que as maiores ameaças à democracia são a miséria, o desemprego e o subdesenvolvimento. Ao longo destas últimas três décadas, a busca obsessiva pela estabilidade econômica tem nos ofuscado todas as possibilidades de se colocar o desenvolvimento como a nossa grande, prioritária e fundamental meta nacional, e corremos ainda o risco de ficarmos durante muitos anos pela frente relegando o crescimento vigoroso pela discussão centrada apenas no ajuste e no equilíbrio das contas públicas. Esta armadilha nos aprisiona a um modelo de baixo crescimento econômico, inferior à média mundial e distante do países emergentes ou em desenvolvimentos, categoria da qual fazemos parte.

RANKING GLOBAL DAS 20 MAIORES ECONOMIAS – 2026
Em US$ milhões correntes

Classif.	País	PIB	% Total Mundial
01	Estados Unidos	32.642,37	25,50
02	China	21.546,40	16,83
03	Alemanha	5.471,30	4,27
04	Japão	4.341,99	3,39
05	Reino Unido	4.268,45	3,33
05	Índia	4.060,21	3,17
07	França	3.554,16	2,78
08	Rússia	2.861,16	2,24
09	Itália	2.701,74	2,11
10	Brasil	2.654,76	2,07
11	Canadá	2.490,26	1,95
12	Coreia do Sul	2.245,85	1,75
13	México	2.176,24	1,70
14	Austrália	2.110,66	1,65
15	Espanha	2.085,28	1,63
16	Turquia	1.817,99	1,42
17	Indonésia	1.479.95	1,16
18	Holanda	1.423,86	1,11
19	Arábia Saudita	1.343,35	1,05
20	Suíça	1.135,74	0,89
Total Mundial		**128.003,78**	**100,00**

*Projeções
Fonte: FMI/World Economic Outlook Database – Oct 2026
Elaboração: MercadoComum – Há 34 Anos Formando Opiniões

FMI: O crescimento tem se mantido até agora, mas a inflação crescente e as reservas cada vez menores exigem medidas políticas imediatas



O relatório World Economic Outlook divulgado pelo FMI-Fundo Monetário em 12 de outubro revela que "a atividade econômica global demonstrou resiliência mais uma vez. A recuperação tecnológica, as reservas e as adaptações ajudaram a mitigar os danos causados pelas perturbações geopolíticas. Projeta-se que o crescimento global desacelere para 3,06% em 2026 e se recupere para 3,43% em 2027. A inflação global deverá subir consideravelmente para 4,7% em 2026, antes de recuar para 4,1% em 2027. As economias importadoras de energia fora da cadeia de valor da tecnologia enfrentam as perspectivas mais difíceis.

Mas as margens de ajuste que contribuíram para a resiliência não são ilimitadas, e os riscos estão inclinados para o lado negativo. Uma escalada nos conflitos, uma reavaliação das expectativas em torno da inteligência artificial (IA), a renovação das tensões comerciais e as vulnerabilidades fiscais podem enfraquecer o crescimento. Por outro lado, um maior impulso no investimento em IA e ganhos de produtividade decorrentes da IA, ou uma redução sustentada das tensões geopolíticas e comerciais, podem fortalecer o crescimento."

De acordo com o FMI, "os quadros fiscais devem apresentar melhores resultados ao lidar com choques disruptivos e ao criar espaço político por meio de medidas de arrecadação. O Capítulo 2 demonstra que, durante crises de custo de vida, os governos devem preservar os sinais de preços e priorizar o apoio à renda temporário e direcionado aos mais vulneráveis. O Capítulo 3 constata que os efeitos globais das mudanças na política de imposto de renda corporativo dependem de como são financiadas. Cortes de impostos financiados por dívida apoiam a atividade doméstica, mas podem gerar efeitos colaterais negativos no exterior no curto prazo. Com o tempo, esses efeitos colaterais podem ser positivos, graças à transferência transfronteiriça de conhecimento, mas a redução da arrecadação pode restringir o inves-

timento público no país, principalmente em mercados emergentes e economias em desenvolvimento

CAPÍTULO 1: PERSPECTIVAS E POLÍTICAS GLOBAIS

A economia global ainda demonstra resiliência, mas essa resiliência está cada vez mais desigual e custosa. A atividade econômica se manteve firme apesar da guerra no Oriente Médio, sustentada pelo uso de reservas, pela adaptação do setor privado e por fortes investimentos em inteligência artificial. Contudo, a inflação está aumentando, a disparidade entre as economias que se beneficiam do ciclo de alta tecnológica ou de termos de troca favoráveis e aquelas que enfrentam maiores custos com importações e demanda mais fraca está se ampliando, e as margens de ajuste estão diminuindo. Supondo que o conflito não se intensifique e que os mercados de energia se normalizem gradualmente, projeta-se que o crescimento global desacelere para 3,1% em 2026, antes de subir para 3,4% em 2027, enquanto a inflação sobe para 4,7% antes de recuar para 4,1% em 2027. Os riscos estão inclinados para o lado negativo, inclusive decorrentes de vulnerabilidades fiscais. Os formuladores de políticas devem reconstruir o espaço fiscal, preservar a estabilidade monetária e financeira, impulsionar o crescimento potencial e aprofundar a cooperação.

Desde 2011 a expansão da economia brasileira tem tido desempenho inferior à média global e, neste século, em apenas cinco vezes a superou:

CAPÍTULO 2: NAVEGANDO EM UM MUNDO PROPENSO A CHOQUES: LIÇÕES DAS CRISES DO CUSTO DE VIDA

Nos últimos cinco anos, a alta dos preços dos alimentos e da energia pressionou os orçamentos familiares e alimentou pressões econômicas e sociais em todo o mundo. Este capítulo examina as crises do custo de vida: episódios marcados por aumentos acentuados nos preços de bens de primeira necessidade, queda do poder de compra e inflação e expectativas de inflação persistentemente elevadas, além do agravamento da desigualdade e da pobreza. Com base em novas evidências de um banco de dados global de intervenções políticas e em um modelo econômico inovador, avalia-se como os governos responderam e quais políticas funcionam melhor. Os resultados mostram que transferências temporárias e direcionadas oferecem a proteção mais eficaz e com melhor custo-benefício para famílias vulneráveis, preservando o espaço fiscal e permitindo o ajuste dos preços. Em contrapartida, medidas que suprimem os preços podem exigir de 3 a 22 vezes mais recursos fiscais e podem se tornar ineficazes quando o espaço fiscal é limitado ou quando muitos países as adotam simultaneamente.

CAPÍTULO 3: INTANGÍVEL, MAS REAL: EFEITOS INDIRETOS DA TRIBUTAÇÃO SOBRE A RENDA CORPORATIVA

A globalização da produção, a ascensão das empresas multinacionais e a crescente importância dos ativos intangíveis transformaram o cenário da tributação da renda corporativa. Embora os governos continuem a responder estrategicamente às políticas de imposto de renda corporativa uns dos outros, as regras antielisão enfraqueceram os incentivos à transferência de lucros, enquanto o investimento real tornou-se mais sensível às diferenças nas taxas de impostos. Isso sugere que os lucros e a atividade econômica estão voltando a se alinhar. Os efeitos globais das mudanças na política de imposto de renda corporativa dependem de como são financiadas. Cortes de impostos financiados por dívida apoiam a atividade doméstica, mas podem gerar efeitos colaterais negativos no exterior no curto prazo. Ao longo do tempo, os efeitos colaterais podem ser positivos, graças à transferência transfronteiriça de conhecimento, mas a redução da arrecadação pode restringir o investimento público no país, particularmente em mercados emergentes e economias em desenvolvimento. Estruturas antielisão mais robustas ajudam a mitigar esses conflitos.

TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DO PIB MUNDIAL x BRASIL 2001/2026* - Em %

Ano	Mundo	Brasil	Ano	Mundo	Brasil
2001	2,49	1,39	2014	3,56	0,50
2002	2,87	3,05	2015	3,46	-3,55
2003	4,27	1,14	2016	3,26	-3,28
2004	5,44	5,76	2017	3,84	1,32
2005	4,78	3,20	2018	3,63	1,78
2006	5,36	3,96	2019	2,91	1,22
2007	5,45	6,07	2020	-2,69	-3,28
2008	3,05	5,09	2021	6,68	4,76
2009	-0,14	**-0,13**	2022	3,77	3,02
2010	5,36	7,53	2023	3,34	3,24
2011	4,17	3,97	2024	3,53	3,42
2012	3,52	1,92	2025	3,06	2,29
2013	3,45	3,01	2026	3,06	2,18

*2026: Projeções. Em vermelho: anos em que a economia brasileira cresceu menos do que a média mundial; Em azul: anos em que a economia brasileira basicamente cresceu no mesmo ritmo da média mundial. Fonte: FMI/World Economic Outlook Database/Oct 2026 Elaboração: MercadoComum/Há 34 Anos Formando Opiniões!

O mundo não pode se dar ao luxo de errar na IA

A IA promete um mundo mais produtivo, mas precisamos gerenciar os riscos nessa transição

A seguir, apresentamos a íntegra do discurso de **Kristalina Georgieva - Diretoria Gerente do FMI - Fundo Monetário Internacional**, proferido no dia 15 de outubro, durante o 54th Meeting International Monetary and Financial Commitee (IMFC), realizado em Bangkok, na Tailândia.

"A inteligência artificial já está presente e causando um impacto profundo na economia global.

O investimento em IA está fluindo em uma escala que provavelmente ultrapassará as vastas somas investidas na construção de ferrovias, da rede elétrica e da internet. No curto prazo, o boom da IA representa um choque positivo na demanda, impulsionando o crescimento, especialmente nos EUA e em países asiáticos fornecedores de hardware. Contudo, nem todos os países estão surfando nessa onda e, sem uma adoção mais ampla, muitos poderão ficar para trás.

Embora o choque de demanda esteja acontecendo agora, a verdadeira promessa reside no futuro: a perspectiva de um choque de oferta positivo que poderia impulsionar significativamente a produtividade e aumentar o crescimento global. É difícil prever em que medida, mas o aumento do crescimento poderia ser da ordem de meio ponto percentual anualmente na próxima década. Pode levar tempo para que os ganhos de produtividade se materializem — transformações tecnológicas raramente acontecem da noite para o dia. Para desbloquear os benefícios da IA, as empresas devem repensar, reinventar e reestruturar suas linhas de produtos, processos e fluxos de trabalho. Funcionários e consumidores devem encontrar as melhores maneiras de usar os novos modelos. Os benefícios da internet não vieram com a capacidade de criar uma página inicial. Os ganhos reais vieram com o surgimento de novos modelos de negócios e as melhorias incrementais que a conectividade possibilitou.

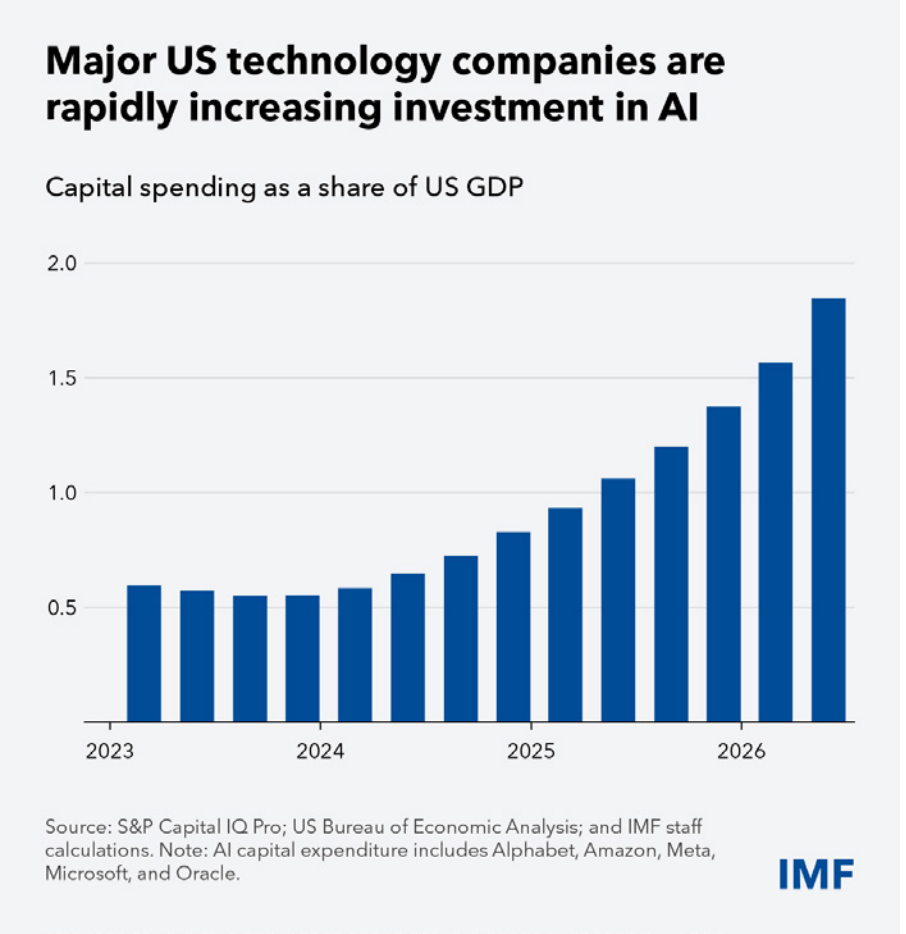
Desta vez, grande parte do crescimento está sendo impulsionado por investimentos maciços em infraestrutura de IA, como data centers, com os hiperescaladores liderando a corrida. Embora essas grandes empresas tenham negócios principais lucrativos, elas estão recorrendo cada vez mais aos mercados de dívida para financiamento. Somente nos últimos dois anos, sua participação na emissão de títulos de grau de investimento aumentou mais de dez vezes — de menos de 1% para 10% e continua crescendo. Isso está acontecendo em um setor altamente concentrado e onde as negociações costumam ser circulares, com os hiperescaladores investindo em laboratórios de modelos de ponta, que, por sua vez, compram capacidade de dados dessas mesmas empresas.

O risco reside no fato de que as expectativas podem superar rapidamente os ganhos de produtividade, preparando o terreno para decepções no curto prazo. De acordo com a Lei de Amara, tendemos a superestimar o efeito de uma nova tecnologia no curto prazo e a subestimá-lo no longo prazo. Soma-se a isso a preocupação com modelos cada vez mais poderosos que escapam ao controle humano ou comprometem a segurança

cibernética. Em algum momento, esses riscos podem convergir e desafiar a estabilidade macroeconômica e financeira.

Como isso se manifestaria? Grandes decepções em termos de receita ou lucros por parte dos desenvolvedores de IA poderiam minar as expectativas de rentabilidade futura, impactando negativamente os preços das ações. Incidentes preocupantes envolvendo modelos de vanguarda ou ataques cibernéticos poderiam abalar a confiança e aumentar os riscos à estabilidade financeira. Em um cenário extremo, poderíamos presenciar uma correção de mercado que se propagaria por todo o ecossistema de IA altamente alavancado e circular. Dado o considerável volume de ativos de IA em carteiras internacionais, as perdas poderiam se espalhar pelo mundo todo.

A disrupção no mercado de trabalho também pode ser profunda. De acordo com nossa pesquisa, aproximadamente 40% dos empregos em todo o mundo estão expostos à IA. Em economias avançadas, essa exposição sobe para cerca de 60%. Dentro dessas faixas de exposição, alguns empregos provavelmente serão aprimorados, enquanto outros poderão ser substituídos pela tecnologia. Ainda é muito cedo para prever o impacto no emprego — até o momento, não há impacto aparente no mercado de trabalho, mas a natureza do trabalho está mudando, e essa mudança provavelmente se acelerará.



E depois há os riscos de cibersegurança. À medida que o setor financeiro se torna mais digital e interconectado, as interrupções cibernéticas emergem como uma fonte crescente de risco sistêmico. A IA aumenta a urgência ao acelerar a descoberta, a exploração e o ataque a vulnerabilidades, comprimindo o ciclo de ataque e defesa à velocidade das máquinas. Um ataque de grande escala que afete pagamentos, negociações ou acesso a depósitos pode causar perdas imediatas e minar a confiança. Se uma interrupção operacional atingir um nó crítico, inclusive fora do setor financeiro — por exemplo, afetando infraestrutura crítica —, ela poderá rapidamente se transformar em um choque de confiança mais amplo.

Devemos estar preparados para enfrentar e mitigar esses riscos. Também devemos evitar um cenário em que os benefícios da IA sejam usufruídos apenas por uma minoria privilegiada. Isso se aplica tanto a indivíduos quanto a países. De fato, o crescimento nas economias avançadas pode ser mais que o dobro do crescimento em países de baixa renda, refletindo as lacunas de acesso, preparo e adoção.

Então, na prática, o que os formuladores de políticas podem fazer?

Os países precisam de políticas que se baseiem nas características únicas da IA, mas que sejam suficientemente ágeis para levar em conta seu caminho incerto e ritmo acelerado de mudanças. Aqui estão três princípios fundamentais que podem iluminar o caminho.

Primeiro: salvaguardar a estabilidade macroeconômica e financeira.

Como em qualquer choque, a prioridade deve ser preservar a estabilidade.

A boa notícia é que os reguladores e supervisores não precisam começar do zero. As ferramentas existentes, incluindo os requisitos de capital e concentração, podem conter o acúmulo de riscos no sistema financeiro. De modo geral, o objetivo deve ser incentivar uma participação mais ampla no financiamento do ecossistema de IA. Os países devem reforçar as defesas contra riscos cibernéticos, por exemplo, por meio de testes de resiliência dos bancos. Os reguladores intensificaram a coordenação internacional nessas questões — e isso deve continuar.

Os bancos centrais devem permanecer vigilantes, pois o impacto da IA sobre a inflação variará de país para país. Manter a estabilidade de preços é essencial, especialmente em um momento em que outros fatores estão aumentando a pressão inflacionária.

No âmbito fiscal, os governos devem reexaminar seus planos de médio prazo à luz da transição para a IA. A IA pode impulsionar o crescimento, mas também pode reduzir a renda do trabalho, aumentar a desigualdade e corroer a base tributária. Os países precisarão de espaço fiscal para investir em infraestrutura e capacitação, e para amortecer o impacto sobre os mais vulneráveis. E precisarão de sistemas tributários projetados para a era da IA. Com a dívida já elevada, os formuladores de políticas precisarão fazer escolhas difíceis.

Por fim, governos e o setor privado devem ampliar rapidamente suas defesas cibernéticas. Lidar com os riscos de segurança cibernética exige uma estrutura de resiliência operacional sistêmica focada na continuidade dos serviços críticos. As prioridades políticas devem ser adaptadas aos níveis de maturidade cibernética das diferentes economias.

Segundo: possibilitar a adoção e a inovação.

Uma infraestrutura digital confiável e uma força de trabalho qualificada serão a base para que os países adotem a IA com sucesso. Nesse aspecto, as disparidades globais são significativas. As economias avançadas estão três vezes mais bem equipadas em infraestrutura digital do que os países de baixa renda, de acordo com nosso Índice de Preparação para IA .

Muitas economias também precisarão de mais infraestrutura energética para suportar a implementação da IA, o que aumentará drasticamente a demanda por eletricidade. Até 2030, a Agência Internacional de Energia prevê que os data centers representarão 3% do consumo global de eletricidade. Para se ter uma ideia da dimensão desse número, a demanda dos data centers até lá ultrapassará o consumo de energia do Japão atualmente. Na era da IA, os países precisarão de uma estratégia de médio prazo para aumentar o fornecimento de energia de forma confiável.

Mas será necessário mais do que uma infraestrutura melhor e uma força de trabalho qualificada para desbloquear totalmente os ganhos de produtividade

da IA. Muitas economias precisam de uma fonte mais robusta de capital privado de risco para financiar startups e incentivar a inovação. Em países onde a governança e a capacidade estatal são fortes, o capital privado poderia ser complementado por investimentos do setor público em pesquisa e desenvolvimento de IA. Na África Subsaariana, por exemplo, mobilizar financiamento privado para infraestrutura de IA exige tanto o fortalecimento do ambiente de negócios quanto a oferta de subsídios e garantias governamentais direcionados.

Uma economia de IA dinâmica deve permitir a entrada e saída fluida de empresas. As empresas precisam ter a capacidade de se reorganizar e realocar recursos para que a IA melhore seus negócios de forma mensurável. Frequentemente, elas enfrentam distorções tributárias estruturais que favorecem investimentos tradicionais e burocracia excessiva que sufoca o crescimento e reduz os lucros. Os governos podem contribuir modernizando seus sistemas tributários, reformando seus regimes de insolvência e aprimorando a segurança jurídica.

Terceiro: apoiar os trabalhadores e criar oportunidades.

A IA assumirá algumas tarefas realizadas por trabalhadores. Isso não significa necessariamente que esses trabalhadores perderão seus empregos. Eles podem migrar para uma nova função com um conjunto diferente de responsabilidades que podem ser ampliadas pela IA. Podem até conseguir um emprego melhor em outra empresa, à medida que os ganhos de produtividade se disseminam por toda a economia.

A pesquisa do FMI sobre a região Ásia-Pacífico destaca algumas dessas forças. A demanda por parte dos empregadores na região diminuiu cerca de 10% em ocupações com alta exposição à IA. Ao mesmo tempo, cresce a demanda por trabalhadores que possam usar a IA para realizar mais tarefas. Novas funções estão surgindo, como engenharia de ponta e desenvolvimento de agentes de IA, que não existiam há alguns anos.

Os mercados de trabalho devem ser suficientemente flexíveis para que as empresas possam recrutar os talentos de que precisam. Ao mesmo tempo, os trabalhadores deslocados pela tecnologia podem precisar de apoio. O desafio político é encontrar o equilíbrio certo entre essas duas necessidades. Devemos capacitar as pessoas, especialmente os jovens, com habilidades cognitivas, criativas e técnicas que as habilitem a usar a IA. As redes de proteção social tradicionais, como o seguro-desemprego, continuarão sendo importantes. Mas os formuladores de políticas precisarão implementar cada vez mais programas ativos de mercado de trabalho para aprimorar e requalificar os trabalhadores. Os governos devem calibrar seus sistemas tributários para que não favoreçam ou dificultem excessivamente a automação.

Esses princípios devem ajudar os países a navegar na era da IA. É claro que os países não podem e não devem seguir sozinhos. A coordenação entre governos, empresas de IA e outras partes interessadas será fundamental, dadas as capacidades crescentes dos modelos de ponta e a interconexão entre os países. No FMI, continuaremos a oferecer consultoria em políticas públicas, capacitação e, quando necessário, apoio financeiro, dentro do nosso mandato macroeconômico principal.

O mundo está passando por uma transição tecnológica que pode nos obrigar a repensar como protegemos infraestruturas críticas, como preservamos a estabilidade financeira e até mesmo ideias básicas como a forma como trabalhamos. Isso pode ser assustador. Devemos levar a sério as preocupações do público em relação à IA — as pessoas, compreensivelmente, querem saber como ela as afetará e às suas famílias. Mas a IA também traz a promessa de um mundo mais produtivo, onde os humanos, auxiliados pela tecnologia que inventamos, realizam coisas que jamais imaginaríamos serem possíveis.

Vamos encarar o desafio juntos e aprender ao longo do caminho.

Discurso original em inglês

CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e de Comércio, Indústria e Mineração; e de Minas e Energia do Governo de Minas Gerais; Também foi Diretor-Geral (Reitor) e fundador do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Atualmente é Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Integra vários Conselhos Consultivos e de Administração de diversas empresas e instituições. Membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis. Vice-Presidente da diretoria executiva da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de ***MERCADOCOMUM.*** *Autor de vários livros, como a coletânea de 3 livros – 2.336 páginas, intitulada "Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".*

CMH:
53 anos de história e excelência

O CMH Medicina Hospitalar foi honrado com o prêmio de Maturidade de Gestão em Saúde. Mais do que um reconhecimento do nosso trabalho e credibilidade, esta conquista traduz o compromisso inegociável que assumimos diariamente com você:

Segurança • Qualidade • Eficiência

Rua Piauí, 2007 - Funcionários
Av do Contorno, 5326 - Funcionários

@cmhmedi
www.cmhm
(31)3225-34

Viva a experiência de ser cuidado por quem é referência há gerações.

Ygor Fidelis, Roberto Gordilho, Ana Paula Moreira e Cimar de Macedo

CMH Medicina Hospitalar

cinahospitalar
edicinahospitalar.com.br
46

CMH
Medicina Hospitalar

ACREDITADO COM EXCELÊNCIA
ONA

Comunicação de Lula e Flávio Bolsonaro é tema de análise após eleição

Análise de especialista destaca o papel da linguagem, da narrativa e da postura na construção de mensagens que buscam gerar identificação com o público

SBT News

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi reeleito presidente no dia 25 de outubro com 51,79% dos votos válidos, contra 48,21% de Flávio Bolsonaro (PL), de acordo com os resultados do Tribunal Superior Eleitoral. Além da disputa por propostas, os debates da campanha colocaram em evidência diferentes maneiras de responder sob pressão e buscar identificação com o público, recursos que também fazem parte da rotina de líderes empresariais.

Para Felipe Folli, palestrante, empresário, comunicador, apresentador, escritor e fundador da Folli Holding, grupo que atua em educação, comunicação e negócios, os dois candidatos apresentaram características distintas diante das câmeras.

Em sua avaliação, Lula demonstrou domínio da narrativa e facilidade para traduzir mensagens em referências cotidianas, enquanto Flávio mostrou sinais de preparação técnica no uso dos gestos e no direcionamento do olhar. A análise trata do desempenho comunicacional, sem estabelecer que ele, isoladamente, explique o resultado das urnas.

LINGUAGEM POPULAR E DOMÍNIO DA NARRATIVA

Ao analisar Lula, Folli destaca o uso de histórias, pausas e mudanças na intensidade da voz para sustentar a atenção. “Quando ele fala de picanha e cervejinha, por exemplo, traz situações do dia a dia que são facilmente reconhecidas pelo eleitor. É uma linguagem simples, fácil de entender e que aproxima o discurso da realidade das pessoas”, afirma.

O comunicador associa esse repertório ao apelo popular do discur-

so, que chama de populismo em seus comentários. Sua observação se concentra na capacidade de criar identificação, não na avaliação das propostas ou na veracidade das declarações. “Ele domina a narrativa, conta história, modula a voz, fala baixinho e, depois, fala com mais potência”, analisa.

Na leitura de Folli, essa alternância ajuda o presidente a conduzir a própria exposição. O efeito persuasivo está tanto na escolha das palavras quanto na maneira de pronunciá-las, com momentos de maior intensidade e outros de contenção.

GESTOS E OLHAR INDICAM PREPARAÇÃO

Na avaliação de Flávio, o especialista identifica sinais de media training, treinamento voltado à comunicação em entrevistas e situações de exposição. Entre os elementos observados estão o olhar direcionado à câmera e o movimento recorrente de unir as mãos diante do corpo, posição que funciona como ponto de partida para outros gestos.

Para Folli, esse cuidado indica familiaridade com a dinâmica da televisão e preparação para falar diretamente com o espectador. “O Flávio está sempre com o olhar na câmera”, observa. “Ele foi treinado para entender o ponto de câmera”, acrescenta.

O comunicador também destaca as variações na voz, a gesticulação e a intensidade da fala como recursos usados pelo senador para dar ênfase aos argumentos e buscar identificação com o público. Na avaliação de Folli, esses elementos demonstram preparo técnico, enquanto Lula se destaca pela capacidade de contar histórias e conduzir a narrativa.

As diferenças observadas entre os candidatos ajudam a discutir um desafio que também aparece nas empresas: como tornar uma mensagem compreensível e sustentar a atenção de quem ouve. A linguagem cotidiana destacada na análise de Lula e o preparo diante das câmeras identificado em Flávio encontram paralelo nas situações em que executivos precisam explicar decisões e responder a questionamentos.

O QUE MUDA PARA QUEM LIDERA EMPRESAS

Uma apresentação de resultados negativos, uma reunião com investidores ou o anúncio de mudanças à equipe exigem mais do que conhecimento técnico. Nessas situações, a compreensão depende também da organização dos argumentos e da escolha de palavras adequadas ao público.

“Você pode conhecer profundamente um assunto, mas, se não consegue transmitir sua ideia com clareza, esse conhecimento perde força. Diante das câmeras, não basta saber o que dizer. É preciso saber como dizer”, afirma Folli.

A linguagem acessível pode ajudar líderes a explicar questões complexas sem depender de jargões. Já o cuidado com gestos, pausas e contato visual contribui para uma apresentação mais consistente. A preparação envolve organizar a mensagem principal, ouvir os questionamentos e responder ao que foi perguntado.

“Um executivo pode dominar os números da empresa e ainda assim ter dificuldade para explicar uma decisão. Quem ocupa uma posição de liderança não pode depender apenas da capacidade de improvisar”, afirma. Para quem precisa anunciar mudanças, o desafio é tornar compreensíveis suas razões e consequências, preservando a precisão das informações.

Andreia Tarelow

A eleição presidencial: três observações e uma sugestão

Ives Gandra da Silva Martins

Professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifieo, UniFMU, do Ciee/O Estado de S. Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP, ex-presidente da Acade mia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).

Sobre o resultado da eleição presidencial, faço três observações e uma sugestão.

A primeira observação é a de que o Tribunal Superior Eleitoral passou a ser, efetivamente, uma casa de tertúlias acadêmicas. O TSE estabeleceu as regras da eleição, e essas regras foram alteradas, com o jogo em andamento, por um ministro da Suprema Corte vinculado ao candidato que acabou vencendo — que o indicou para o cargo e de quem foi advogado, fazendo com que a segurança jurídica deixasse de existir. Mais do que isso: o tribunal responsável pelo processo eleitoral foi posto de lado, pois suas regras foram modificadas não por ele, mas por outro.

Registro que nada tenho contra o ministro Cristiano Zanin. Integrei, na PUC-SP, a banca examinadora do doutorado de sua cunhada — que, aliás, se saiu muito bem —, de modo que minha observação é exclusivamente jurídica.

A segunda observação é a de que o ministro Zanin consagrou o princí-

pio da desigualdade, contrariando a Constituição Federal, que assegura a igualdade de todos perante a lei. Os eleitores cujas urnas já haviam sido fechadas não puderam votar até as 19 horas, ao passo que aqueles cujas urnas permaneciam abertas puderam exercer o voto até esse horário. Esse tratamento desigual comprometeu a segurança jurídica do pleito. Trata-se de uma alteração de regras no curso da eleição que sequer emanou do Tribunal Superior Eleitoral. Concretizou-se, assim, a violação de dois preceitos fundamentais que a Carta Magna visa preservar: a segurança jurídica e a isonomia.

A terceira observação é a de que se criou a impressão de que a ilegalidade compensa. Por quê? Porque, segundo jornais e emissoras de televisão, ônibus que transportariam eleitores na Bahia ostentavam adesivos do Partido dos Trabalhadores, e o material precisou ser removido por se tratar de propaganda ilegal. Em razão disso, os veículos atrasaram a saída das garagens para levar os eleitores aos locais de votação. Com o intuito de beneficiar esses eleitores, num estado onde o PT é bastante forte, o ministro Zanin — antigo advogado do candidato à reeleição — estendeu o horário de encerramento da votação, e a medida acabou sendo aplicada a todo o País, certamente impactando o resultado.

Consagrou-se, assim, a ideia de que a ilegalidade compensa: o partido praticou um ato ilícito e acabou beneficiado por ele. Vimos um ministro do STF alterar as regras do Tribunal Superior Eleitoral — reduzido a uma mera casa de tertúlias acadêmicas — para impor novas diretrizes no curso do pleito. São essas as três observações que gostaria de fazer. Passo, agora, à sugestão.

Estou convencido de que devemos adotar imediatamente o modelo britânico do Gabinete Sombra (Shadow Cabinet), formalizado em 1937: um grupo de políticos seniores do partido de oposição é encarregado de "espelhar" o gabinete dos ministros do governo em exercício. Considero fundamental que o senador Flávio Bolsonaro e os conservadores adotem esse modelo para fiscalizar o futuro governo.

No Reino Unido, quando o primeiro-ministro assume o cargo, a oposição forma o seu Gabinete Sombra. Para cada ministro do governo, designa-se um "ministro sombra", encarregado de acompanhar e questionar a atuação do titular da pasta, fiscalizando a administração e apontando e denunciando as falhas de sua gestão.

A ideia não é nova entre nós. O próprio Lula, após a derrota na eleição de 1989, organizou com o PT o chamado Governo Paralelo durante o governo Fernando Collor, com a participação de Márcio Thomaz Bastos, que viria a ser ministro da Justiça em seu governo. Márcio Thomaz Bastos foi meu colega de turma na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, e advogamos juntos em alguns casos. Ele integrou aquele gabinete paralelo e foi o responsável por acompanhar e fiscalizar a área da Justiça no governo Collor.

Por que formar esse gabinete? Porque o Congresso Nacional é conservador. Diante das inúmeras concessões feitas pelo presidente Lula e do severo comprometimento das contas públicas, o presidente enfrentará profundas dificuldades, e há enorme incerteza sobre como será sua administração. Por tudo isso, precisamos constituir imediatamente um Gabinete Sombra.

Uma semana antes da posse de Lula para o terceiro mandato, o então presidente Jair Bolsonaro telefonou-me, e eu lhe fiz a seguinte observação: "Presidente, o senhor deveria ter criado, no dia 1º de novembro, um Gabinete Sombra, para formar desde logo uma oposição forte, disposta a controlar, fiscalizar e denunciar tudo aquilo que estivesse errado no governo".

É o que sugiro agora: que o senador Flávio Bolsonaro faça aquilo que seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, não fez nos dois meses que antecederam a posse do presidente Lula. Que crie o Gabinete Sombra para auxiliar o Congresso Nacional na fiscalização do governo, uma vez que o Supremo Tribunal Federal, como se depreende de diversas decisões recentes, encontra-se nitidamente alinhado ao Poder Executivo e ao presidente da República.

Enfim, precisamos encontrar caminhos democráticos — e esses caminhos devem começar pela instituição do Gabinete Sombra, que auxiliará o Congresso Nacional na fiscalização da administração. Essa atuação será fundamental diante da forma como o presidente Lula conduziu o País até aqui e do absoluto descontrole das contas públicas, a fim de evitar que novos e graves erros se somem aos muitos já cometidos.

Só assim atuaremos plenamente dentro da democracia. Não creio, afinal, na efetividade de eventuais pedidos de impugnação: ainda que sejam apresentados, a decisão caberá exatamente àqueles que alteraram as regras do Tribunal Superior Eleitoral.

Considerando que as sucessivas decisões da Suprema Corte têm sido favoráveis ao presidente Lula, fica claro que a controvérsia não deve ser travada na arena jurídica, mas no campo político. Como contamos com um Congresso conservador, cabe a ele fiscalizar — concordando com o que for benéfico para o País, mas denunciando e combatendo o que for incorreto. Tenho a convicção de que esses são os caminhos a serem seguidos neste momento.

Os artigos publicados nesta edição são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião dos editores da publicação.

Juros sobre a dívida pública: Brasil bate novo recorde e o custo atingiu 8,99% do PIB nos últimos doze meses até setembro, o maior nível já alcançado

No acumulado em doze meses até setembro, o déficit nominal alcançou R$1.275,1 bilhões (9,51% do PIB);

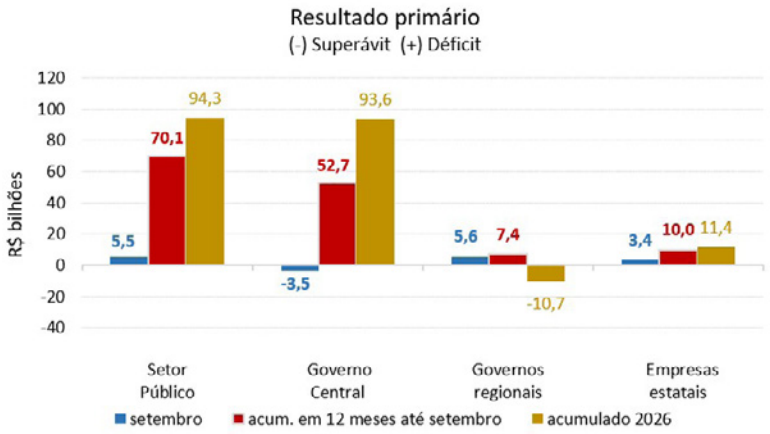
A Dívida Bruta do Governo Geral – que compreende o Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 82,9% do PIB (R$11,1 trilhões) em setembro de 2026 – o nível mais elevado desde março de 2021;

O custo dos juros sobre a dívida pública representou 94,5% do déficit nominal do período.

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira
Presidente/Editor Geral de MercadoComum

O Banco Central do Brasil divulgou, no dia 29 de outubro, as estatísticas dos resultados fiscais consolidados do Governo (União, Estados e Municípios) com o acumulado dos últimos doze meses até setembro de 2026. Em relação ao mesmo período de um ano anterior, os juros nominais sobre a dívida pública aumentaram R$ 220,2 bilhões.

1. O setor público consolidado registrou déficit primário de R$5,5 bilhões em setembro, ante déficit de R$17,5 bilhões no mesmo mês de 2025. No Governo Central houve superávit de R$3,5 bilhões e, nos governos regionais e nas empresas estatais, déficits respectivos de R$5,6 bilhões e de R$3,4 bilhões. Em doze meses, o setor público consolidado acumulou déficit de R$70,1 bilhões, equivalente a 0,52% do PIB, 0,09 p.p. do PIB inferior ao déficit acumulado até agosto.



Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, somaram R$107,5 bilhões em setembro de 2026, ante R$84,7 bilhões em setembro de 2025.

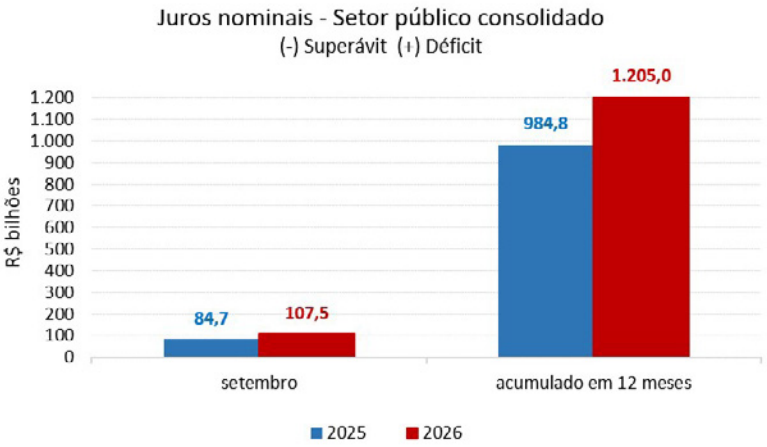
Contribuiu para esse aumento o resultado menos favorável das operações de swap cambial no período (ganho de R$13,4 bilhões em setembro de 2025 e de R$2,8 bilhões em setembro de 2026), além do crescimento do estoque da dívida e do IPCA. No acumulado em doze meses até setembro, os juros nominais alcançaram R$1.205,0 bilhões (8,99% do PIB), comparativamente a R$984,8 bilhões (7,86% do PIB) nos doze meses até setembro de 2025.

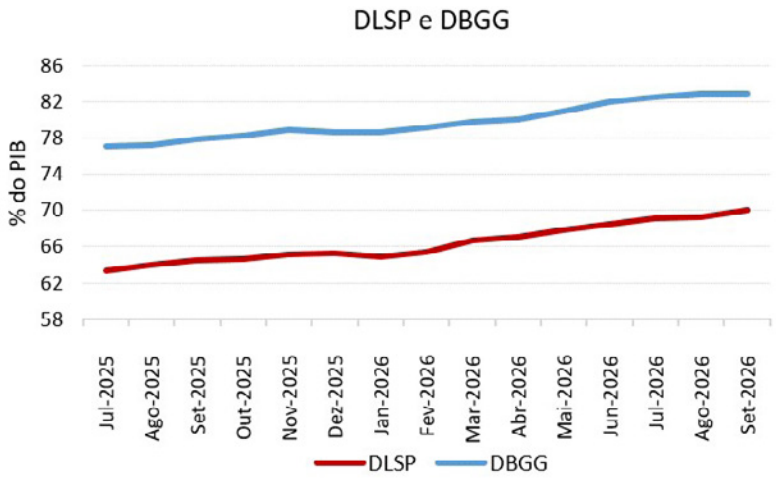
O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R$113,0 bilhões em setembro. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R$1.275,1 bilhões (9,51% do PIB), elevando-se 0,04 p.p. do PIB em relação ao mês anterior.

2. Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)

A DLSP atingiu 70,0% do PIB (R$9,4 trilhões) em setembro, elevando-se 0,7 p.p. do PIB no mês. Esse resultado refletiu, sobretudo, os impactos dos juros nominais apropriados (0,8 p.p.), dos demais ajustes da dívida externa líquida (0,2 p.p.) e do efeito da variação do PIB nominal (-0,3 p.p.). No ano, a DLSP cresceu 4,7 p.p. do PIB, refletindo, em especial, os impactos dos juros nominais (6,6 p.p.), do déficit primário acumulado (0,7 p.p.), do efeito da valorização cambial acumulada de 5,8% (0,6 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (-3,2 p.p.).

A DBGG – que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 82,9% do PIB (R$11,1 trilhões) em setembro de 2026, mesmo percentual de agosto. A evolução mensal decorreu, principalmente, dos juros nominais apropriados (0,8 p.p.), dos resgates líquidos de dívida (-0,4 p.p.) e do efeito da





BRASIL - DÍVIDA BRUTA GERAL DO GOVERNO EM RELAÇÃO AO PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO 2001/2027

Ano	% do PIB	Ano	% do PIB
2001	67,3	2015	65,5
2002	76,1	2016	69,8
2003	71,5	2017	73,7
2004	68,0	2018	75,3
2005	67,0	2019	74,4
2006	56,5	2020	86,9
2007	56,7	2021	77,3
2008	56,0	2022	71,7
2009	59,2	2023	73,8
2010	51,8	2024	76,3
2011	51,3	2025	78,6
2012	53,7	2026*	83,7
2013	51,5	2027*	87,5
2014	56,3		

*Projeções - Fonte: Banco Central do Brasil
MinasPart - Desenvolvimento Empresarial e Econômico Ltda.
Elaboração: MercadoComum: Há 34 Anos Formando Opiniões

variação do PIB nominal (-0,4 p.p.). No ano, o aumento de 4,3 p.p. do PIB resultou, em especial, da incorporação de juros nominais (7,2 p.p.), das emissões líquidas de dívida (1,1 p.p.), do crescimento do PIB nominal (-3,9 p.p.) e do efeito da valorização cambial (-0,2 p.p.).

Diante desse resultado, projeta-se um déficit primário de R$ 64 bilhões (-0,5% do PIB) para o setor público consolidado em 2026. A dívida bruta do governo geral deve encerrar o ano em 83,7% do PIB (+5,1 p.p. ante 2025) e a dívida líquida do setor público, em 70,6% do PIB (+5,4 p.p.).

O Brasil mantém a primeira posição do ranking mundial de juros reais, com a taxa de 8,45% ao ano, após o Banco Central promover, no dia 16 de setembro, um corte de 0,25 ponto na taxa Selic

A análise foi elaborada pela MoneYou e pela Lev Intelligence. A taxa real brasileira é de 8,45%, considerando a taxa de juros de mercado para os próximos 12 meses e a inflação projetada para o mesmo período. O levantamento foi divulgado no dia 16 de setembro.

De acordo com esse levantamento da MoneYou em parceria com a Lev Intelligence, o país aparece à frente de Rússia (6,79%), Colômbia (6,33%) e Turquia (6,25%). A média dos 40 países analisados é de 1,62%.

A liderança brasileira ocorre apesar de o país ocupar a quarta posição no ranking de juros nominais. Com taxa de 13,75% ao ano, o Brasil fica atrás de Turquia (37%), Argentina (29%) e Rússia (14%).

A diferença entre os rankings é

explicada pela **inflação projetada**. Para calcular os juros reais, o levantamento considera a taxa de juros de mercado para 12 meses e a inflação esperada para o mesmo período.

No caso brasileiro, a projeção de inflação utilizada foi de 4,71%, com base no relatório Focus do Banco Central.

Nove das 40 economias analisadas apresentam juros reais negativos. A menor taxa é a da Nova Zelândia, de -0,91%, enquanto Japão, Suíça, Filipinas e Taiwan também registram resultado abaixo de zero.

Segundo o levantamento, as expectativas de inflação para os próximos 12 meses foram revisadas para cima na maioria dos países analisados, reduzindo os juros reais.

JURO NOMINAL

No ranking de juros nominais, o Brasil ocupa a 4ª posição, com taxa de 13,75% ao ano. Está atrás da Turquia, com 37%, da Argentina, com 29%, e da Rússia, com 14%. Colômbia, África do Sul e México aparecem depois do Brasil, com taxas de 12%, 7% e 6,50%, respectivamente.

A liderança brasileira no juro real, portanto, não ocorre porque o país tenha a maior taxa nominal entre os 40 países analisados. O resultado é influenciado pela combinação entre o nível dos juros e a inflação projetada.

Fonte: CNN, Poder 360 e MoneYou

CUSTO DOS JUROS SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA CONSOLIDADA POR GOVERNO - 1999 a 2026*

ANO/ GOVERNO	Custo Juros s/PIB - %	PIB - US$ Bilhões	Despesa com Juros US$ bilhões correntes
FHC 2			
1999	8,03	599,64	48,15
2000	6,50	655,45	42,60
2001	6,60	559,98	36,96
2002	7,61	509,80	38,80
Média	7,19		
LULA 1+2			
2003	8,42	558,23	47,00
2004	6,57	669,29	43,97
2005	7,28	891,63	64,91
2006	6,72	1.107,63	74,43
2007	5,98	1.397,11	83,55
2008	5,32	1.695,86	90,22
2009	5,13	1.669,20	113,31
2010	5,03	2.208,70	111,98
Média	6,31		
DILMA 1+2			
2011	5,41	2.614,03	141,42
2012	4,44	2.464,05	109,40
2013	4,67	2.471,72	115,43
2014	5,73	2.456,06	140,73
2015	8,37	1.800,05	150,66
2016	6,49	1.796,62	116,60
Média	5,85		
TEMER			
2017	6,09	2.063,52	125,68
2018	5,41	1.916,93	229,39
Média	5,75		
BOLSONARO			
2019	4,97	1.873,29	93,10
2020	4,11	1.476,09	60,67
2021	4,97	1.670,65	83,03
2022	5,82	1.951,85	113,60
Média	4,97		
LULA 3			
2023	6,56	2.191,14	143,74
2024	8,07	2.185,82	176,40
2025	7,91	2.279,92	180,34
2026*	8,99	2.654,76	238,66
Média	7,88		

2027*: 9,50

*Projeção
Fonte: FMI/Banco Central do Brasil
MinasPart - Desenvolvimento Empresarial e Econômico Ltda.
Elaboração: MercadoComum: Há 34 Anos Formando Opiniões!

Minerais críticos e estratégicos, debêntures incentivadas e IVA Dual: a nova Política Mineral brasileira e os desafios tributários ao financiamento da transição energética

Fabrício Alves Quirino

Advogado licenciado no Brasil e na União Europeia.; Doutor com avaliação máxima "sobresaliente cum laude" em Direito Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de Salamanca, Espanha; Mestre em Direito Financeiro e Fiscal pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Portugal; Conselheiro de Assuntos Tributários da Fecomércio/SP; Conselheiro do Lide MG / Triângulo e Head de Desenvolvimento de Negócios do Lide MG /Zona da Mata; Membro da Comissão de Direito Tributário da OAB/SP e da OAB/MG; Diretor Jurídico e sócio fundador da ACR Soluções Tributárias; E-mail: fabricio@acrtributos.com.br

A crescente importância dos minerais críticos para a transição energética, o desenvolvimento tecnológico e a segurança das cadeias produtivas, transformaram a política mineral em tema estratégico para as principais economias mundiais. Nesse contexto, a Lei nº 15.506/2026 instituiu a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), estabelecendo novo marco para o desenvolvimento dessas atividades no Brasil.

A legislação ultrapassa uma política baseada exclusivamente na extração de recursos naturais. Seu propósito alcança o beneficiamento, a transformação mineral, a mineração urbana, o desenvolvimento tecnológico e a agregação de valor em território nacional. A distinção é relevante porque a vantagem econômica de um país detentor de grandes reservas não decorre apenas da extração, mas também de sua capacidade de participar das etapas industriais de maior valor agregado.

A implementação dessa estratégia, contudo, exige investimentos elevados e de longo prazo. Projetos minerais envolvem riscos geológicos, ambientais, regulatórios e tecnológicos, além de significativo volume de capital. Nesse cenário, a Lei nº 15.506/2026 aproxima a política mineral brasileira do mercado de capitais.

O seu art. 40 permite a aplicação do regime previsto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011 e na Lei nº 14.801/2024 às debêntures destinadas à captação de recursos para projetos prioritários relativos ao beneficiamento, transformação e mineração urbana de minerais críticos e estratégicos. Determinadas etapas de prospecção, pesquisa, lavra e desenvolvimento de mina também podem ser contempladas quando vinculadas a projetos que envolvam beneficiamento ou transformação.

A escolha demonstra que o legislador pretende utilizar instrumentos tributários e financeiros não apenas para ampliar a produção mineral, mas para estimular a industrialização da cadeia.

As debêntures incentivadas previstas na Lei nº 12.431/2011 conferem tratamento tributário favorecido aos investidores. Nas hipóteses legalmente estabelecidas, os rendimentos auferidos por pessoas físicas residentes no Brasil submetem-se à alíquota zero do Imposto sobre a Renda. A redução da carga tributária do investidor aumenta a atratividade do título e pode permitir ao emissor captar recursos a custos mais competitivos.

As debêntures de infraestrutura da Lei nº 14.801/2024 adotam lógica parcialmente distinta, concentrando relevante parcela do benefício na pes-

soa jurídica emissora. Há, portanto, instrumentos complementares de incentivo: um atua predominantemente sobre a tributação do investidor; o outro oferece vantagens tributárias ao emissor.

A nova política mineral surge, entretanto, simultaneamente à implementação da reforma tributária do consumo. A Emenda Constitucional nº 132/2023 estabeleceu as bases do novo sistema, posteriormente regulamentado, especialmente, pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026. O modelo instituiu o chamado IVA Dual, composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

A legislação complementar estabeleceu regime específico para os serviços financeiros e incluiu nesse universo determinadas operações com títulos e valores mobiliários, abrangendo atividades relacionadas à negociação, distribuição, liquidação, custódia e intermediação.

Nesse ponto surge uma questão jurídica relevante: a incidência do IBS e da CBS comprometeria os benefícios concedidos às debêntures incentivadas destinadas aos projetos de minerais críticos e estratégicos?

Uma resposta afirmativa, formulada de maneira genérica, seria tecnicamente inadequada.

É necessário distinguir as materialidades tributárias. O tratamento favorecido das debêntures incentivadas previsto na Lei nº 12.431/2011 refere-se, essencialmente, à tributação pelo Imposto sobre a Renda dos rendimentos recebidos pelos investidores que atendam aos requisitos legais. Já IBS e CBS integram outro sistema tributário e alcançam operações e receitas definidas pelo regime específico dos serviços financeiros.

Portanto, a existência do IVA Dual não significa que o rendimento recebido pela pessoa física titular de uma debênture incentivada tenha automaticamente perdido o tratamento tributário favorecido previsto na legislação.

A questão mais relevante encontra-se nos efeitos indiretos da nova tributação.

Uma emissão de debêntures depende de uma estrutura complexa de serviços financeiros, envolvendo instituições coordenadoras, distribuidores, agentes fiduciários, escrituradores, custodiantes, entidades de mercado e outros prestadores. A incidência de IBS e CBS sobre atividades integrantes dessa cadeia pode repercutir no custo econômico da estruturação, distribuição e circulação dos títulos.

Forma-se, assim, um aparente

paradoxo tributário. De um lado, o Estado utiliza benefícios fiscais para tornar determinados instrumentos financeiros mais atraentes e direcionar capital privado aos projetos minerais considerados prioritários. De outro, o novo sistema de tributação do consumo pode gerar custos incidentes sobre serviços necessários à própria realização dessas operações.

Não se trata propriamente de antinomia entre as normas. Os benefícios das debêntures e o regime do IBS/CBS possuem sujeitos, bases econômicas e materialidades diferentes. Entretanto, pode existir uma tensão econômica entre incentivo e tributação.

A eficácia da política pública não deverá, portanto, ser avaliada apenas pelo valor nominal do benefício fiscal concedido. Será necessário verificar se, depois dos custos tributários, financeiros e regulatórios associados à emissão, o mecanismo efetivamente reduz o custo de capital dos projetos beneficiados.

Essa questão assume importância particular porque a Lei nº 15.506/2026 pretende alterar a posição brasileira na cadeia internacional dos minerais críticos. O objetivo não deve ser simplesmente aumentar a exportação de matérias-primas, mas utilizar as reservas nacionais para estimular investimentos em beneficiamento, transformação, tecnologia e produtos de maior valor agregado.

A nova política mineral brasileira dependerá, portanto, de coordenação entre direito minerário, política industrial, tributação e mercado de capitais. Segurança jurídica e previsibilidade regulatória também serão determinantes, considerando que projetos minerais exigem investimentos elevados e apresentam longos períodos de maturação.

A Lei nº 15.506/2026 representa avanço relevante ao aproximar recursos minerais estratégicos, industrialização e financiamento privado. Contudo, o sucesso desse modelo dependerá de sua capacidade de produzir vantagem econômica real aos projetos.

O principal desafio não consiste apenas em preservar formalmente os benefícios das debêntures incentivadas diante do IVA Dual. Consiste em assegurar que a tributação dos serviços financeiros não absorva parcela relevante do incentivo criado justamente para reduzir o custo do financiamento.

O Brasil possui a oportunidade de converter riqueza geológica em capacidade industrial, tecnológica e econômica. Para que isso ocorra, política mineral e política tributária precisarão funcionar de maneira coordenada. A efetividade do novo marco será medida não apenas pelo aumento da extração mineral, mas por sua capacidade de transformar recursos estratégicos em investimento, inovação e desenvolvimento nacional.

MINERAIS CRÍTICOS JÁ ATRAEM R$ 39 BILHÕES EM INVESTIMENTOS

Os dez principais projetos envolvendo minerais críticos no Brasil

Onde estão

Principais projetos de minerais críticos no Brasil

Complexo Mineral Onça Puma
Empresa: Vale
Minério: Níquel
Relevância: Estratégico para a transição energética
Status: Ampliação

Projeto Caldeira
Empresa: Meteoric Resources
Minério: Terras-raras
Relevância: Cruciais para tecnologias de ponta
Status: Operando em teste
Produção: 5 milhões de toneladas por ano

Projeto Serra Verde
Empresa: USA Rare Earth
Minério: Terras-raras
Relevância: Estratégico para a transição energética
Status: Operando, em expansão
Produção: 100 toneladas por ano

Projeto Colossus
Empresa: Viridis Mining and Minerals
Minério: Terras-raras (carbonato misto refinado)
Relevância: Estratégicas para a transição energética
Status: Em implantação
Produção: 3 mil toneladas por ano

Projeto Piauí Níquel
Empresa: Brazilian Nickel
Minério: Níquel e cobalto
Relevância: Estratégicos para a transição energética
Status: Em implantação

Mina de Fosfato de Irecê
Empresa: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral-Galvani
Minério: Concentrado fosfático (para fertilizante)
Relevância: Estratégico para a segurança alimentar
Status: Em implantação

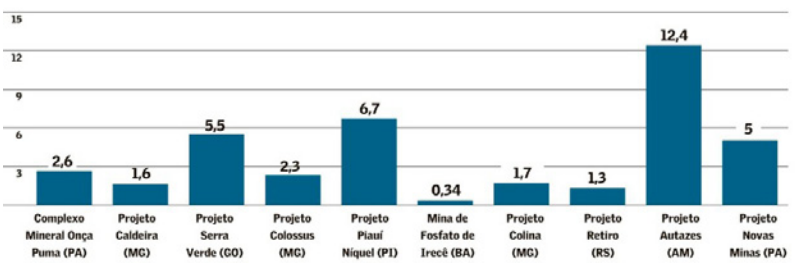
Projeto Colina
Empresa: Pilbara Minerals Limited
Minério: Lítio
Relevância: Estratégico para a transição energética
Status: Em estudo de viabilidade

Projeto Retiro
Empresa: Rio Grande Mineração
Minério: Titânio
Relevância: Fundamental nas indústrias aeroespacial, média, química e automobilística
Status: Em implantação

Projeto Autazes
Empresa: Potássio do Brasil
Minério: Cloreto de potássio (para fertilizantes)
Relevância: Estratégico para a segurança alimentar
Status: Requerimento de lavra protocolado junto à Agência Nacional de Mineração (ANM)

Projeto Novas Minas
Empresa: Mineração Rio do Norte
Minério: Bauxita-Alumina
Relevância: Estratégico para a transição energética
Status: Ampliação

Investimentos por projeto - em R$ bilhões



Fontes: Ministério de Minas e Energia e empresas

já somam investimentos de R$ 39,4 bilhões, segundo levantamento feito junto ao Ministério de Minas e Energia (MME) e empresas do setor. A lista inclui grandes obras, em diferentes estágios, da implantação à produção, e também diversos tipos de minérios. A expectativa é que o novo marco do segmento, aprovado no mês passado, atraia ainda mais aportes.

Apesar do otimismo, acesso a financiamento e mão de obra especializada são apontados como gargalos por empresários e especialistas para o desenvolvimento dessa indústria.

A lei que estabelece a política para minerais críticos os define como necessários para a economia nacional e cuja disponibilidade seja insuficiente ou instável devido à deficiência de produção interna ou elevada dependência de importações. Quando as reservas desses minerais estão concentradas em fornecedores únicos ou em áreas de riscos geopolíticos, eles também são considerados críticos, especialmente se sua escassez trouxer risco à transição energética, segurança alimentar e soberania nacional ou tecnológica.

Assim, estão nessa categoria desde insumos usados na fabricação de fertilizantes até as chamadas terras raras, usadas na produção de equipamentos eletrônicos, baterias de carros elétricos, pás de turbinas eólicas e equipamentos de defesa.

Um dos projetos do setor com maior investimento atualmente é o Autazes, da Potássio do Brasil, no município amazônida homônimo. Com recursos de R$ 12,4 bilhões e previsão de produção de 2,4 milhões de toneladas por ano de cloreto de potássio, usado na indústria de fertilizantes, o empreendimento está em fase de requerimento de lavra na Agência Nacional de Mineração (ANM). Apesar de ser uma potência agrícola, o Brasil é importador de matérias-primas para adubo.

Também está entre os principais empreendimentos o projeto Caldeira, desenvolvido pela Meteoric Resources em Caldas (MG). O objetivo é produzir carbonato misto de terras raras. O projeto foi recentemente adquirido pela Lynas Rare Earths, que comprou 100% da Meteoric por cerca de R$ 3,5 bilhões. Foi a primeira operação após a aprovação do novo marco legal. A Lynas é a única produtora comercial de óxidos separados de terras raras leves e pesadas fora da China. No Brasil, a empresa avalia investir em refino.

"Pretendemos avaliar diversas opções de financiamento para apoiar o desenvolvimento futuro do projeto Caldeira, incluindo financiamento estratégico no país conforme disponível, financiamento de projeto, o caixa atual da Lynas e o caixa gerado pelas operações existentes", informou a empresa em nota.

A busca por financiamento é uma das barreiras para que os projetos avancem em direção à industrialização da cadeia de minerais críticos. O BNDES tem atuado para equacio-

nar essa questão. Além das linhas de crédito tradicionais, mantém um fundo de investimento em participações (FIP) voltado para projetos na área de minerais críticos junto com a Vale, que começa a fazer os primeiros investimentos. A instituição também selecionou 56 planos de negócio em uma chamada pública com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Hoje, as negociações estão mais avançadas com 12 empresas.

"Não queremos apenas exportar os minerais, mas gerar agregação de valor. O BNDES tem esse papel. Isso está totalmente ligado com a Nova Indústria Brasil. Uma das prioridades é a transição energética", afirmou José Luis Gordon, diretor de desenvolvimento produtivo, inovação e comércio exterior do BNDES.

O único país que tem condição de alcançar a cadeia, em algumas aplicações, como a China, é o Brasil" — Anderson Gomes.

O banco também conversa com a Petrobras. Além de manter linhas de pesquisa, a estatal busca oportunidades de investimento. Está atenta a potenciais sinergias com a cadeia de baterias, segmento em que minerais como o lítio possuem papel estratégico. A petrolífera inscreveu projetos próprios e em parceria no leilão de reserva de capacidade via armazenamento de energia, previsto para dezembro.

"Todos os projetos financiados são de transformação mineral. Nenhum é só mineração. Alguns estão mais para frente, outros mais no início, mas todos envolvem algum tipo de beneficiamento", disse Gordon. Segundo o executivo, empresas de menor porte estão no radar e merecem atenção especial do banco.

É o caso da Viridis, mineradora de terras raras, que teve o financiamento de R$ 77,5 milhões aprovado para o seu Centro de Pesquisa e Processamento de Terras raras, inaugurado em maio deste ano. Nele, vai produzir carbonato misto de terras raras em escala-piloto. A Viridis é dona do projeto Colossus, em Poços de Caldas (MG), investimento de R$ 2,3 bilhões, em fase de implantação. Nas próximas semanas será assinado um contrato de venda antecipada (offtake) com a Solvay, que vai ficar com cerca de 70% da produção e planeja processar parte do material em uma unidade industrial na França.

"Vamos ter 30% para explorar oportunidades. Não existe o consumo de carbonato de terras raras no Brasil, mas estamos trazendo uma separação de um elemento de terras raras, que é o lantânio. Ele vai ser extraído aqui, e estamos nos propondo a abastecer o mercado brasileiro", contou Klaus Petersen, diretor-executivo da Viridis. O mineral pode ser usado em baterias, vidros especiais e em processos da indústrias do petróleo, entre outras aplicações. A Viridis aguarda a licença de instalação. A intenção é iniciar a produção em 2028.

O novo marco regulatório prevê benefícios financeiros para investidores. Institui créditos fiscais, garantias para obtenção de empréstimos e estímulos ao processamento industrial no Brasil. O Fundo Garantidor da Atividade Mineral (FGAM) poderá receber até R$ 2 bilhões de participação da União, para reduzir o risco percebido por bancos e financiadores.

Na visão de João Gustavo Morais, CEO da Ore Minerals, ainda não deu tempo de os investidores se beneficiarem dos novos incentivos, porque falta avançar na regulamentação do marco. Mas, segundo ele, a sanção da lei foi suficiente para aumentar o otimismo dos empresários. "A gente vai ter mais oportunidades de obter esses créditos no país. Hoje, o financiamento é todo externo. Esse é o grande gargalo. O fundo garantidor é uma inovação. Tende a alavancar o setor", disse.

A Ore é dona do projeto Rio Negro, no Paraná, focado em terras raras. Prevê investimento de cerca de US$ 100 milhões em seis anos, divididos em três fases. A produção-piloto está prevista para 2028.

A solução financeira é o grande desafio dos projetos envolvendo minerais críticos, na avaliação do presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Pablo Cesário. Ele cita os exemplos de Canadá e Austrália, que se valem de um mecanismo tributário para amenizar o investimento de longo prazo. Cesário defende que, assim como acontece nos dois países, também no Brasil o gasto em pesquisa seja considerado elegível na apuração do tributo, permitindo que o valor seja abatido do pagamento de impostos.

Além do financiamento, o presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Anderson Gomes, aponta a falta de pessoal especializado em minerais críticos como um grande gargalo a ser resolvido no setor. "O grande passo agora é a regulamentação da lei. O único país que tem condição de alcançar a cadeia, em algumas aplicações, como a China, é o Brasil. E ele tem isso por causa das reservas. Se ele sair vendendo reserva, vai perder dinheiro e o bonde da história", enfatizou Gomes.

A nova política nacional do setor também abrange os minerais estratégicos, aqueles cujas reservas são significativas e que são essenciais para a geração de superávit da balança comercial, para o desenvolvimento tecnológico e regional, como o minério de ferro. Se considerados os projetos desses minerais que estão no portfólio do MME, os investimentos são ainda maiores.

Os artigos publicados nesta edição são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião dos editores da publicação.

DG Visa

Assessoria para obtenção de **VISTO DE TURISTA** para os Estados Unidos

Atendimento com
Danielle Gontijo

Por que contar com **auxílio especializado?**

- Orientação para o DS-160
- Organização da documentação
- Preparação para a entrevista consular
- Mais segurança e tranquilidade

Clareza em cada etapa
do seu pedido de visto.

Fale com a DG Visa

Ligue ou chame no WhatsApp

(31) 98850-6474

Neste mês a realização do 28º Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores – MercadoComum - 2026

A solenidade de premiação ocorrerá às 19 horas do dia 16 de novembro, no Salão de Recepções do Minas Tênis Clube II, à Av. dos Bandeirantes, 3223 – Bairro Mangabeiras – Belo Horizonte– MG., acompanhada por Coquetel e seguida por Coquetel de Confraternização para um público estimado em 500 participantes.

Este **XXVIII Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores Empresas –MercadoComum - 2026**, considerado o **"Oscar da Economia de Minas Gerais"** será, novamente, realizado conjuntamente com a entrega das Condecorações da ACMINAS – Associação Comercial e Empresarial de Minas.

O objetivo da premiação é homenagear o conjunto de empresas, listadas a seguir, que mais se destacaram em Minas Gerais durante os anos de 2026/2025, em função de suas atividades econômicas, desempenho operacional e resultados financeiros.

As empresas agraciadas foram definidas através de um processo eminentemente técnico que teve, como sustentação e fundamentação, as informações e dados relativos ao estudo intitulado **XXX Ranking de Empresas de Minas Gerais**, o qual será divulgado em edição especial, de MercadoComum, a circular no mês de dezembro próximo.

As empresas participantes deste **XXX Ranking de Empresas Mineiras** possuem sede em Minas Gerais e tiveram os seus balanços e demonstrações de resultados publicados até o dia 15 de outubro último – além daquelas que também os encaminharam, diretamente, à Redação de MercadoComum para estudo e análise, até aquela data.

A escolha das empresas premiadas é definida, fundamentalmente, por sua efetiva contribuição à economia e ao desenvolvimento de Minas Gerais, considerando-se também outros elementos, tais como: agregação de valor; inovação e absorção tecnológica; expansão de vendas; integração nacional e internacional; governança corporativa; competitividade e produtividade; geração de riqueza; transparência; liquidez; geração de renda e de emprego; contribuição de impostos; EBITDA; sustentabilidade; respeito ao consumidor; "compliance" visão de futuro e integração junto à sociedade da qual participa e integra.

As variáveis mais relevantes que determinam a escolha das empresas vencedoras são: equilíbrio econômico-financeiro; lucratividade e crescimento da receita operacional; governança corporativa; transparência e respeito ao consumidor.

O XXX RANKING DE MINAS GERAIS DIVULGARÁ OS SEGUINTES DADOS:

- *As 300 Maiores Empresas de Minas por Ordem Alfabética;*
- *As 300 Maiores Empresas de Minas por Receita Operacional Líquida*
- *As 300 Maiores Empresas de Minas por Setor Econômico;*
- *As 100 Maiores Empresas de Minas por Lucro Líquido;*
- *As 100 Maiores Empresas de Minas por Patrimônio Líquido;*
- *As 100 Maiores Empresas de Minas por Ativos Totais;*
- *As 100 Maiores Empresas de Minas por Crescimento de Receitas*
- *As 50 Maiores Empresas de Minas por Retorno do Patrimônio Líquido*
- *As 50 Maiores Empresas de Minas em Ebitda*
- *As 50 Maiores Empresas de Minas em Rentabilidade do Patrimônio Líquido*
- *As 50 Maiores Empresas de Minas por Prejuízo*

Cabe destacar que, para a realização deste XXX Ranking, foram analisados mais de 2.000 balanços e demonstrações de lucros e perdas – sendo consideradas aptas e classificadas cerca de 500 empresas – cuja Receita Operacional Líquida corresponde a mais da metade do PIB - Produto Interno Bruto de Minas Gerais do ano de 2025 – o que demonstra, cabalmente, a sua importância e dimensão.

São as seguintes as categorias a serem homenageadas neste "Oscar da Economia Mineira de 2026":

- ***MELHORES E MAIORES - EMPRESAS EXCELÊNCIA DE MINAS GERAIS (29)***
- ***PERSONALIDADE EMPRESARIAL DO ANO (1)***
- ***TRADIÇÃO E PERPETUIDADE (9)***
- ***EMPRESA DESTAQUE DO ANO DE MINAS GERAIS (2)***

A escolha dos agraciados das Categorias Personalidade Empresarial do Ano de Minas Gerais e das Empresa Destaque do Ano do 28º Prêmio Minas - Desempenho Empresarial - Melhores e Maiores é realizada por uma Comissão Especial, composta por todos os agraciados dos anos anteriores com o mesmo título; pelos membros do Conselho Editorial e Consultivo de MercadoComum e por consulta, direta e seletiva, a leitores da publicação.

CONDECORAÇÃO ACMINAS - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MINAS

1. ***MEDALHA JK***
   Nadim Elias Donato Filho
   Empresário, presidente do Sistema FECOMÉRCIO-MG

2. ***MEDALHA BARÃO DE MAUÁ***
   Salim Mattar
   Empresário, fundador da Localiza S.A.

3. ***MEDALHA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO***
   Carlos Henrique Martins Teixeira
   Advogado, presidente do Minas Tênis Clube

XXVIII PRÊMIO MINAS – DESEMPENHO EMPRESARIAL – MELHORES E MAIORES 2026
XXX RANKING DE EMPRESAS DE MINAS GERAIS

01 – PERSONALIDADE EMPRESARIAL DO ANO DE MINAS GERAIS:

RICARDO RIBEIRO VALADARES GONTIJO
PRESIDENTE/CEO DO GRUPO DIRECIONAL ENGENHARIA

02 – EMPRESA DESTAQUE DO ANO DE MINAS GERAIS:

DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.
DROGARIA ARAUJO S.A.

03 – TRADIÇÃO E PERPETUIDADE:

- *ACMINAS - Associação Comercial e Empresarial de Minas - 125 Anos*
- *Grupo Gerdau S.A. - 125 Anos*
- *Drogaria Araujo S.A. - 120 Anos*
- *Construtora Aterpa S.A. - 75 Anos*
- *Fundação Dom Cabral - 50 Anos*
- *Grupo SADA - 50 Anos*
- *Prosegur Brasil S.A. - 50 Anos*
- *Stellantis - Automóveis Brasil Ltda. -50 Anos*
- *Supermercados BH Com. Alimentos S.A. - 30 Anos*

04 - MELHORES E MAIORES EMPRESAS EXCELÊNCIA DE MINAS GERAIS (Setor de Atividade):

AGRONEGÓCIO
- *COOXUPÉ - Cooperativa Reg. Cafeicultura em Guaxupé Ltda.*
- *Mantiqueira Alimentos S.A.*

ÁGUA, ENERGIA E SANEAMENTO
- *CEMIG - Cia. Energética de Minas Gerais*
- *COPASA - Cia. Saneamento de Minas Gerais*

COMÉRCIO
- *Drogaria ARAUJO S.A.*
- *SUPERMERCADOS BH Com. Alimentos S.A.*

EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E OUTROS
- *MINAS Tênis Clube*
- *M.I. MONTREAL Informática S.A.*
- *Rede BATISTA de Educação*

FINANÇAS
- *Banco INTER S.A.*
- *POTTENCIAL Seguradora S.A.*
- *Sicoob CREDIMINAS Coop. Central de Crédito de Minas. Gerais Ltda.*
- *Sicoob CREDICOM Coop. Econ. Créd. Médicos e Profissionais Área de Saúde Ltda.*

INDÚSTRIA - CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA
- *DIRECIONAL Engenharia S.A.*
- *LCM- Construção e Comércio S.A.*
- *TABOCAS - Part. Empreend. S.A.*

INDÚSTRIA - DIVERSAS
- *MAGNESITA Refratários S.A.*
- *STELLANTIS - Automóveis Brasil Ltda.*
- *Transformadores Serv. Eng. Américas S.A.*

INDÚSTRIA MINERAÇÃO
- *ANGLO AMERICAN Mineração Ferro Brasil S.A.*
- *ANGLOGOLD ASHANTI Córrego do Sítio Mineração S.A.*
- *KINROSS Brasil Mineração S.A.*
- *Mineração USIMINAS S.A.*

SAÚDE
- *Associação Mário Penna*
- *Hospital Felício Rocho (Fundação Felice Rosso)*
- *Hospital Mater Dei S.A.*
- *UNIMED-BH – Cooperativa Trabalho Médico Ltda.*

TRANSPORTES E LOGÍSTICA
- *LOCALIZA Rent a Car S.A.*
- *PROSEGUR Brasil S.A.*
- *VLI Multimodal S.A.*

- *1998/1999 - **José Alencar Gomes da Silva** - Grupo Coteminas*
- *1999/2000 - **Eduardo Borges de Andrade** - Grupo Andrade Gutierrez*
- *2000/2001 - **Antônio José Polanczky** - Grupo Belgo-Mineira*
- *2001/2002 - **Djalma Bastos de Morais** - CEMIG*
- *2002/2003 - **Salim Mattar** Grupo Localiza*
- *2003/2004 - **Alair Martins do Nascimento** - Grupo Martins*
- *2004/2005 - **Robson Braga de Andrade** - FIEMG - Grupo/Orteng*
- *2005/2006 - **Roger Agnelli** Grupo Vale do Rio Doce*
- *2006/2007 - **Rinaldo Campos Soares** - Grupo Usiminas*
- *2007/2008 - **Cledorvino Belini** Grupo Fiat*
- *2008/2009 – **Modesto Carvalho de Araujo Neto** – Drogaria Araujo S.A.*
- *2009/2010 – **J. Murillo Valle Mendes** – Grupo Mendes Jr.*
- *2010/2011 – **Wilson Nélio Brumer** – Grupo Usiminas*
- *2011/2012 – **Ricardo Valadares Gontijo** – Direcional Engenharia S.A.*
- *2012/2013 – **Olavo Machado Jr.** FIEMG*
- *2013/2014 – **Jacques Gontijo Álvares** – CCPRMG-Itambé*
- *2014/2015 – **Rubens Menin** Grupo MRV Engenharia*
- *2015/2016 – **Tadeu Carneiro** CBMM - Cia. Bras. Met. Mineração*
- *2016/2017 – **Roberto Simões** FAEMG*
- *2017/2018 – **Lindolfo Paoliello** – ACMinas e **Sergio Leite de Andrade** – Grupo Usiminas*
- *2018/2019 – **Roberto Santoro** Grupo Hermes Pardini*
- *2019/2020 – **Samuel Flam** UNIMED-BH*
- *2020/2021 – **Eugênio Mattar** Grupo Localiza*
- *2021/2022 – **Jefferson De Paula** Grupo ARCELORMITTAL Brasil*
- *2022/2023 – **Vander Francisco Costa** – CNT-Conf. Nacional do Transporte*
- *2023/2024 – **Gustavo Werneck da Cunha**– Presidente do Grupo Gerdau*
- *2024/2025 - **Frederico José Amadee Peret** – Presidente da Unimed-BH*

AGRACIADOS ANTERIORES COM O TÍTULO "PERSONALIDADE EMPRESARIAL DO ANO DE MINAS GERAIS":

"EMPRESAS DESTAQUE DO ANO DE MINAS GERAIS" ANTERIORES:

- *1998/1999 - **FIAT** Automóveis S.A.*
- *1999/2000 - **CEMIG** - Cia. Energética de Minas Gerais*
- *2000/2001 - **CEMIG** - Cia. Energética de Minas Gerais*
- *2001/2002 - **CEMIG** - Cia. Energética de Minas Gerais*
- *2002/2003 - **CEMIG** - Cia. Energética de Minas Gerais*
- *2003/2004 - **USIMINAS** - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.*
- *2004/2005 - **USIMINAS** - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.*
- *2005/2006 - **USIMINAS** - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.*
- *2006/2007 - **FIAT** Automóveis S.A.*
- *2007/2008 - **FIAT** Automóveis S.A.*
- *2008/2009 – **FIAT** Automóveis S.A.*
- *2009/2010 – **FIAT** Automóveis S.A.*

- *2010/2011 – **FIAT** Automóveis S.A.*
- *2011/2012 – **CEMIG** Distribuição S.A.*
- *2012/2013 – **FIAT** Automóveis S.A.*
- *2013/2014 – **FIAT** Automóveis S.A.*
- *2014/2015 – **CBMM** – Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração*
- *2015/2016 - **DROGARIA ARAUJO** S.A.*
- *2016/2017 – **LOCALIZA** Rent a Car S.A.*
- *2017/2018 – **USIMINAS** – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.*
- *2018/2019 - Instituto **HERMES PARDINI** S.A.*
- *2019/2020 – **UNIMED-BH** – Cooperativa de Trabalho Médico*
- *2020/2021 – **LOCALIZA** Rent a Car S.A.*
- *2021/2022 – **ARCELORMITTAL Brasil** S.A*
- *2022/2023 – **DROGARIA ARAUJO S.A** e **SUPERMERCADOS BH** Com. Alimentos S.A.*
- *2023/2024 – **Grupo GERDAU S.A.***
- *2024/2025 - **UNIMED-BH -** Cooperativa de Trabalho Médico*

BENEFÍCIOS adicionais às empresas que veicularem publicidades nas edições especiais – Impressa e digital de MERCADOCOMUM

28º Prêmio Minas Desempenho Empresarial Melhores e Maiores – 2025:

1 PÁGINA

- *1 Mesa de seis lugares e 6 convites individuais para a solenidade de premiação e Coquetel/ Jantar de Confraternização nos salões do Minas Tênis Clube II, em Belo Horizonte - MG;*
- *1 Troféu em aço inox e um diploma de reconhecimento;*
- *1 Matéria institucional correspondente a 1 página adicional nas edições especiais;*
- *1 Banner Formato 350 x 280px - Mídias permitidas: JPG, PNG, GIF e HTML no portal/site de MercadoComum por 2 meses;*
- *Direito de uso da logomarca da premiação;*
- *Acesso às fotos e vídeos do evento com direito à sua divulgação.*

PÁGINA DUPLA

- *1 Mesa de dez lugares e 10 convites individuais para a solenidade de premiação e Coquetel/ Jantar de confraternização nos salões do Minas Tênis Clube I, em Belo Horizonte-MG;*
- *Troféu em aço inox e um diploma de reconhecimento;*
- *Matéria institucional correspondente a 2 páginas nas edições especiais;*
- *Banner Formato 350 x 280px - Mídias permitidas: JPG, PNG, GIF e HTML no portal/ site de MercadoComum por 2 meses;*
- *Direito de uso da logomarca da premiação;*
- *Acesso às fotos e vídeos do evento com direito à sua divulgação.*

MERCADOCOMUM estará circulando, em dezembro, com uma edição especial impressa e outra eletrônica trazendo matérias sobre os premiados, as empresas/instituições e personalidades - destacando a relevância desta iniciativa para a economia e o desenvolvimento de Minas Gerais. Cabe, ainda ressaltar, a importância da realização deste evento, que reúne expressiva parcela formadora do PIB mineiro e obtém ampla repercussão na mídia em geral. Nesta edição especial constará o descritivo do XXX Ranking de Empresas de Minas Gerais, listando-se as Maiores Empresas do Estado – em ordem alfabética, por setor econômico, receita operacional líquida, resultado, patrimônio líquido e ativos totais, entre outros.

A Newsletter MercadoComum, ora no 34º ano de circulação e em sua 361ª edição é enviada, mensalmente, a um público constituído por mais de 120 mil pessoas formadoras de opinião em todo o país diretamente, via e-mail – através de postagens no Linkedin, Instagram, Whatsapp e Telegram, além de estar disponibilizado, para acesso, o seu Portal www.mercadocomum.com, juntamente com as suas edições anteriores.

De acordo com estatísticas do Google Analytics Search a publicação MercadoComum obteve 7,457 milhões de visualizações no mês de agosto último e 72,488 milhões durante todo o ano de 2026.

O XXVIII Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores Empresas – MercadoComum - 2026 conta com o apoio institucional da ASSEMG – Associação dos Economistas de Minas Gerais; Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; IBEF - Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de Minas Gerais e da MinasPart- Desenvolvimento Empresarial e Econômico Ltda.

Para maiores informações sobre MercadoComum: https://mercadocomum.com/

Sendo do interesse participar com publicidades nas edições especial impressa e eletrônica sobre este 28º Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores/30º Ranking de Empresas Mineiras, poderão contatar MercadoComum diretamente:

Carlos Alberto ou Aline:
cato@mercadoComum.com
Fone: (31) 3281-6474

O prazo para definição e fechamento de publicidades é até o dia **16 de novembro** diretamente em: newsletter@mercadocomum.com

De acordo com as estatísticas oficiais divulgadas pelo
Google Analytics Search, **MercadoComum** obteve:

EM SETEMBRO DE 2026

7.456.926

VISUALIZAÇÕES

DE LEITORES NO BRASIL E EXTERIOR

MercadoComum é um veículo independente, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais e circula mensalmente, no 1e dia de cada mês, com a sua edição eletrônica. Por ocasião de suas premiações edita as suas edições também na forma impressa.

Atualmente, encontra-se em seu 34º ano e é encaminhada em PDF - também e mensalmente, por e-mail, Whatsapp, Linkedin, Facebook, Telegram e Instagram, a mais de 120 mil endereços eletrônicos – para um público notoriamente formador de opinião, o que inclui as mais destacadas expressões do pensamento e do mundo econômico, político, académico científico e cultural de Minas Gerais e do Brasil. A sua distribuição é gratuita e direcionada aos dirigentes das grandes e médias empresas nacionais e estrangeiras, investidores institucionais e pessoas físicas, autoridades do alto escalão governamental e para diversas instituições federais, estaduais e municipais, entidades públicas e privadas, associações e sindicatos de classe, além de instituições de ensino superior do país.

Desde seu início é presidida pelo economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira. Além de um Conselho Editorial composto por expressões ilustres, dispõe de um Conselho Consultivo formado por inúmeras personalidades e lideranças empresariais e econômicas. Os artigos veiculados têm como foco economia, finanças, administração e negócios. Além de contar com jornalistas especializados, destaque especial cabe aos artigos escritos por inúmeros colaboradores espontâneos, que com a sua vivência e experiência profissional enriquecem e engrandecem a publicação.

MercadoComum não é uma publicação apenas voltada à economia e finanças. Possui regularmente, também, várias outras diferentes seções, como: Cultura, Gastronomia, Turismo, Mobilidade Urbana, Política, Ciência & Tecnologia, Opinião, Doutrina Jurídica etc.

Realiza vários eventos anuais, como: Prêmio Top of Mind - Marcas de Sucesso (31 edições); Prémio Minas - Desempenho Empresarial (27 edições); o Ranking das Empresas de Minas Gerais (29 edições); O Poder em Minas (5 edições) e o Prémio Minas Gerais de Desenvolvimento Econômico ASSEMG/ MercadoComum (13 edições); o Troféu JK de Cultura e Desenvolvimento; os Encontros Empresariais de Economia, Finanças e Negócios (47 edições), Festa Julhina Arraiá da Esperança (17 edições) além de diversos seminários, palestras e ciclos de debates.

Coordena o Fórum JK de Desenvolvimento Econômico. Destacam-se, ainda, a edição de várias outras publicações especiais: "JK-50 Anos de Progresso em 5 Anos de Governo"; "A Economia com Todas as Letras e Números"; "Cultura é Desenvolvimento"; "Meandros do Poder"; "Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento - Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".

Acesse:
www.mercadocomum.com

ANUNCIE NA MELHOR REVISTA DE ECONOMIA DE MINAS

MInasPart Comunicação Ltda
Rua Padre Odorico, 728
10º andar - São Pedro
Belo Horizonte – MG

Tel.: ***(31) 3281-6474***
newsletter@mercadocomum.com

MERCADOCOMUM®
HÁ 34 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

KPMG anuncia Carlos Pires como chairman e CEO no Brasil e na América do Sul

Executivo assumiu a liderança em 1º de outubro e dará continuidade à estratégia de crescimento, inovação e desenvolvimento de pessoas

A KPMG anuncia a escolha de Carlos Pires como novo chairman e CEO no Brasil e na América do Sul. O executivo assumiu o cargo em 1º de outubro, sucedendo Charles Krieck. A sucessão ocorreu ao término do ano fiscal da organização, em conformidade com seu processo regular de governança corporativa, por meio do qual os sócios da firma elegem a sua liderança executiva.

Com 39 anos de trajetória na KPMG, Carlos Pires passa a liderar uma organização que, nos últimos anos, ampliou a atuação na região, acelerou a transformação digital e fortaleceu investimentos em inovação, sustentabilidade e desenvolvimento de pessoas. No novo ciclo, a empresa seguirá focada em gerar valor para seus clientes, fortalecendo o investimento no desenvolvimento de seus profissionais e ampliando o uso estratégico de tecnologia e inteligência artificial para enfrentar um ambiente de negócios cada vez mais complexo e dinâmico.

"Vivemos um momento de mudanças aceleradas, impulsionado pela tecnologia, inteligência artificial e transformações econômicas e geopolíticas que impactam empresas em todo o mundo. Nossa prioridade será seguir combinando conhecimento, inovação e colaboração para apoiar clientes, desenvolver talentos e fortalecer relações de confiança com todos os nossos públicos", afirma Carlos.

TRAJETÓRIA CONSTRUÍDA NA KPMG

Carlos Pires ingressou na KPMG, em 1987, e construiu a carreira na organização ao longo de quase quatro décadas. Durante esse período, atuou em projetos de auditoria para grandes empresas nacionais e multinacionais, liderou equipes multidisciplinares e ocupou posições estratégicas na firma.

Antes de assumir a presidência, atuava como sócio-líder de auditoria da KPMG no Brasil e integrou o Global Audit Steering Group (GASG), grupo responsável por apoiar o desenvolvimento da estratégia global da prática. Ao longo de sua trajetória, também contribuiu para o fortalecimento da profissão contábil e da governança corporativa por meio da participação em entidades como o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

UM LEGADO DE CRESCIMENTO E TRANSFORMAÇÃO:

Charles Krieck encerrou a gestão após conduzir um dos períodos mais relevantes da história recente da KPMG no Brasil e na América do Sul. Durante os nove anos à frente da organização, a receita da firma cresceu de aproximadamente R$ 1,2 bilhão para R$ 2,4 bilhões, acompanhada pela ampliação da base de clientes e pela expansão dos negócios na região.

O período também foi marcado pela aceleração da transformação digital da empresa, pela incorporação de novas tecnologias aos serviços prestados, pelo fortalecimento da agenda de diversidade e inclusão e pela ampliação dos investimentos em sustentabilidade e impacto social.

Entre os principais marcos da gestão, estão a expansão dos programas de capacitação profissional, o avanço da participação feminina em posições de liderança, a adoção de energia proveniente de fontes renováveis e o crescimento dos serviços relacionados à sustentabilidade. Na frente de impacto social, a KPMG destinou ao longo dos nove anos, aproximadamente, R$ 27 milhões a iniciativas voltadas à educação, inclusão e desenvolvimento comunitário.

"Foram anos de mudanças profundas para os nossos clientes, para os mercados e para a própria profissão. Entrego uma KPMG mais forte, mais digital, mais sustentável e preparada para os desafios do futuro", finaliza Krieck.

A KPMG é uma rede global de firmas independentes que presta serviços profissionais de auditoria, tributos e consultoria. Está presente em 142 países e territórios, com 275 mil profissionais atuando em firmas-membro em todo o mundo. No Brasil, são mais de cinco mil profissionais, distribuídos em 15 cidades de 10 estados e do Distrito Federal.

Orientada pelo seu propósito de empoderar a mudança, a KPMG é uma empresa referência no segmento em que atua. Compartilha valor e inspira confiança no mercado e nas comunidades há mais de 100 anos, transformando pessoas e empresas e gerando impactos positivos que contribuem para a realização de transições sustentáveis em clientes, governos e sociedade civil.

Toledo “A Glória da Espanha”

Viajei Bonito

Paulo Queiroga
Com ajuda do Blog: malapronta.com.br

Nesta edição de MC desembarcamos na cidade espanhola de Toledo -Patrimônio Mundial da Unesco.

O título de “A Gloria da Espanha” foi dado pelo dramaturgo e poeta Miguel de Cervantes (1547–1616). O autor do romance Dom Quixote de La Mancha e um dos precursores do realismo espanhol dedicou esta homenagem à cidade.

Assentada às margens do extenso Rio Tejo, na província de Toledo, comunidade de Castela-Mancha, Toledo possui uma das arquiteturas medievais mais preservadas da Europa. Ela é conhecida como a Cidade das Três Culturas, pela longa convivência ali entre cristãos, judeus e muçulmanos.

PINCELADAS NA HISTÓRIA

Breve panorama no tempo para dar substância ao roteiro. Como entendem os fiéis leitores de MC: Turismo sem História é viagem vazia.

Os primeiros vestígios são muralhas do povoado do período pré romano: os Celtiberos e Carpetanos.

O aço de Toledo, tradicionalmente produzido desde os anos 500 a.C., de alta resistência e tecnologia avançada para a época, chamou a atenção dos romanos, quando foi usado pelo General Anibal, de Cartago, durante a invasão à Península Itálica, nas Guerras Púnicas (século III a.C.) e logo se tornou também armamento oficial das legiões romanas.

Em 193 a.C. Toledo foi colonizada pelos romanos que desenvolveram a arquitetura e infraestrutura. A cidade passou a ser exportadora de ferro e cunhagem de moedas.

Já no século III e IV da Era Cristã, a partir das incursões germânicas e conquista do Alanos e Visigodos, a cidade se torna capital do reino e o arcebispado hispano visigodo adquirindo grande importância civil e religiosa. Esta condição durou até o ano de 714 com a conquista moura da Península Ibérica.

Durante o Emirado (756–929) e Califado de Córdova (929–1035),

Toledo foi centro de tensão étnica e religiosa, além de muitas revoltas em toda a região.

A maioria de população católica (cerca de 95% - 99%) em Toledo preocupou os governantes islâmicos. No início do século VIII, explodiu uma grande revolta dos camponeses de fé cristã ou pagã em toda região em volta de Toledo.

Em 25 de maio de 1085, o cristão Afonso VI de Castela recuperou Toledo na chamada Reconquista. Por volta do ano 1300, um grupo de judeus chega à cidade. Após anos de perseguição, foram expulsos definitivamente em 1492 e deixaram importantes monumentos religiosos, como a Sinagoga de Santa María la Blanca, a sinagoga de El Tránsito, e a mesquita de Cristo de la Luz.

Ainda no século XIII Toledo era um importante centro cultural sob o domínio de Afonso X, cuja alcunha era "o Sábio" por seu amor ao conhecimento. A escola de tradutores de Toledo tornou disponíveis grandes trabalhos acadêmicos e filosóficos produzidos em árabe e hebraico (eram originalmente do grego) ao traduzi-los para o latim.

Para melhor aproveitar a riqueza dos atrativos de Toledo, recomenda-se roteiro guiado. Ente eles, o Alcazar, um palácio fortificado na parte mais alta da cidade, com grandes torres de 60 metros de altura.

A Catedral é notável por sua incorporação de luz e as imagens por trás do altar, bastante altas, com figuras fantásticas em estuque, pinturas, peças em bronze, e múltiplas tonalidades de mármore, uma obra-prima medieval.

A cidade foi residência de El Greco e é tema de muitas de suas pinturas, como na Igreja de Santo Tomé do século XIII.

O damasquino é um artesanato local com fios de ouro ou prata encrustados em aço ou ferro, como: jóias, armaduras, pratos, espadas.

A gastronomia toledana também tem marca relevante, como as carcamusas: guisado de carne magra de porco, molho de tomate e ervilhas.

O mazipán é um doce tradicional de Toledo, feito à base de amêndoas e açúcar. Uma das confeitarias mais renomadas na produção artesanal desse doce é o Obrador Santo Tomé, fundado em 1856.

Não é por simples impressão que Cervantes denominou Toledo como "Glória da Espanha"

Os artigos publicados nesta edição são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião dos editores da publicação.

Governo de Minas Gerais firma protocolo para empreendimento de R$ 600 milhões que promete transformar Três Marias em destino de alta renda

Com VGV estimado em R$ 3 bilhões, projeto da Elemental Construtora ocupará 6,9 milhões de m² às margens do rio São Francisco e prevê residências de altíssimo padrão, marina, hotelaria, gastronomia e experiências exclusivas

O Governo de Minas Gerais formalizou um protocolo de intenções para apoiar a implantação do Península Três Marias, empreendimento imobiliário e turístico de altíssimo padrão que prevê investimentos de R$ 600 milhões e promete transformar a cidade de Três Marias, com menos de 30 mil habitantes, em um novo polo de turismo e segunda residência de alta renda no Brasil. Desenvolvido pela Elemental Construtora, o projeto tem valor geral de vendas (VGV) estimado em R$ 3 bilhões e nasce com a ambição de reposicionar a região no mapa dos grandes destinos turísticos brasileiros.

Firmado por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede) e da Invest Minas, o Protocolo de Intenções nº 25/2026 foi publicado no Diário Oficial do Estado em 2 de outubro. O acordo formaliza o compromisso da Invest Minas de prestar apoio e assistência ao empreendimento durante suas fases de implantação e operação, reforçando o potencial do investimento para impulsionar o desenvolvimento econômico, o turismo e a geração de empregos na região.

"Minas Gerais tem potencial para desenvolver novas vocações econômicas a partir das características de cada região. No interior, investimentos

no turismo podem fortalecer cadeias de negócios, atrair novos empreendimentos e gerar oportunidades de trabalho e renda. Nosso papel é criar condições para que essas iniciativas contribuam para diversificar a economia e impulsionar o desenvolvimento regional", destaca a secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mila Corrêa da Costa.

Às margens da represa de Três Marias, formada pelas águas do rio São Francisco, o empreendimento ocupará uma área de 6,9 milhões de metros quadrados, segundo georreferenciamento que redimensionou com mais precisão o tamanho do empreendimento. Serão cinco fases de desenvolvimento, com aproximadamente 195 unidades residenciais distribuídas em um projeto de baixíssima densidade, concebido para preservar a paisagem natural e oferecer privacidade, exclusividade e uma experiência de moradia integrada à natureza.

A proposta vai muito além de um condomínio de alto padrão. O Península pretende criar um destino completo de hospitalidade e experiências, reunindo marina para embarcações de grande porte, spa com estruturas sobre o lago, haras, deques para pesca, restaurantes, biblioteca, espaços dedicados à arte e até um cinema flutuante. Um campo de golfe também está em estudo.

Para Thiago Castilho, fundador da Elemental Construtora, a ambição é revelar ao mercado de alta renda o potencial de uma região que, apesar de seus atributos naturais, ainda permanece pouco explorada pelo turismo de alto padrão.

"Nossa ambição é transformar Três Marias em um dos destinos mais desejados do Brasil. Estamos falando de uma região com uma natureza extraordinária, uma represa de proporções impressionantes e um potencial turístico ainda pouco explorado. Queremos desenvolver um projeto que

coloque esse destino em outro patamar, atraindo investimentos, movimentando a economia local e criando uma nova referência de hospitalidade e qualidade de vida no país", afirma Castilho.

UM NOVO DESTINO PARA O TURISMO DE ALTA RENDA

A aposta da Elemental acompanha um movimento de expansão do mercado de segunda residência para destinos que combinam natureza, privacidade, experiências exclusivas e infraestrutura de alto padrão. Nesse cenário, Três Marias reúne atributos pouco comuns: grandes extensões de áreas preservadas, acesso direto à água e uma represa que permite a navegação de embarcações de até 70 pés.

Conhecida pela pesca esportiva, especialmente do tucunaré, a região tem potencial para ampliar sua vocação turística e se consolidar também como destino náutico, gastronômico e de hospitalidade. A comparação com Capitólio, outro destino mineiro que ganhou projeção nacional pelo turismo de natureza e pelos esportes aquáticos, ajuda a dimensionar as oportunidades. Três Marias, porém, apresenta características próprias, com uma escala territorial expressiva e um grau de ocupação ainda reduzido.

A arquitetura do Península foi concebida para valorizar essa identidade. As construções terão baixa altura e utilizarão materiais como pedra do cerrado, madeira, argila e fibras naturais, privilegiando a integração com a paisagem. O projeto também prevê a participação de artesãos locais, incorporando elementos da cultura e da produção regional à experiência do empreendimento.

Outro diferencial está na estratégia de conectividade. A Elemental prevê uma parceria com a Flapper para a criação de uma frota dedicada de cinco aeronaves, incluindo um jato executivo, uma aeronave anfíbia e outros três aviões. A proposta é conectar Três Marias a importantes centros emissores de público de alta renda, com operações a partir de aeroportos como Campo de Marte, em São Paulo, Pampulha, em Belo Horizonte, Brasília e Goiânia.

A iniciativa busca reduzir o tempo de deslocamento e tornar o destino acessível a proprietários e visitantes que valorizam a possibilidade de conciliar a vida nas grandes cidades com experiências de lazer e descanso em meio à natureza.

São Paulo - Brasil
Santa Catarina - Brasil
Lisboa - Portugal

contato@portogalloinvestimentos.com.br

(11) 3078-6830
www.portogallofamilyoffice.com.br

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Recursos

CVM
Comissão de Valores Mobiliários

Vinho, Gente, Coisas e Adjacências

Revanche dos menos alcoólicos e aquele da panela

Inimá Souza
.souza@gmail.com

Ainda que tímida, aqui e acolá, a procura pelos vinhos menos alcoólicos é uma realidade e reflete uma tendência no consumo mundial, independentemente das faixas etárias dos apreciadores.

Ao longo dos últimos decênios os produtores têm focado – e, claro, em consonância com exigências do consumidor -, na produção de vinhos massivos, redondos e, quase sempre, com elevada graduação em álcool.

A expectativa que o rótulo indique lá, 13,5°, 14,5°, e possivelmente, 15,5°, graduações alcoólicas que o sommelier e o apreciador sabem que nem sempre é sinônimo de melhor qualidade do vinho.

Hoje, com mais profundos conhecimentos agronômicos das vinhas, a evolução dos métodos culturais, a vitivinicultura vive um momento de transformação, acompanhando mudanças de comportamento e novas demandas de consumo.

Decorrência dessas mudanças, o consumo caminha na direção de vinhos menos alcoólicos, principalmente entre consumidores das faixas etárias mais baixas e aqueles que estão chegando ao mundo do vinho.

Lá, inequivocamente, estão os vinhos brancos, os rosados ou rosés e os espumantes, costumeiramente mais leves e menos alcoólicos, além de serem imbatíveis quando o momento é de harmonizar com pratos variados.

NA PANELA

Dou uma requentada neste tema pois ouvi, recentemente, um noviço cozinheiro afirmar, em uma roda de comensais, que usava vinho de mesa para temperar suas comidas, logo, sem gastar muito com a bebida.

Ora, quando se trata de vinho na cozinha, vale repetir uma regra básica: não use para cozinhar um vinho que você não beberia. Deve-se considerar ademais que, comidas regionais têm como melhores parceiros os vinhos da mesma região.

Algumas regrinhas podem ser seguidas: vinhos brancos secos devem ir com carne de porco, peixes, risotos e com alguns molhos para massas; vinhos tintos com carnes vermelhas em geral.

Enfim, ao economizar no valor do vinho o noviço cozinheiro economizou na qualidade da comida, visto que o vinho, na panela, contribui com o sabor, a acidez, o frutado e outros componentes. Menos o álcool, que desaparece com a evaporação.

Portanto, o importante é não cozinhar com aquele vinho que você não beberia.

Tim, tim.

Os artigos publicados nesta edição são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião dos editores da publicação.

Mercado Gastronômico

A natureza da cozinha

Sérgio Augusto Carvalho
sergioamc@uol.com.br

Nutri da Teoria a Prática

Há algum tempo, lendo a Folha de São Paulo, deparei com o comentário sobre uma crônica escrita pelo jornalista, cientista político e escritor português João Pereira Coutinho, 50 anos, a respeito da transformação por que passou o mercado gastronômico ao redor do mundo.

Com humor ferino, João Pereira analisou como um simples comensal as comidas que chegaram à sua mesa nas andanças pelo mundo, especialmente Europa e Américas. A culinária, que é o braço direito da gastronomia, está em transformação desde os anos 70 do século passado. O tradicional passou a ter como concorrente novos movimentos como a Nouvelle Cuisine francesa, a Molecular, a Futurista, e outras mais.

Tudo para incrementar a concorrência com os novos comerciantes do ramo que precisavam de armas para enfrentar o estilo tradicional, que pouco mudou desde que o primeiro restaurante do mundo foi aberto.

Molhos, espumas, fumaças, flores e outras bugigangas passaram a aparecer nos pratos para assessorar as carnes, massas, vegetais e verduras.

Hoje, não sei se o João Pereira escreveria este texto, que estou publicando em seguida, com o mesmo tom irônico e cruel. Nada mais choca, agride ou espanta no mundo culinário. Uma coisa é certa: as grandes revoluções que brotaram e fizeram sucesso em várias cozinhas no mundo (Ferran Adriá, na Espanha, e René Redzepi, na Dinamarca) estão fechadas. Mudaram o rumo do trabalho deles e os motivos são muitos e pouco comentados.

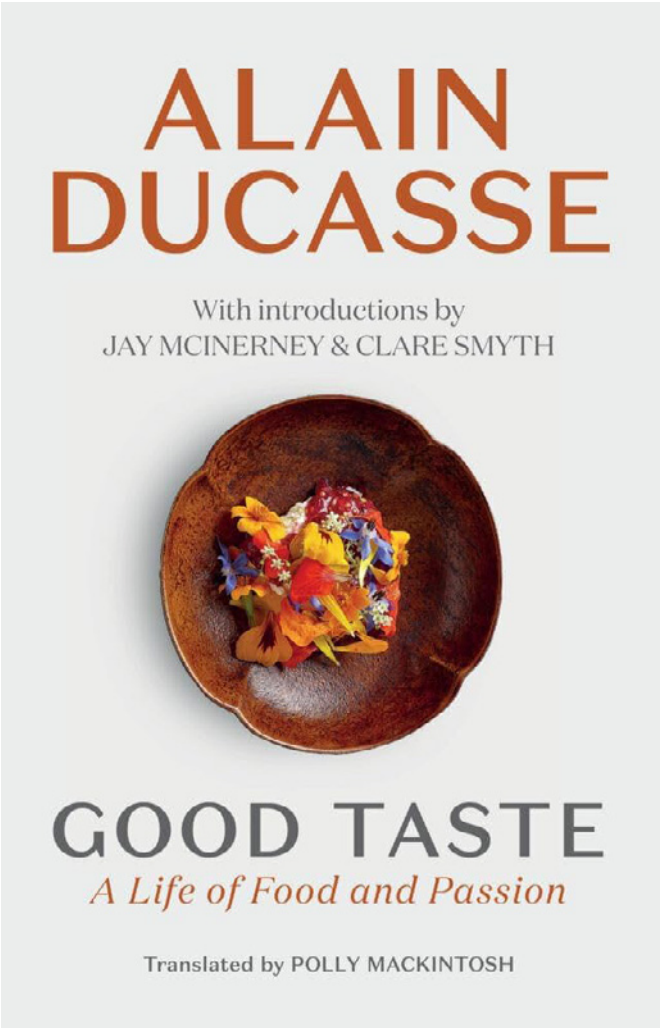
Este é o texto espontâneo, infor-

mal e livre de João Pereira Coutinho sobre os "chefs" e restaurantes do Século XXI. Não tenho ideia de quando foi redigido, mas é atual.

RESTAURANTES NÃO SÃO SANTUÁRIOS

Este texto é dedicado ao "Chef" Avilez, que estragou dois magníficos restaurantes, o Tavares e, principalmente, o Belcanto. E como esta praga não é nacional apenas, dedicado também ao Alain Ducasse, que assassinou em tempos o magnífico Louis XV, o restaurante (emblemático) do Hotel de Paris, em Monte Carlo. Felizmente, neste caso, pelo menos continua a magnífica garrafeira.

Estou cansado da religião dos chefs: restaurantes não são santuários...
O melhor restaurante do mundo? Ora, ora: é o Eleven Madison Park, em Nova York.
Parabéns, gente.
A sério.
Espero nunca vos visitar.
Entendam: não é nada de pessoal.
Acredito na vossa excelência.
Acredito, como dizem os críticos, que a vossa mistura de "cozinha francesa moderna" com "um toque nova-iorquino" é perfeitamente comparável às 72 virgens que existem no paraíso corânico.
Mas eu estou cansado da religião dos chefs.
Vocês sabem: a elevação da culinária a um reino metafísico, transcendental, celestial.
Todas as semanas, lá aparece mais um chef, com a sua igreja, apresentando o cardápio como se fossem as sagradas escrituras.
Os ingredientes não são ingredientes.
São "elementos".
Uma refeição não é uma refeição.
É uma "experiência".
E a comida, em rigor, não é comida.
É uma "composição".
Já estive em vários desses santuários.
Quando a comida chegava, eu nunca sabia se deveria provar ou rezar.
Os meus receios sacrílegos eram acentuados pelo próprio garçom, que depositava o prato na mesa e, em voz baixa, confidenciava o milagre que eu tinha à minha frente:
– Pato defumado com pétalas de tomate e essências de jasmim.
Escutava tudo com reverência, dizia um "obrigado" que soava a "amém" e depois aproximava o garfo trêmulo, com mil receios, para não perturbar o frágil equilíbrio entre as "pétalas" e as "essências".
Em raros casos, sua santidade, o chef, aparecia no final.
Para abençoar os comensais.
No dia em que beijei a mão de um deles, entendi que deveria apostatar.
E, quando não são santos, são artistas.
Um pedaço de carne não é um pedaço de carne.
É um "desafio".
É o teto da Capela Sistina aguardando pelo seu Michelangelo.
Nem de propósito: espreitei o site do Eleven Madison Park.
Tenho uma novidade para dar ao leitor: a partir de 11 de abril, o Eleven vai fazer uma



"retrospectiva" (juro, juro) com os 11 melhores pratos dos últimos 11 anos.
"Retrospectiva."
Eis a evolução da história da arte ocidental: a pintura rupestre de Lascaux; as esculturas gregas de Fídias; os vitrais da catedral gótica de Chartres; os quadros barrocos de Caravaggio; a tortinha de quiche de ovo do chef Daniel Humm.
Gosto de comer.
Gosto de comida.
Essas duas frases são ridículas porque, afinal de contas, sou português.
E é precisamente por ser português que me tornei um ateu dos "elementos", das "composições" e das "essências".
A religião dos chefs, com seu charme diabólico, tem arrasado os restaurantes da minha cidade.
Um deles, que fica aqui no bairro, servia uns "filetes de polvo com arroz do mesmo" que chegou a ser o barômetro das minhas relações amorosas: sempre que estava com uma namorada e começava a pensar no polvo, isso significava que a paixão tinha chegado ao fim.
Duas semanas atrás, voltei ao espaço que reabriu depois das obras.
Estranhei: havia música ambiente e a iluminação reduzida imitava as casas de massagens da Tailândia (aviso: querida, se estiveres a ler esta crônica, juro que nunca estive na Tailândia).
Sentei-me.
Quando o polvo chegou, olhei para o prato e perguntei ao dono se ele não tinha esquecido alguma coisa.
"O quê?", respondeu o insolente.
"O microscópio", respondi eu.
Ele soltou uma gargalhada e explicou: "São coisas do chef, doutor."
"Qual chef?", insisti.
Ele, encolhendo os ombros, respondeu com vergonha: "O Agostinho".
O cozinheiro virou chef e o meu polvo virou calamares.
Infelizmente, essa corrupção disseminou-se pela pátria amada.
Já escrevi sobre o crime na imprensa lusa.
Ninguém acompanhou o meu pranto.
É a música ambiente que substituiu o natural rumor das conversas.
É a iluminação de bordel que impede a distinção entre uma azeitona e uma barata.
É o hábito chique de nunca deixar as garrafas na mesa, o que significa que o garçom só se apercebe da nossa sede "in extremis" quando existem tremores alcoólicos e outros sinais de abstinência.
Meu Deus, onde vamos parar?
Não sei.
Mas sei que já tomei providências: no próximo outono, tenciono aprender a caçar.
Tudo serve: perdiz, lebre, javali.
Depois, com uma fogueira e um espeto, cozinho o bicho como um homem pré-histórico.
O pináculo da civilização é tortinha de quiche de ovo do chef Daniel Humm?
Então chegou a hora de regressar às cavernas de Lascaux..."

Os artigos publicados nesta edição são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião dos editores da publicação.

Ranking Global de Inovação: Brasil cai pelo terceiro ano consecutivo e acende alerta sobre ambiente institucional

Alexandre Pierro

Doutorando em energia e mestre em gestão e engenharia da inovação, engenheiro mecânico, bacharel em física e especialista de gestão da PALAS, consultoria pioneira na implementação da ISO de inovação na América Latina.

O Brasil voltou a perder espaço no cenário mundial de inovação. Segundo o Global Innovation Index (GII) 2026, divulgado em outubro pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO/OMPI), ficamos na 53ª posição entre 139 economias, uma posição abaixo do 52º lugar registrado em 2025. É o terceiro recuo consecutivo desde 2023, quando alcançamos a 49ª colocação - com destaque negativo para o índice de ambiente institucional, o qual teve uma deterioração expressiva.

O movimento merece uma leitura cuidadosa. Por um lado, a posição atual ainda é consideravelmente melhor do que a registrada no início desta década: em 2020, o Brasil ocupava o 62º lugar. A própria WIPO inclui o país entre as economias que mais avançaram desde 2019. O sinal de alerta está, portanto, menos no desempenho de longo prazo, e mais na inversão da trajetória observada nos últimos três anos.

Isso porque, depois de sucessivos avanços até 2023, parece que encontramos dificuldade para sustentar o ritmo de aproximação das economias mais inovadoras. A WIPO chama justamente a atenção para o desafio de transformar os ganhos recentes em desempenho mais amplo e sustentado.

A análise dos sete pilares que compõem o índice ajuda a explicar esse quadro. Comparando 2020 com 2025, o comportamento brasileiro foi bastante desigual. Em 2020, o país ocupava a 82ª posição mundial em Instituições; em 2025, caiu para a 107ª. São 25 posições perdidas, o pior movimento entre os sete pilares. Na edição do ano passado, este pilar de instituições já era, com grande diferença, a dimensão mais mal posicionada do Brasil.

Essa deterioração contrasta fortemente com os resultados obtidos em outras dimensões. Em Capital humano e pesquisa, o Brasil passou da 49ª posição em 2020 para a 48ª em 2025, uma pequena melhora. Em Infraestrutura, passou de 61º para 60º, também praticamente estável. Os números indicam que essas duas dimensões não foram responsáveis por grandes mudanças na posição relati-

va do país durante o período.

Em Sofisticação de mercado, porém, ocorreu uma transformação importante. O Brasil estava na 91ª posição em 2020 e chegou à 71ª em 2025. Mesmo permanecendo atrás de sua posição geral no índice, o movimento indica uma melhora significativa na capacidade do ambiente econômico de oferecer condições de mercado e financiamento associadas à inovação.

A Sofisticação de negócios seguiu a direção contrária. Estávamos na 35ª posição em 2020, e passamos para 39º em 2025. Apesar do recuo, continua sendo o pilar brasileiro mais bem colocado internacionalmente. Em 2025, a WIPO destacava aspectos como trabalhadores do conhecimento, conexões para inovação e absorção de conhecimento dentro desse conjunto de indicadores.

Nos pilares relacionados aos resultados da inovação, o desempenho é mais positivo. Em Conhecimento e tecnologia, passamos da 56ª para a 50ª entre 2020 e 2025. O resultado é coerente com a avaliação da WIPO de que o país mantém uma base relevante de pesquisa, investimento em P&D e capacidades acadêmicas e empresariais.

O maior avanço ocorreu em Criatividade: saímos da 77ª posição em 2020 à 50ª em 2025 - mesmo ano em que Conhecimento e Tecnologia e Criatividade colocaram o Brasil na 50ª posição mundial em ambos os pilares, evidenciando que os resultados gerados pelo ecossistema nacional estavam melhor posicionados do que parte das condições estruturais que deveriam sustentá-los.

O resultado revela um aparente paradoxo. Entre 2020 e 2025, avançamos 10 posições no ranking geral, de 62º para 52º, e melhoramos em cinco dos sete pilares. Ao mesmo tempo, a perda de 25 posições em Instituições

criou um desequilíbrio crescente dentro do próprio sistema nacional de inovação.

A fotografia regional reforça a necessidade de acompanhar essa perda de ritmo. Em 2026, o Chile permanece como a economia mais bem posicionada da América Latina; o Caribe, em 51º lugar, seguido pelo Brasil, em 53º. O Uruguai avançou do 68º lugar em 2025 para o 66º em 2026, enquanto a Costa Rica passou de 72º para 70º. Portanto, enquanto o Brasil perdeu mais uma posição, essas duas economias latino-americanas avançaram duas posições cada.

Este movimento, contudo, é heterogêneo. O México, por exemplo, caiu de 58º em 2025 para 65º em 2026. A WIPO também destaca que os ativos de inovação latino-americanos continuam concentrados em poucas economias e que pesquisa, empreendedorismo e acesso ao mercado ainda não estão suficientemente conectados para formar um motor regional de inovação.

Apesar disso, ainda mantivemos ativos relevantes. A WIPO destaca a profundidade da base científica e de P&D brasileira, a atividade de marcas e o mercado de venture capital em estágios mais avançados. São Paulo permanece entre os 100 maiores clusters mundiais de inovação, ocupando a 49ª posição em 2026. Além disso, continuamos sendo a única economia da América Latina e Caribe cujo desempenho em inovação está acima do esperado para seu nível de desenvolvimento, condição mantida pelo sexto ano consecutivo.

Os dados dos últimos cinco anos sugerem, entretanto, que o desafio brasileiro deixou de ser apenas gerar conhecimento ou resultados criativos, já que apesar de demonstramos capacidade para produzir resultados de inovação, convivemos com um ambiente institucional que se distancia, em termos relativos, de outras economias avaliadas pelo índice.

O resultado de 2026, portanto, não elimina os avanços acumulados pelo país desde o início da década, mas sinaliza que o ciclo de ascensão perdeu impulso. Para voltar a avançar, os dados sugerem que teremos de preservar os ganhos em criatividade, conhecimento, tecnologia e sofisticação empresarial, ao mesmo tempo em que enfrentamos nosso principal desequilíbrio estrutural: a distância entre a capacidade de produzir inovação e a qualidade relativa do ambiente institucional que sustenta esse processo.

Os artigos publicados nesta edição são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião dos editores da publicação.

Desidratação em idosos: por que a falta de sede pode esconder um problema sério

Com o avanço da idade, a sensação de sede pode diminuir; veja os sinais de alerta e como incentivar o consumo de líquidos no dia a dia

Beber água é fundamental em todas as fases da vida, mas, entre os idosos, a hidratação exige atenção especial. Com o envelhecimento, a percepção de sede pode diminuir, fazendo com que a pessoa passe longos períodos sem ingerir líquidos sem necessariamente perceber que precisa se hidratar.

De acordo com a Dra. Karoline Fiorotti, médica e professora de Geriatria na Afya Educação Médica Vitória, isso acontece, entre outros fatores, porque os receptores responsáveis por perceber a falta de água no organismo se tornam menos sensíveis com o passar dos anos. Além disso, o envelhecimento provoca mudanças na capacidade do organismo de manter o equilíbrio hídrico, tanto diante da desidratação quanto de uma sobrecarga de líquidos. "Com o envelhecimento, diminui a sensação de sede e, também, a capacidade do organismo de lidar com o equilíbrio de água. Isso ocorre tanto por mudanças hormonais próprias do envelhecimento quanto pelo uso de algumas medicações", explica a médica.

Segundo a especialista, por esse motivo, a sede não deve ser utilizada como único parâmetro para determinar quando uma pessoa idosa precisa beber água, já que pode aparecer apenas quando a desidratação já está instalada. O Ministério da Saúde, por exemplo, recomenda que os líquidos sejam oferecidos regularmente, mesmo quando não há sensação de sede, preferencialmente em pequenas quantidades e em diferentes momentos do dia. Na prática, isso significa que a ingestão de líquidos precisa ser planejada ao longo do dia, como parte da rotina.

POR QUE OS IDOSOS SÃO MAIS VULNERÁVEIS?

A desidratação ocorre quando o organismo perde mais água do que consegue repor. Entre as possíveis causas estão a baixa ingestão de líquidos, suor excessivo, febre, vômitos e diarreia. No caso dos idosos, o risco pode ser ampliado por uma combinação de fatores relacionados ao próprio envelhecimento, às condições de saúde e ao uso de medicamentos.

"Idosos sentem menos sede, têm uma capacidade menor para concentrar a urina e, por isso, urinam mais vezes ao longo do dia. Além disso, muitos utilizam medicações que aumentam a diurese, como os diuréticos, e podem ter mais dificuldade para se deslocar até o banheiro por conta de doenças osteomusculares", explica Dra. Karoline.

De acordo com a professora de geriatria, esse conjunto de fatores pode levar a um comportamento bastante comum de o idoso passa a restringir voluntariamente a ingestão de líquidos para evitar idas frequentes ao banheiro. Dificuldades de locomoção, alterações de memória e dependência de cuidadores também podem contribuir para que a hidratação seja deixada de lado.

A geriatra ressalta, porém, que a necessidade de líquidos não é igual para todos. Doenças, medicamentos, atividade física, temperatura ambiente e outras condições de saúde podem influenciar essa demanda. Idosos que possuem orientação médica para restringir líquidos, por exemplo, não devem aumentar o consumo por conta própria.

QUAIS SÃO OS SINAIS DE DESIDRATAÇÃO?

De acordo com a Dra. Karoline, os sinais e sintomas podem ser vagos ou até mesmo não aparecerem de ma-

neira evidente. “Sinais vitais podem não revelar a gravidade do quadro, e a queixa de secura na boca não ajuda como parâmetro, pois é uma reclamação comum em idosos, muitas vezes associada a efeitos colaterais de medicações”, explica.

Segundo a especialista, por este motivo é importante manter um alto grau de suspeição, especialmente quando há redução da ingestão de líquidos. Tontura, fraqueza, confusão ou alteração do estado mental, redução da quantidade de urina e constipação podem estar relacionados à desidratação, principalmente quando aparecem em conjunto.

Uma mudança repentina de comportamento também merece atenção. Em uma pessoa idosa, ficar mais confusa, sonolenta ou desorientada pode ter diferentes causas, e a desidratação é uma das possibilidades que precisam ser investigadas.

O cuidado deve ser redobrado diante de episódios de vômitos, diarreia e febre. Ainda segundo o Ministério da Saúde, idosos estão entre os grupos com maior risco de desenvolver quadros graves de desidratação associados a doenças diarreicas. Nesses casos, a perda de líquidos pode ocorrer rapidamente e provocar complicações.

ESTRATÉGIAS PARA INCENTIVAR O IDOSO A BEBER MAIS ÁGUA, SEGUNDO A ESPECIALISTA

Como a sede pode não aparecer mesmo quando o organismo precisa de líquidos, familiares e cuidadores têm papel importante na prevenção da desidratação. A recomendação é não esperar que o idoso peça água. Algumas estratégias simples podem ajudar, como as mencionadas pela Dra. Karoline:

1. *Deixe a água sempre à vista: mantenha uma garrafa ou copo em locais de fácil visualização e acesso.*
2. *Crie uma rotina: ofereça líquidos regularmente, inclusive nos intervalos das refeições e ao longo das atividades do dia.*
3. *Não espere a pessoa pedir: lembre o idoso de beber água mesmo quando ele não estiver com sede.*
4. *Facilite o acesso: para quem tem dificuldade de locomoção, mantenha os recipientes em uma posição que possa ser alcançada com segurança.*
5. *Ofereça outras opções: quando não houver restrições, água de coco, sucos, chás e água saborizada podem ajudar na aceitação.*
6. *Inclua alimentos ricos em água: frutas como melancia e melão podem complementar a ingestão de líquidos.*
7. *Acompanhe o consumo: para idosos que têm dificuldade de lembrar de beber, familiares e cuidadores podem usar uma garrafa ou copos como referência para acompanhar quanto foi consumido. Aplicativos de lembrete também podem ser úteis.*
8. *Observe o acesso ao banheiro: dificuldades para chegar ao banheiro podem fazer com que o idoso evite beber líquidos. Facilitar esse acesso pode ajudar a reduzir esse comportamento.*
9. *Organize a oferta ao longo do dia: a ingestão pode ser distribuída durante o período de vigília e, quando for adequado ao caso, pode-se reduzir a oferta próxima ao horário de dormir para diminuir despertares noturnos para ir ao banheiro.*

A geriatra ressalta que a água deve ser a principal fonte de hidratação, mas, quando não houver contraindicação, outras alternativas podem ajudar a aumentar a ingestão de líquidos e facilitar a aceitação, como água de coco, sucos, chás e água aromatizada naturalmente com frutas ou hortelã. Alimentos ricos em água, como melancia e melão, também podem contribuir para a hidratação ao longo do dia. Para a médica, o mais importante é tornar o consumo de líquidos parte da rotina do idoso, respeitando sempre as necessidades individuais e eventuais restrições orientadas pela equipe de saúde.

O Brasil que produz e o Brasil que consome

Fernando Valente Pimentel
Diretor-superintendente e presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).

Ao escolher um produto, o consumidor compara preço, qualidade, conveniência e prazo de entrega. É natural que procure fazer o melhor uso de seu dinheiro, sobretudo quando o orçamento está apertado. Cabe às empresas conquistar sua preferência. Cabe ao poder público assegurar que essa disputa ocorra em condições equilibradas e contribua para o desenvolvimento do País.

Há, porém, uma conexão que precisa ocupar mais espaço no debate: o consumidor também é trabalhador, empreendedor e contribuinte. Seu poder de compra depende da renda gerada por uma economia capaz de produzir, investir e oferecer oportunidades. Por isso, as decisões que ampliam o acesso ao consumo precisam ser avaliadas também por seus efeitos sobre a sustentação dessa renda.

Uma fábrica reúne muito mais que máquinas e instalações. Nela se encontram conhecimento acumulado, profissionais qualificados, fornecedores, tecnologia e relações comerciais construídas ao longo de anos. Ao seu redor, movimentam-se transportadores, prestadores de serviços, centros de pesquisa e estabelecimentos comerciais. Essa rede ajuda a sustentar a vida econômica de cidades e regiões.

Construir essa capacidade exige tempo, capital e persistência. Quando ela se perde, sua recuperação pode ser longa e difícil. Uma fábrica não se reconstrói com a mesma velocidade de um clique.

Essa reflexão é especialmente importante para uma cadeia como a têxtil e de confecção, que conecta a produção de fibras ao varejo, passando por fiação, tecelagem, malharia, beneficiamento e confecção. Em cada etapa há trabalho, investimento e decisões empresariais. A força desse conjunto está também nas conexões entre seus elos.

O comércio internacional faz parte do desenvolvimento dessa cadeia. Importar amplia alternativas, permite acesso a insumos e tecnologias e estimula a concorrência. Exportar abre mercados e exige aprimoramento permanente. Uma integração bem construída oferece oportunidades em ambas as direções.

Para que seus benefícios sejam duradouros, precisamos de igualdade tributária e regulatória concorrencial. Quem atende ao mesmo consumidor deve estar sujeito a obrigações equivalentes, com fiscalização efetiva. Diferenças de eficiência, inovação e qualidade devem decidir a disputa. Assimetrias no cumprimento das regras precisam ser corrigidas.

A responsabilidade ambiental integra essa discussão. O compromisso com a sustentabilidade deve acompanhar o produto até o pós-consumo. Coleta, reaproveitamento e destinação de resíduos exigem organização e recursos. É necessário definir como todos os que colocam produtos no mercado brasileiro participarão dessas soluções, inclusive nas vendas internacionais diretas ao consumidor.

As empresas brasileiras, por sua vez, têm uma tarefa permanente: elevar produtividade, desenvolver produtos, qualificar pessoas e melhorar a gestão. A defesa da produção ganha consistência quando vem acompanhada do compromisso de inovar e atender melhor à sociedade.

Esse esforço precisa encontrar um ambiente que permita transformar investimento em resultado. As políticas de crédito, comércio exterior, tributação, trabalho e meio ambiente devem ser avaliadas em conjunto. Medidas adotadas em uma área podem fortalecer ou comprometer os objetivos de outra. O País precisa dar coerência a essas escolhas.

O Brasil tem espaço para ampliar seu consumo e sua capacidade produtiva. Aproximar esses dois objetivos exige reconhecer que o preço de uma compra e as condições de geração de renda fazem parte da mesma realidade econômica.

Queremos que nossas fábricas continuem produzindo, inovando e criando oportunidades. Queremos que os jovens encontrem caminhos de qualificação e trabalho e que os consumidores tenham acesso a produtos melhores. O futuro que desejamos depende das condições que construímos hoje para que essas aspirações avancem juntas.

Os artigos publicados nesta edição são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião dos editores da publicação.

Brasil e Estados Unidos após a reeleição de Lula: tensões diplomáticas podem afetar investimentos e imigração

Mark Morais

Advogado especializado em imigração nos Estados Unidos, ex-oficial do USCIS, ex-promotor do ICE e ex-oficial da CBP.

A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva para um novo mandato presidencial coloca novamente em evidência os desafios da relação entre Brasil e Estados Unidos. Em um cenário marcado por divergências políticas e ideológicas entre os governos de Lula e Donald Trump, as perspectivas de uma reaproximação diplomática no curto prazo são limitadas. Mais do que uma disputa de posicionamentos, o agravamento dessas tensões pode trazer consequências econômicas e estratégicas importantes, especialmente para o Brasil.

Vale lembrar que a relação entre Brasília e Washington já vinha bastante estremecida nos últimos anos, com uma deterioração especialmente acentuada nos últimos 18 meses. A retórica adotada por Lula na reta final da campanha eleitoral, particularmente em relação ao presidente Donald Trump e ao secretário de Estado americano, Marco Rubio, também não contribuiu para uma aproximação. Diante desse cenário, a tendência inicial é de continuidade das tensões, com possibilidade de agravamento caso não haja esforços diplomáticos concretos de ambas as partes.

Apesar das divergências, os interesses econômicos envolvidos tornam essa relação estratégica para os dois países. Os Estados Unidos são, com ampla vantagem, a principal origem do estoque de investimento direto estrangeiro no Brasil quando considerado o país do investidor final. Essa presença demonstra a profundidade dos vínculos econômicos entre as duas nações, que envolvem investimentos, empregos, tecnologia, indústria e comércio.

É justamente essa interdependência que pode levar os governos a buscar uma relação mais pragmática. Entretanto, o Brasil precisa considerar que confrontos políticos prolongados com Washington

podem comprometer investimentos, oportunidades comerciais e a confiança de empresas internacionais. Na minha avaliação, um agravamento das tensões tende a produzir prejuízos proporcionalmente maiores para a economia brasileira.

Outro ponto de atenção envolve as negociações comerciais, já que o governo Trump tem demonstrado disposição para utilizar tarifas e outros instrumentos econômicos como ferramentas de pressão nas relações internacionais. Nesse contexto, divergências políticas podem dificultar ainda mais as tratativas sobre tarifas comerciais, investimentos e acordos bilaterais. A continuidade do governo Lula, por si só, não representa uma perspectiva de melhora espontânea. Uma eventual reaproximação dependerá de articulações diplomáticas, possivelmente reservadas, e de concessões de ambas as partes.

OS POSSÍVEIS REFLEXOS PARA A IMIGRAÇÃO

Além dos impactos econômicos, o cenário também merece atenção dos brasileiros que pretendem visitar, estudar, trabalhar ou morar legalmente nos Estados Unidos. Embora a reeleição de Lula não provoque mudanças automáticas na legislação migratória americana, o ambiente diplomático pode influenciar, ainda que indiretamente, decisões administrativas e prioridades consulares.

Já existem relatos e percepções de mais rigor nas entrevistas consulares e nas análises de solicitações de vistos americanos no Brasil. Não é possível atribuir automaticamente esse cenário às divergências entre os governos, mas também não se pode descartar a possibilidade de alterações nas políticas de concessão de vistos, nos procedimentos de análise e nas exigências adotadas pelas autoridades americanas.

Minha experiência como advogado de imigração e ex-integrante de três agências federais americanas - ICE, USCIS e CBP - reforça a importância de distinguir o direito de solicitar um benefício migratório da possibilidade de obtê-lo. A aprovação depende do cumprimento dos requisitos legais e da avaliação das autoridades competentes. Por essa razão, brasileiros que planejam construir uma trajetória nos Estados Unidos precisam estar preparados para um ambiente de mais fiscalização e exigência documental. O planejamento migratório, a organização das informações e a preparação adequada para cada etapa do processo tornam-se ainda mais importantes diante das incertezas.

O futuro da relação entre Brasil e Estados Unidos dependerá, sobretudo, da capacidade dos dois governos em administrar suas divergências sem comprometer interesses estratégicos. Neste primeiro momento, porém, não identifico sinais concretos de uma reaproximação. Sem iniciativas diplomáticas efetivas, os riscos de deterioração permanecem maiores do que as perspectivas de melhora no curto prazo. Para empresas, investidores e brasileiros com projetos de vida nos Estados Unidos, acompanhar esse cenário e se preparar para possíveis mudanças será fundamental.

Os artigos publicados nesta edição são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião dos editores da publicação.

Os reais riscos de incêndio de carros elétricos nas garagens subterrâneas dos edifícios

Kênio de Souza Pereira

Consultor Especial da Presidência da OAB-MG; Vice-presidente da Comissão Especial de Direito Condominial da OAB Federal; Diretor Regional de MG da Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário; Diretor da Caixa Imobiliária Netimóveis. contato@keniopereiraadvogados.com.br - Tel. (31) 97139-1474

Os carros elétricos vieram para ficar e são bem-vindos. Entretanto, quem reside em edifícios com garagem no subsolo tem o direito de questionar os riscos à sua moradia. As lajes e os pilares, dimensionados para suportar por duas horas um incêndio convencional, que atinge 300ºC é mais fácil de apagar, resistiriam a um incêndio de baterias de íons de lítio que superam a 1.000°C? Esse fogo se auto alimenta, não necessita de oxigênio e pode levar mais de 15 horas para ser dominado, comprometendo o concreto e as ferragens dos pilares e vigas.

UOL

Na internet há depoimentos de especialistas, inclusive de oficiais do Corpo de Bombeiros, confirmando a dificuldade de combater esse incêndio. O acesso às garagens sob lajes geralmente não permite a entrada das viaturas dos Bombeiros que têm porte maior, enquanto a fumaça altamente tóxica dificulta a atuação das equipes. Por essa razão são poucas as medidas efetivas para apagar o fogo, limitando-se a reduzir sua temperatura até acabar, o que demora muitas horas. Portanto, totalmente diferente de um incêndio num carro a combustão que é apagado sem complicação.

Vídeos e matérias do Youtube relatam incêndios em navios com milhares de veículos: Morning Midas, em junho de 2025, com 3.000 carros; Fremantle Highway, em julho de 2023, com 3.800; e Felicity Ace, em fevereiro de 2022, com 4.000. Há notícias que relacionam a construção da frota de cargueiros da BYD, com capacidade para 7,2 mil veículos, ao aumento do preço do seguro após esses episódios que resultaram na perda dos navios.

A preocupação também aparece em manifestações de Conselhos Regionais de Engenharia (CREA), como o de Sergipe, e na Diretriz Nacional sobre Ocupações Destinadas a Garagens e Locais com Sistema de Alimentação de Veículos Elétricos (SAVE), elaborada pelos Comandantes-Gerais dos Corpos de Bombeiros que apontam o risco de colapso das estruturas de um edifício.

TEMOR TEM FUNDAMENTO

Ninguém discorda que é mais fácil ocorrer incêndio num carro a combustão do que num elétrico. O problema está na dificuldade de apagar o fogo: no primeiro o fogo, ele é facilmente apagado; já no elétrico pode perdurar por mais de 15 horas a 1000°C, causando danos graves ao seu entorno.

Em Portugal e na Ásia, há notícias de incêndios iniciados em carros elétricos que atingiram mais de 200 veículos em estacionamentos, sem que os Bombeiros conseguissem impedir sua propagação.

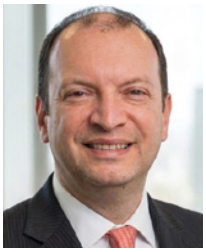
Diante disso, o Corpo de Bombeiros orienta instalar as estações de carregamento em áreas descobertas, que facilitem o combate ao incêndio. Abordamos esses problemas no artigo “Carregadores de carros elétricos em condomínio: riscos, seguro e responsabilidade legais”.

QUEM PAGARÁ OS CUSTOS DOS ESTUDOS E OS PREJUÍZOS?

Como advogado e vice-presidente da Comissão Especial de Direito Condominial da OAB Nacional, tenho participado de assembleias e emitido pareceres jurídicos sobre o tema. Os questionamentos se repetem: a estrutura comporta a demanda? Quem pagará pelos estudos de viabilidade, pela obra e pelo aumento do prêmio do seguro? Entende-se que esses custos caberiam somente aos interessados.

É sabido que as Cia. Seguradoras, diante um sinistro, se empenham em negar a indenização, especialmente se a apólice não especificar exatamente as coberturas. Assim, a reflexão que deve ser feita é se o direito de quem tem carro elétrico se sobrepõe ao de quem receia perder sua moradia num incêndio sem cobertura securitária e como evitar esses riscos.

Os artigos publicados nesta edição são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião dos editores da publicação.



O Brasil, a Resolução CMN nº 5.343/2026 e o mercado de precatórios

José Maria Franco de Godoi Neto*

Advogado, mestre em direito USP/SP, mestre em Gestão de Risco FEA/USP e especialização em Finanças pela FGV/SP, sócio do Franco de Godoi Advogados e membro fundador da STRUCTURA Investments.

O mercado de precatórios e de direitos creditórios no Brasil vem ganhando volume substancial nos últimos anos, proporcionando aos titulares de créditos contra entes públicos uma alternativa de recebimento antecipado diante de uma realidade em que a previsão de pagamento, muitas vezes, permanece incerta e sujeita a sucessivos adiamentos.

A partir de ativos lastreados em créditos judiciais, fundos de investimento encontraram investidores dispostos a assumir riscos em busca de rentabilidade superior àquela oferecida por aplicações de menor risco. Os fundos, nesse contexto, surgem como instrumentos facilitadores, oferecendo liquidez a um mercado que se desenvolveu, em grande medida, como consequência da dificuldade histórica do Estado brasileiro em honrar tempestivamente suas obrigações.

O problema é que o governo brasileiro vem demonstrando, nos últimos anos, dificuldades estruturais para administrar sua dívida interna e seus passivos judiciais, adotando medidas que alteram de maneira significativa as condições econômicas dos créditos e aumentam a insegurança jurídica dos beneficiários.

A Emenda Constitucional nº 136/2025, por exemplo, promoveu mudanças relevantes no regime dos precatórios, tanto na atualização dos créditos quanto nas regras de pagamento pelos entes subnacionais. Para os requisitórios contra Estados, Distrito Federal e Municípios, a emenda estabeleceu atualização pelo IPCA acrescida de juros simples de 2% ao ano, além de novos limites para os pagamentos anuais. Para os precatórios da União, também foi adotada a atualização pelo IPCA acrescida de juros simples de 2% ao ano, com aplicação da Selic caso o resultado seja superior a esse parâmetro.

Sob a perspectiva de quem já detém ou adquiriu esses créditos, alterações dessa natureza não são neutras. Elas modificam as premissas utilizadas na precificação dos ativos e podem afetar diretamente a rentabilidade projetada das operações.

Fundos que adquiriram precatórios com determinado nível de deságio, considerando as regras vigentes e as expectativas de remuneração e prazo de pagamento existentes no momento da aquisição, passaram a enfrentar um cenário diferente daquele que serviu de base para suas decisões de investimento. Em outras palavras, para muitos agentes, as regras do jogo foram alteradas durante o jogo.

Mais grave ainda é o impacto sobre a ponta mais fraca dessa cadeia: os cedentes. Quando o mercado de compra de precatórios perde previsibilidade e credibilidade, a demanda pelos ativos pode diminuir, pressionando os preços e aumentando os deságios exigidos pelos compradores. O resultado é que o credor, que muitas vezes busca a cessão justamente porque não pode ou não quer esperar anos pelo pagamento, passa a encontrar alternativas de saída menos favoráveis.

É importante, portanto, compreender que a discussão sobre o mercado de precatórios não envolve apenas investidores ou instituições financeiras. Ela envolve, em última instância, o cidadão, a empresa ou o contribuinte que possui um crédito reconhecido judicialmente contra o Estado e busca transformar esse direito futuro em liquidez presente.

É nesse cenário que surge a Resolução CMN nº 5.343/2026, que introduz novas restrições e exigências para operações realizadas por FIDCs e FIC-FIDCs envolvendo direitos ou expectativas decorrentes de ações judiciais e procedimentos arbitrais. A partir de 13 de outubro de 2026, os fundos não poderão realizar novas aplicações nesses direitos enquanto o crédito não possuir liquidez, certeza e exigibilidade em caráter definitivo. Para os ativos já existentes, a norma estabelece novas exigências de precificação, reavaliação, auditoria e divulgação a partir de janeiro de 2027.

É importante reconhecer que existe um objetivo legítimo por trás de uma maior supervisão desse mercado. É necessário combater assimetrias de informação, fraudes, lavagem de dinheiro, operações fictícias e demais atividades ilícitas. Transparência, governança, controles internos e adequada precificação são fundamentais para o amadurecimento do mercado de direitos creditórios.

O problema está no excesso ou no desenho da intervenção. Uma inflexão regulatória que restrinja de maneira ampla determinadas operações com direitos creditórios pode produzir efeitos muito além daqueles pretendidos pelo regulador, atingindo estruturas legítimas e legalmente constituídas e reduzindo a liquidez de um mercado que presta uma função econômica relevante.

Não se trata de defender um mercado sem regras. Trata-se de reconhecer que a regulação deve ser proporcional ao risco que pretende combater e, ao mesmo tempo, preservar mecanismos legítimos de livre iniciativa e de formação de preços.

No caso dos precatórios, essa questão ganha ainda mais relevância. Diante do histórico de atrasos e das mudanças nas regras de pagamento, a possibilidade de cessão representa, para muitos credores, uma alternativa concreta de antecipação de recursos. Mesmo que o crédito seja vendido com deságio, o titular passa a ter a possibilidade de receber imediatamente parte de um valor que poderia permanecer por anos sujeito às decisões e limitações orçamentárias do ente devedor.

Restringir os mecanismos privados de liquidez sem oferecer alternativas equivalentes pode, portanto, produzir um efeito paradoxal: uma medida destinada a aumentar a segurança do mercado pode acabar reduzindo as opções disponíveis justamente para aqueles que mais precisam dele.

Como já afirmou o pensador norte-americano Dennis Prager, "The bigger the government, the smaller the citizen". Independentemente da concordância ou não com a formulação, a frase serve como provocação para uma discussão relevante: até onde deve ir a intervenção estatal na organização de mercados privados e em que momento a proteção pretendida pelo Estado passa a restringir a autonomia econômica dos próprios cidadãos?

Independentemente de ideologias partidárias, o Brasil precisa aprimorar suas instituições por meio de um pacto democrático e desenvolvimentista, com estímulo à livre iniciativa, fortalecimento da indústria nacional de alto valor agregado e um plano estratégico de longo prazo, capaz de sobreviver às alternâncias de governo.

Esse planejamento deveria contemplar investimentos maciços em educação, formação técnica e profissional, infraestrutura, tecnologia e produtividade. Não é razoável imaginar que um país possa alcançar maior competitividade internacional sem construir uma estratégia de desenvolvimento que ultrapasse os ciclos eleitorais.

Nossa população está envelhecendo e nossa força produtiva tende a crescer em ritmo cada vez menor. O país do futuro, portanto, precisa ser construído a partir da superação de desafios estruturais e de decisões que considerem não apenas os efeitos imediatos, mas também suas consequências para as próximas décadas.

Nesse sentido, a confusão regulatória em torno dos precatórios é também reflexo de um problema mais amplo: a dificuldade do Estado brasileiro de conciliar interesses coletivos, responsabilidade fiscal, segurança jurídica e planejamento de longo prazo.

Os problemas estão interconectados. O volume de precatórios e de direitos creditórios decorrentes de demandas judiciais contra o Estado também é consequência da dificuldade do poder público em gerenciar riscos, avaliar adequadamente os impactos de suas decisões e planejar estrategicamente sua atuação. Isso vale tanto para uma desapropriação quanto para uma medida tributária, uma alteração regulatória ou uma decisão administrativa que posteriormente seja questionada no Judiciário.

Quando o Estado erra, a conta não desaparece. Ela se transforma em passivo, judicialização e, posteriormente, precatório ou outro direito creditório.

Por isso, a discussão sobre o mercado de precatórios não deveria se limitar à forma como esses créditos são negociados. É preciso discutir também por que o Estado produz tamanho volume de passivos judiciais e por que continua tendo dificuldades para administrar e honrar suas obrigações de maneira previsível.

As medidas adotadas no mercado de direitos creditórios precisam ser avaliadas, portanto, não apenas sob a perspectiva do controle e da fiscalização, mas também de seus efeitos sobre a segurança jurídica, a livre iniciativa, a liquidez dos ativos e os próprios credores.

O Brasil precisa combater fraudes e ilícitos, mas também precisa preservar a confiança dos agentes que atuam de forma regular. Precisa de regulação, mas de uma regulação tecnicamente calibrada, previsível e proporcional. Precisa proteger o mercado, mas sem eliminar os mecanismos privados que permitem que o credor tenha alguma alternativa diante da demora do próprio Estado.

Em suma, mudanças sucessivas e pouco previsíveis no mercado de direitos creditórios podem assustar investidores, prejudicar credores e aumentar a percepção de risco institucional do país. Mais do que uma discussão sobre uma resolução específica, o debate em torno da Resolução CMN nº 5.343/2026 deveria servir como oportunidade para refletirmos sobre o modelo de Estado que queremos construir: um Estado que fiscaliza e estabelece regras claras, mas que também respeita a livre iniciativa, a segurança jurídica e a autonomia econômica de seus cidadãos.

A estabilidade das regras não é um benefício exclusivo dos investidores. É uma condição para que o cidadão que possui um crédito contra o Estado tenha alternativas para transformar seu direito em valor econômico efetivo.

Os artigos publicados nesta edição são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião dos editores da publicação.

O preço da passagem

Nestor de Oliveira
Jornalista e escritor

Toda passagem tem seu preço, especialmente se for de um sistema político para outro, de um regime de governo para seus adversários, de uma ideologia política para o antagonista. A história nos conta, ao longo dos séculos, que guerras civis, golpes, lutas e revoluções aconteceram com povos do mundo, para fazerem prevalecer uma ideologia sobre outra.

Vamos nos ater aos mais recentes exemplos conhecidos, deixando para a história os exemplos dos gregos, espanhóis, portugueses, americanos, franceses e tantos outros que enriquecem, ou empobrecem, nossa marcha existencial. A revolução russa, de 1917, sob o comando de Stalin e Lenin, derrubou o Imperador e autocrata de todas as Rússias, Nicolau II, promoveu execuções em massa, conduzidas pelos bolcheviques, que vitimaram, segundo alguns historiadores mais de 1,2 milhões de pessoas. Em 1949, após a fundação da República Popular da China, sob Mao Tse Tung, mais de 1,5 milhões foram executados pela nova ordem. Em 1959, em Cuba, os irmãos Fidel e Raul Castro, ao lado de Che Guevara, vieram da Sierra Maestra para Havana e provocaram a fuga de Fulgêncio Batista. Impuseram o "paredon", para a execução de seus adversários, e instalaram o regime comunista na ilha.

Em 1964, no Brasil, militares deram um golpe de estado, que durou 20 anos, causando o exilio e morte de centenas de brasileiros. Instalou-se uma ditadura só terminada em 1985, causando severas perdas ao estado e ao povo. Em 1979, no Irã, Reza Pahlevi foi expulso do trono e a volta da teocracia Xiita, com Khomeini, milhares de antigos seguidores do imperador foram executados. Na guerra civil da Nicaragua, em 1979, com a queda de Somoza, provocada pelos sandinistas, mais de 50 mil cidadãos foram mortos e Ortega assumiu o poder. Na Venezuela, também em 1979, outros milhares foram mortos quando Hugo Chaves destituiu Andrés Perez, para tornar-se presidente do país. Ou seja, mudanças políticas, de regimes ou disputas ideológicas provocam passagens que, às vezes, sacrificam e sangram vidas em todo mundo.

Estas considerações vêm a propósito de nossas recentes eleições, de sua exacerbada polarização, com ideologias se confrontando, como se o Brasil estivesse à beira de uma disputa fratricida, onde o vencedor levaria tudo, sobrando ao perdedor o nada, o banimento de suas ideias, crenças e verdades. O que acontece, neste momento, em última análise, é a passagem do estilo e pensamento ideológico na condução econômica, política e social do governo.

É importante? É claro que é muito importante, afinal estamos falando do futuro da nação, de seu desenvolvimento, da qualidade de vida de seu povo, soberania, de seu status político diante do cenário mundial. São duas escolas que se confrontaram - uma há mais de 20 anos no poder, realizou inúmeras mudanças, especialmente no que tange ao combate à miséria, porém chegando ao limite de suas forças políticas e deixando espaços vazios no desenvolvimento e crescimento econômico do país. O outro busca o crescimento do PIB, rumo econômico, projetos estruturantes, contenção das despesas públicas, segurança institucional e aumento da renda per capta.

O mundo vive enorme transformação, com novos e competitivos parceiros comerciais ocupando espaços, como a Coreia do Sul, Canadá, China, Emirados Árabes e tantos outros. Temos perdido oportunidades demais, sem projetos que nos conduzam à autonomia econômica, crescimento industrial, avanço tecnológico, controle das despesas públicas e fortalecimento de nossas instituições democráticas.

Os artigos publicados nesta edição são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião dos editores da publicação.

A sabedoria de reconhecer os espinhos

Carlos Alberto dos Santos
Jornalista e professor

A cultura africana reúne inúmeros provérbios que atravessam gerações e nos convidam a refletir sobre a vida. Um deles diz: "A borboleta que esbarra em espinhos rasga as próprias asas." Uma imagem simples, mas carregada de sabedoria. O provérbio nos alerta para algo que nem sempre estamos dispostos a reconhecer: nem toda dificuldade precisa ser enfrentada de qualquer maneira. Há obstáculos que exigem coragem, outros pedem paciência, e alguns talvez nos aconselhem simplesmente a mudar de caminho. Insistir em algo que se apresenta como perigoso ou inadequado pode nos ferir e, pior, danificar justamente aquilo que nos permite seguir adiante.

Vivemos, porém, em uma sociedade que costuma associar coragem à capacidade de vencer sempre. Somos estimulados a demonstrar força, superar limites e provar nossa potência diante das adversidades. Em determinadas situações, chegamos a acreditar que desistir, recuar ou mudar de direção é sinal de fraqueza. Essa lógica pode nos conduzir ao perigoso jogo do vale-tudo: passar por cima das dificuldades e, algumas vezes, até de outras pessoas que aparecem em nosso caminho, sobretudo quando acreditamos que elas ameaçam nossas conquistas ou nosso lugar de destaque.

É nesse momento que orgulho, vaidade e desejo de reconhecimento podem nos tornar cegos. A vontade de vencer a qualquer preço nos impede de perceber que algumas batalhas podem custar caro demais. Costumo dizer que não viemos fazer um piquenique no planeta terra. Viver pressupõe encontrar barreiras, desvios, perdas e frustrações que não estavam no mapa. E aquilo que para alguém parece apenas um pequeno monte de pedras pode representar, para outro, uma montanha quase intransponível. Cada pessoa carrega uma história, uma estrutura emocional e uma capacidade diferente de lidar com os desafios.

Talvez, por isso, a verdadeira coragem não esteja apenas em enfrentar os obstáculos, mas também em reconhecer os próprios limites diante deles. Há momentos em que avançar é necessário. Há outros em que recuar é sabedoria. E existem situações em que o mais sensato é simplesmente encontrar outro caminho. A borboleta não precisa provar sua força enfrentando os espinhos. Precisa apenas preservar suas asas. Talvez essa seja uma das grandes lições da vida: nem todo obstáculo foi colocado diante de nós para ser vencido. Alguns estão ali para nos ensinar a olhar, compreender e escolher por onde seguir. Ou como diz a sabedoria africana: é preciso reconhecer os espinhos antes de bater de frente com eles.

Os artigos publicados nesta edição são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião dos editores da publicação.

STF reconhece imunidade de ITBI para empresas imobiliárias na integralização de capital social

Thiago Santana Lira
Advogado sócio em Barroso Advogados Associados, especialista em Direito Tributário e Aduaneiro, MBA em Gestão Tributária.

Por 8 votos a 2, o STF garantiu a imunidade de ITBI na integralização de capital social por meio de bens imóveis, independentemente da atividade exercida pela empresa, ressalvados os casos de fraude e simulação e observadas as regras definidas no Tema 796 da Suprema Corte.

Por meio do leading case RE 1.495.108, julgado em sede de repercussão geral, uma empresa que atua como administradora de bens próprios questionava o alcance da imunidade de ITBI nos casos de integralização de bens imóveis ao patrimônio de pessoa jurídica, com o objetivo de aumentar o capital social. O artigo 36 do Código Tributário Nacional (CTN) elenca as situações em que não há incidência de ITBI e dispõe expressamente sobre a "incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito".

Contudo, o artigo 37 da mesma norma prevê a tributação quando a pessoa jurídica adquirente tem como atividade preponderante a venda ou locação de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição, sendo considerada preponderante a atividade que represente mais de 50% da receita operacional nos dois anos anteriores e nos dois anos subsequentes à aquisição.

Em análise ao disposto na Constituição Federal, o artigo 156, § 2º, inciso I, prevê expressamente a imunidade na transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de

capital. Já a restrição prevista no artigo 37 decorre do próprio CTN. Dessa forma, a discussão parte do princípio de que uma norma infraconstitucional não poderia limitar o alcance de uma imunidade expressamente prevista na Constituição.

Ainda que caiba à legislação complementar regulamentar o tributo, essa norma não poderá ampliar ou restringir uma imunidade com previsão expressa na Constituição Federal. Analisando o artigo 36, entende-se que o legislador teve como objetivo afastar a tributação do ITBI quando o sócio pretende integralizar o capital social de uma sociedade por meio de um bem de sua propriedade, operação que consiste na transferência do patrimônio para a pessoa jurídica em contrapartida à participação societária.

Nesse sentido, a operação se enquadra na hipótese de imunidade do ITBI, relativa à transmissão de bens imóveis para a realização de capital social. Nessa linha de raciocínio, seguiu o voto do ministro Edson Fachin, que pontuou que a imunidade busca viabilizar a transferência de patrimônio do sócio com o objetivo de aumentar sua participação societária e, assim, otimizar os custos da operação.

A situação diverge de operações societárias que envolvam fusão, incorporação e cisão, uma vez que essas operações possuem características próprias e estão sujeitas às regras constitucionais específicas aplicáveis à imunidade do ITBI. Nesse contexto, o reconhecimento da imunidade na integralização de capital social estimula a livre iniciativa e o desenvolvimento econômico.

Vale destacar que a decisão não abrange atos praticados com o objetivo de fraude, dolo ou simulação para fins de evasão fiscal, cabendo ao município competente instaurar procedimento administrativo para apurar e comprovar eventuais irregularidades.

Ademais, a imunidade também deve observar o entendimento fixado no julgamento do Tema 796 do STF, que limitou a prerrogativa ao valor efetivamente integralizado ao capital social, excluindo eventual diferença declarada como patrimônio da sociedade.

Em suma, a imunidade de ITBI alcança o valor do imóvel efetivamente destinado à integralização do capital social por meio da incorporação do bem ao patrimônio da pessoa jurídica, observados os limites estabelecidos pelo STF.

A decisão representa um importante marco para empresas de administração de bens, trazendo maior segurança jurídica às operações societárias e reduzindo o risco de exigências indevidas de ITBI pelos mu-

Os artigos publicados nesta edição são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião dos editores da publicação.

Milton Nascimento em escala monumental: a arte urbana celebra um ícone da música brasileira em Belo Horizonte - MG

Rachel Capucio
Advogada especialista em Cultura

Idealizado pelo artista mineiro Kaká Chazz, natural de Três Pontas, mural de grandes dimensões une memória, arte e identidade cultural na capital mineira.

Belo Horizonte ganha um novo marco de expressão artística com o mural monumental dedicado a Milton Nascimento, um dos maiores nomes da música popular brasileira. Idealizado pelo artista mineiro Kaká Chazz, a obra retrata o cantor e compositor em diferentes fases da vida, transformando a fachada de um edifício na Avenida Álvares Cabral, na região central da capital, em uma homenagem à sua trajetória e ao legado cultural de Minas Gerais.

A composição propõe uma narrativa visual sobre a passagem do tempo e a permanência da arte. Ao reunir diferentes representações de Milton, o mural evoca a trajetória de um artista cuja voz e obra atravessaram gerações, conquistando reconhecimento no Brasil e no exterior. Cada retrato contribui para celebrar não apenas sua carreira, mas também a memória afetiva construída em torno de suas canções.

A escolha das cores confere à intervenção uma identidade profundamente ligada ao território mineiro. Inspirada nos tons do pôr do sol, a paleta cromática remete à luminosidade das montanhas e à atmosfera das cidades históricas. Os contrastes e as nuances criam uma composição expressiva, na qual a imagem do músico dialoga com as paisagens que marcaram a formação cultural do estado.

As referências ao barroco mineiro acrescentam outra camada de significado à obra. A riqueza visual dessa tradição, reconhecida pela dramaticidade e pela expressividade, encontra novas possibilidades na linguagem contemporânea do muralismo. O resultado estabelece uma conexão entre o patrimônio artístico de Minas Gerais e as manifestações urbanas atuais, demonstrando como diferentes épocas podem coexistir em uma mesma criação.

A iniciativa também evidencia o papel da arte urbana na democratização do acesso à cultura. Ao ocupar um espaço público, o mural aproxima a produção artística do cotidiano e convida moradores e visitantes a contemplarem uma homenagem que integra arquitetura, música e identidade regional. A cidade deixa de ser apenas cenário e passa a participar ativamente da experiência estética.

À frente da idealização, Kaká Chazz imprime à obra um olhar que valoriza suas raízes mineiras e a relevância de Milton Nascimento para a cultura brasileira. A escolha do artista como tema reforça a ligação entre música, território e memória, enquanto a dimensão monumental da intervenção amplia sua presença na paisagem de Belo Horizonte.

Mais do que um retrato em grandes proporções, o mural constitui uma celebração da contribuição de Milton Nascimento à música e à cultura. Ao aproximar a tradição barroca, as cores da paisagem mineira e a linguagem da arte urbana, a obra reafirma a capacidade de Minas Gerais de preservar suas referências históricas e, ao mesmo tempo, reinventá-las por meio de novas formas de expressão.

Os artigos publicados nesta edição são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião dos editores da publicação.

Cachaça de Alambique e samba viram patrimônio de Minas Gerais; Casa de Dona Beja é tombada

Decisão do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural de Minas Gerais reconhece tradições e amplia a proteção de um imóvel histórico em Araxá, no Alto Paranaíba

O samba, os modos tradicionais de produção da cachaça de alambique e a Casa de Dona Beja passaram a integrar o patrimônio cultural protegido de Minas Gerais. O reconhecimento foi aprovado nesta quinta-feira (22) pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep), durante uma reunião no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte.

As decisões estabelecem duas formas distintas de proteção. As Expressões do Samba em Minas Gerais e os Modos de Fazer Cachaça de Alambique foram registrados como patrimônios culturais imateriais, enquanto a Casa de Dona Beja, localizada em Araxá, no Alto Paranaíba, recebeu o tombamento estadual.

Na prática, o reconhecimento busca preservar tradições, técnicas e conhecimentos transmitidos entre gerações. No caso do imóvel histórico, o tombamento estabelece medidas de proteção para impedir a perda de características arquitetônicas e culturais.

O QUE MUDA COM O RECONHECIMENTO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL?

O registro de um patrimônio imaterial é utilizado para reconhecer e preservar manifestações culturais que fazem parte da identidade de uma comunidade. Isso inclui festas, músicas, práticas tradicionais e conhecimentos transmitidos entre gerações.

No caso do samba e da cachaça de alambique, a medida permite orien-

Antenados/Ramacrisna

José Lúcio, presidente da Expocachaça comemora o reconhecimento da bebida mineira como patrimônio cultural de Minas

tar ações de documentação, valorização e preservação dessas tradições. O reconhecimento não significa que toda produção de cachaça passa a receber benefícios financeiros ou que as atividades ficam dispensadas de exigências legais.

Já o tombamento de um imóvel estabelece regras para sua conservação. Segundo o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG), bens materiais protegidos não podem ser demolidos, destruídos ou sofrer intervenções sem autorização prévia do órgão.

SAMBA MINEIRO TEM 246 GRUPOS CADASTRADOS

O reconhecimento das Expressões do Samba em Minas Gerais contempla uma tradição presente em diferentes regiões do estado, com forte ligação com a cultura afro-brasileira.

Atualmente, Minas Gerais possui 246 grupos de samba cadastrados, segundo dados divulgados pelo governo estadual.

A solicitação para a elaboração do estudo que fundamentou o reconhecimento partiu do coletivo de sambistas Mestre Conga. Um dos coordenadores do grupo, Raimundo Nonato da Silva, comemorou a decisão e lembrou o histórico de discriminação enfrentado pelos sambistas.

Para ele, o reconhecimento representa uma conquista para artistas e comunidades que mantiveram essa tradição ao longo de décadas, mesmo em períodos de repressão e preconceito.

MINAS PRODUZ 13,5 MILHÕES DE LITROS DE CACHAÇA DE ALAMBIQUE POR ANO

Outra tradição reconhecida foi o modo de fazer cachaça de alambique, que envolve técnicas e conhecimentos utilizados na produção artesanal da bebida.

Minas Gerais lidera a produção nacional de cachaça de alambique, com volume estimado em 13,5 milhões de litros por ano. Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG), o estado possui 630 alambiques registrados.

O reconhecimento como patrimônio imaterial considera os saberes envolvidos no processo produtivo, incluindo conhecimentos transmitidos entre famílias e comunidades produtoras.

"A bebida tem papel fundamental na história mineira. A produção aqui é forte. Sendo assim, dever ser valorizada", salientou, José Lúcio, presidente da Expocachaça, maior evento global dedicado à bebida.

Segundo ele, o processo produtivo, maturação, a valorização do produtor, a história da bebida são transmitidos pelo evento que se tornou uma vitrine desejada por

pequenos, médios e grandes empresários do setor. “Criei a Expocachaça para atender e dar força para um nicho que não estava sendo atendido. Dessa forma, desde então, a relação do mercado com a cachaça mudou”, disse.

Sara Regina Santana Santos, integrante de uma família que produz a cachaça Guaraciaba há 62 anos, destacou, durante o anúncio, a importância da medida para dar visibilidade aos produtores e aproximar as novas gerações dessa tradição.

CASA DE DONA BEJA, EM ARAXÁ, RECEBE TOMBAMENTO ESTADUAL

A terceira decisão aprovada pelo Conep foi o tombamento da Casa de Dona Beja, também conhecida como Pensão Tormim, em Araxá, no Alto Paranaíba.

Construído entre as décadas de 1820 e 1830, o imóvel reúne características da arquitetura urbana do século XIX e está ligado à trajetória de Anna Jacintha de São José, conhecida como Dona Beja.

A personagem histórica teve influência social, econômica e política na região e ficou conhecida por desafiar convenções sociais de sua época. Sua trajetória também está associada a acontecimentos políticos do século XIX, incluindo a Revolução Liberal de 1842.

Com o tombamento, a edificação passa a contar com proteção estadual para preservar suas características históricas e arquitetônicas.

As três medidas foram aprovadas pelo Conep, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (Secult-MG), após processos de reconhecimento do patrimônio cultural conduzidos no âmbito do Iepha-MG.

Obra mostra, em 11 capítulos e 340 páginas, a origem e a evolução da comunicação empresarial no Brasil, desde os tempos do império até os dias atuais

Foi lançado, no dia 8 de outubro, no campus da ESPM Tech, em São Paulo, o livro A Voz das Marcas – Comunicação Empresarial no Brasil do Século XIX ao XXI, de autoria do jornalista e escritor Dario Palhares, com curadoria dos jornalistas Eduardo Ribeiro e Marco Antonio Rossi.

Editada pela Mega Brasil, a obra faz um acompanhamento de todo o ciclo de desenvolvimento da comunicação empresarial no Brasil, desde o início, no século XIX, com o surgimento dos primeiros almanaques dos laboratórios americanos, seguidos pelos brasileiros, até o surgimento da internet, das redes sociais e da inteligência artificial nos dias atuais, fenômenos que estão revolucionando de forma permanente a atividade.

Com farta documentação histórica, o livro debruça-se sobre as primeiras iniciativas em solo brasileiro de marcas nacionais e internacionais no campo da comunicação. E faz uma ampla viagem por toda a evolução até chegar aos dias atuais.

A Voz das Marcas mostra inúmeras curiosidades das primeiras publicações empresariais editadas no Brasil e como se sofisticaram entre os séculos XIX e XX. Destaca também a febre dos almanaques (genéricos e corporativos), os bastidores dos primeiros movimentos de relacionamento com a imprensa, os movimentos iniciais do lobby no País, a expansão das grandes revistas corporativas, as múltiplas tentativas de organização setorial, o "nascimento" da moderna comunicação empresarial, e chega aos dias atuais dando conta do

quanto a atividade cresceu e se transformou.

"Há décadas sonhávamos em editar um livro que mostrasse com propriedade e consistência todo o ciclo histórico da comunicação empresarial no Brasil", dizem os curadores Eduardo Ribeiro e Marco Antonio Rossi. "Somos de certo modo protagonistas contemporâneos dessa história, com as múltiplas atividades realizadas ao longo de quase 35 anos de vida de nossa empresa, mas faltava um livro para gravar em pedra tudo o que se passou por aqui. Agora não falta mais".

O jornalista e escritor Dario Palhares, autor da obra, deparou-se, em suas pesquisas, com material riquíssimo, pouco ou nada conhecido pelas escolas e profissionais da área. Ele lembra, a propósito, que a longa trajetória da comunicação empresarial no Brasil é frequentemente relacionada a três marcos das relações públicas: a criação do Departamento de RP da Light de São Paulo, em 1914; o famoso curso da Fundação Getulio Vargas, de 1953, que contou com professores estrangeiros; e a fundação da Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP), em 1954.

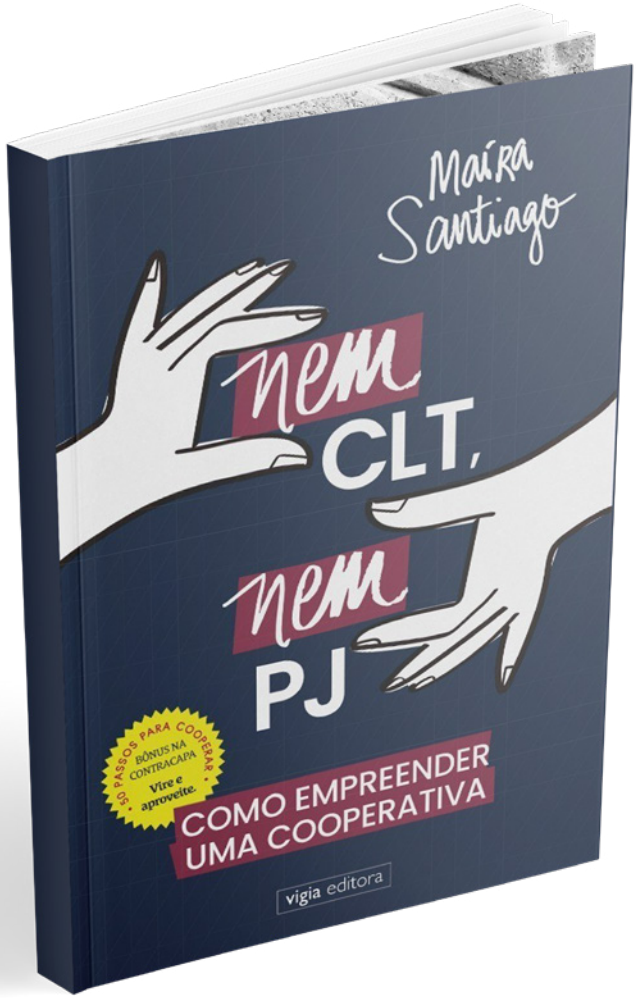
"Sem menosprezar esse trio", diz, "saí à caça de outras iniciativas na área e, logo de início, deparei-me com o riquíssimo caso da Antarctica, que, para vencer as reservas dos brasileiros em relação à cerveja, investiu em cultura e lazer, inaugurando em 1892 o Teatro Polythema – marco inaugural de uma série de casas de espetáculos da marca em São Paulo. Depois, a empresa tirou da cartola o Parque Antarctica e a sua 'filial', o Bosque da Saúde, e a revista Antarctica Illustrada, lançada em 1904. Foi a primeira de muitas descobertas saborosas".

Entre elas ele lembra da descoberta do "avô" dos jingles publicitários (a partitura da polca Salsa, Caroba e Manacá, publicada em 1881 pelo Almanak, da Flora Brasileira, que menciona um dos produtos do laboratório. E duas iniciativas da Light no apagar das luzes do século XIX: a apresentação ao público e à imprensa, em maio de 1900, de um ouvidor e porta-voz da casa em São Paulo; e a clipagem e análise editorial do noticiário sobre a empresa em jornais e revistas, iniciada em julho do mesmo ano.

O livro será vendido exclusivamente na Mega Brasil a R$ 150,00, mais custo de postagem.

Nem CLT, nem PJ: livro revela como empreender no cooperativismo

Em sua segunda obra, Maíra Santiago reúne aprendizados da criação da Cooperativa Coletiva e apresenta um guia prático para quem busca uma nova forma de trabalhar



E se, em vez de trabalhar com registro em carteira ou como pessoa jurídica, você tivesse outro caminho? É a partir dessa pergunta que Maíra Santiago escreveu o livro Nem CLT, nem PJ – Como empreender uma cooperativa. A autora compartilha a experiência da criação de uma cooperativa de trabalho e mostra como o modelo pode ser uma opção para quem quer empreender de forma coletiva. O lançamento ocorreu em outubro, durante o WCM 2026, um dos principais eventos do cooperativismo no país, em Belo Horizonte. A edição é da Vigia Editora, especializada em publicações sobre cooperativismo.

A inspiração para o livro veio da própria trajetória profissional de Maíra, que há 25 anos se dedica à educação corporativa e cooperativista. Ao longo de uma carreira consolidada, ela começou a questionar os dois caminhos que tinha até então: trabalhar com carteira assinada ou atuar como pessoa jurídica no modelo tradicional. Ao lado de outros profissionais que compartilhavam inquietações semelhantes, fundou a Coletiva, cooperativa de trabalho com foco em educação.

Em 22 capítulos ilustrados para dar fluidez à leitura, Maíra conta como foi transformar esse dilema profissional em um negócio coletivo e competitivo no mercado. A narrativa passa pela decisão de constituir a cooperativa, pelos acordos entre os sócios e pelas diferenças que precisaram ser conciliadas, além da organização de áreas como comercial, financeiro e administrativo.

O livro também aborda situações comuns a qualquer negócio, mas que ganham características próprias em uma cooperativa. Entre elas estão a organização dos associados para realizar a assembleia constituinte, uma espécie de certidão de nascimento do empreendimento, e a organização das rotinas, ritos e resultados do trabalho no modelo cooperativo. Para a autora, esses desafios mostraram, na prática, a importância DA união entre

os cooperados e reforçaram uma das principais ideias da obra: no cooperativismo, ninguém está sozinho.

"Meu objetivo com o livro é mostrar que dá para trabalhar de um jeito sustentável e crescer fora dos modelos tradicionais: nem CLT, nem PJ, mas cooperativista", afirma Maíra. "Decidi compartilhar o que aprendi na prática, com os acertos e desacertos da criação de uma cooperativa, porque acredito que não precisamos começar do zero. Quando aprendemos com quem veio antes, conseguimos avançar muito mais rápido, o que, aliás, já é cooperação", acrescenta a autora.

50 PASSOS PARA COOPERAR

Um dos diferenciais da obra está nas páginas finais. Após concluir a leitura, o leitor é convidado a virar o livro de cabeça para baixo e iniciar uma nova trilha de conteúdo. É ali que encontra 50 passos para cooperar – Aprendizados práticos para criar a sua cooperativa, um resumo das principais lições aprendidas ao longo dos capítulos.

Os 50 passos retomam situações e escolhas vividas pela autora na criação da Coletiva, mas sem propor receitas prontas. "Tomei o cuidado de não apresentar as dicas como uma lista de recomendações. São experiências nossas que podem servir de ponto de partida para quem deseja criar uma cooperativa, adaptando os aprendizados à realidade de cada um, pois achei importante transformar essa vivência em conhecimento compartilhado na ótica do empreendedor", explica Maíra.

O QUE É O COOPERATIVISMO

O cooperativismo reúne mais de 1 bilhão de pessoas em 3 milhões de cooperativas e responde por 280 milhões de empregos no mundo, cerca de 10% da população ocupada. Os dados são da Aliança Cooperativa Internacional (ACI). As 300 cooperativas

com maior faturamento movimentam juntas US$ 2,79 trilhões, valor superior ao PIB brasileiro.

No Brasil, o AnuárioCoop 2026, do Sistema OCB, entidade que representa as cooperativas do país, registra 29 milhões de cooperados, o equivalente a um em cada sete brasileiros. No período de seis anos entre 2019 e 2025, o número de cooperados cresceu 86%. No ano passado, as cooperativas brasileiras movimentaram R$ 848 bilhões e distribuíram R$ 61 bilhões em sobras aos cooperados, que são os donos dos negócios. "Os números mostram a dimensão do cooperativismo como alternativa ao emprego tradicional e ao empreendedorismo individual", aponta a autora da obra.

Este é o 15º livro publicado pela Vigia Editora, que tem o cooperativismo como uma de suas principais frentes editoriais. Conhecida pelas obras de Marcelo Vieira Martins, eleito Influenciador Coop do Sistema OCB no biênio 2022/23, a Vigia conquistou três prêmios Aberje com suas publicações e foi semifinalista do Prêmio Jabuti Acadêmico.

FICHA TÉCNICA

Nem CLT, nem PJ – Como empreender uma cooperativa

Autora: *Maíra Santiago*

204 páginas

Vigia Editora

Contato: *@vigiacom*
48 99172-6715

MERCADOCOMUM ATINGE A MARCA DE 72,488 MILHÕES DE VISUALIZAÇÕES NO ANO DE 2026

De acordo com o Google Search Analytics, o site de MercadoComum Online (www.mercadocomum) obteve mais de **72 milhões** de visualizações e acessos às suas páginas **no período de janeiro a setembro de 2026.**

Outros **120.000** formadores de opinião em todo o país recebem, regular e mensalmente, as edições em PDF de MercadoComum.

MERCADOCOMUM®
HÁ 34 ANOS FORMANDO OPINIÕES!